

INFORMAÇÃO E SOCIEDADE: TENDÊNCIAS DE PESQUISA EM GRADUAÇÃO

Organizadores:
José Augusto Chaves Guimarães
Marcos César Alvarez

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**INFORMAÇÃO E SOCIEDADE:
TENDÊNCIAS DE PESQUISA EM
GRADUAÇÃO**

Organizadores

José Augusto Chaves Guimarães

Marcos César Alvarez

**Marília
1998**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

© dos autores

Diretor

Antônio Geraldo de Aguiar

Vice-Diretor

Arlêta Nóbrega Zelante

Editoração Eletrônica e Arte Final

Edevaldo Donizeú dos Santos

Produção Gráfica

Alípio Prado

Oswaldo José de Oliveira Rocha

Distribuição

UNESP-MARÍLIA-PUBLICAÇÕES

Av. Hygino Muzzi Filho, 737

17525-900 -Marília - SP

e-mail: publica@marilia.unesp.br

I43 Informação e sociedade : tendências de pesquisa em graduação /
organizadores: José Augusto Chaves Guimarães, Marcos César
Alvarez. – Marília : Unesp Marília Publicações, 1998.

140 p.

Reprodução digital em 2021 pela Oficina Universitária – selo
editorial da Unesp de Marília.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-60810-28-4 (Digital)

DOI: <https://doi.org/10.36311/1998.978-85-60810-28-4>

1. Ensino superior. 2. Pesquisa educacional. 3. Ciência da

informação. 4. Ciências sociais. I. Guimarães, José Augusto Chaves. II.
Alvarez, Marcos César.

CDD 378.007

SUMÁRIO

Apresentação	i
Moderno profissional da informação: uma proposta do grupo PET/CAPES de Biblioteconomia da Unesp com vista à divulgação profissional <i>Rosemeire de Fátia Ferreira et al.</i>	1
Moderno profissional da informação: reflexões sobre a influência das novas tecnologias <i>Alexsander Leber et al.</i>	7
Videolocadora: estudo de um sistema de informação <i>Michela Iris Silva</i>	17
Perfil do moderno profissional da informação <i>Elisabete da Cruz Neves</i>	29
Família e infância no discurso normalizador da puericultura <i>Eliane Tiekô Toyama</i>	55
Processo criminal 9477/57: o espectro do comunismo ronda Pompéia/SP <i>Rosimar Alves Querino</i>	67
O herói, a morte e a sociedade: um estudo acerca da comoção coletiva na sociedade brasileira <i>Alzairo da Silva Júnior</i>	93
Notas sobre a política habitacional e o poder local no Brasil urbano pós-64 <i>Gilson Marcos da Silva</i>	107
O direito de propriedade na teologia da terra <i>Luciana Cristina Caetano de Moraes</i>	117
Da verdadeira observação aos ensinamentos da história: algumas observações sobre a educação na sociologia de Durkheim <i>Marcelo Sampaio</i>	131

Apresentação

Os textos desta coletânea representam parte dos trabalhos produzidos, nos últimos anos, pelos grupos PET da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Câmpus de Marília.

O Programa Especial de Treinamento (PET) da CAPES tem por objetivo propiciar a grupos de alunos, que se destacam nos seus cursos de graduação, uma formação mais elaborada que favoreça posteriormente tanto uma melhor integração no mercado profissional quanto o prosseguimento dos estudos em programas de pós-graduação.

O grupo PET de Biblioteconomia da UNESP, câmpus de Marília, foi implantado em novembro de 1994, sendo, juntamente com o da Universidade Federal do Maranhão, um dos dois existentes no país na atualidade.

Seu eixo temático norteador reside no *Moderno profissional da informação*, no intuito de investigar, discutir e propor novas alternativas de atuação profissional na área, mormente em se considerando as peculiaridades que revestem a sociedade deste final de século.

De modo a operacionalizar tal proposta, o grupo tem trabalhado, por meio de seminários temáticos (a partir de textos produzidos nos últimos cinco anos na literatura cinzenta no plano internacional), promoção de eventos, realização de pesquisas e projetos de divulgação profissional. Como resultado desse trabalho, o grupo têm apresentado comunicações em eventos no país e no exterior, bem como publicado o fruto de suas investigações em anais de eventos e periódicos da área.

Cumprе ainda ressaltar a preocupação do grupo com as interdisciplinaridades no âmbito da atuação profissional na área de informação, principalmente no tocante à integração das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, tendo nas novas tecnologias um suporte para o aperfeiçoamento, a rapidez e a qualidade dos produtos informacionais.

Nesse sentido, apresenta-se, nesta obra, um conjunto de produções do grupo (1994-1995) no que tange ao *Moderno Profissional da Informação*, tendo como parâmetros de abordagem: a inserção da temática em um grupo como o PET, a influência que as novas tecnologias têm exercido no *métier* desse profissional, os novos mercados que se lhe apresentam (como é o caso das videolocadoras) e os elementos

que a literatura internacional tem apontado como decisivos para que se possa delinear seu perfil.

O grupo PET de Ciências Sociais da UNESP, Câmpus de Marília, implantado em outubro de 1991, tem se caracterizado por estimular seus bolsistas a desenvolverem pesquisa individuais nos diferentes campos de conhecimento que compõem essa ampla área de estudo, que inclui a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia.

Discutidos nos seminários realizados pelo grupo ao longo dos últimos anos e posteriormente defendidos, em sua maioria, como dissertações de bacharelado, os trabalhos aqui apresentados representam bem a diversidade de teorias e métodos de pesquisa presentes nas Ciências Sociais.

Assim, Eliane T. Toyama, tomando por fontes manuais de puericultura produzidos no Brasil entre 1930 e 1950, mostra como a infância foi sendo construída como objeto de conhecimento e de intervenção por parte do saber médico.

Já Rosimar A. Querino analisa a constituição do mito político em torno do comunismo e do marxismo no Brasil a partir da análise de um processo criminal instaurado na década de 50 na comarca de Pompéia, estado de São Paulo.

Alziro da Silva Júnior, por sua vez, estuda a comoção coletiva causada pela morte do piloto Ayrton Sena na sociedade brasileira, explicitando ao mesmo tempo os processos culturais através dos quais a morte é aceita ou negada em nossa sociedade.

Gilson M. da Silva estuda a relação do poder local com o Estado a partir de uma revisão bibliográfica de trabalhos que estudaram as políticas públicas habitacionais implementadas no Brasil a partir de 1964.

Luciana C.C. de Moraes contrapõe as noções de “direito de propriedade” defendidas pelos setores conservadores e progressistas da Igreja Católica, mostrando as conseqüências desse debate em termos da atuação política da Igreja frente ao movimentos sociais que na atualidade lutam pela democratização do acesso à terra.

Finalmente, Marcelo Sampaio, estuda a construção do conceito de educação na obra de um dos fundadores da sociologia, Émile Durkheim, ressaltando ainda a continuidade, em termos de teoria do conhecimento, da obra deste autor com relação à filosofia positiva de Auguste Comte.

Acreditamos que a presente publicação expõe bem o empenho da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília, por meio de seus grupos PET já implantados, no desenvolvimento da pesquisa científica e sua conseqüente divulgação, o que reflete significativamente na melhoria do ensino de graduação.

Agradecemos à direção da Faculdade de Filosofia e Ciências, por estimular a divulgação dos trabalhos científicos produzidos no câmpus, e à Comissão de Publicação, que viabilizou esta publicação.

José Augusto Chaves Guimarães
Marcos César Alvarez
Organizadores

MODERNO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA DO GRUPO PET/CAPES DE BIBLIOTECONOMIA DA UNESP COM VISTA À DIVULGAÇÃO PROFISSIONAL¹

Rosemeire de Fátima FERREIRA²

Marcelo Fabiano de Carvalho GOMES³

Elisabete da Cruz NEVES³

Michela Iris SILVA³

José Augusto Chaves GUIMARÃES⁴

RESUMO: O PET (Programa Especial de Treinamento), enquanto programa institucional da CAPES, foi implantado no curso de Biblioteconomia da UNESP - Marília - SP a partir de novembro de 1994, tendo como objetivo geral a melhoria da qualidade de ensino de graduação, a partir de um tema básico - Moderno Profissional da Informação - abordado em cinco áreas de interface: tecnologias em informação, gerência de recursos informacionais, ação cultural, análise documentária e conteúdos instrumentais específicos (línguas, informática, didática etc.). As atividades desenvolvidas consistem de seminários (discussão de textos nacionais e internacionais atuais), palestras e leituras procuram abordar a profissão bibliotecária sob a ótica de sua divulgação, procurando valorizá-la e, acima de tudo, capacitar o profissional da informação para que possa atuar em um campo onde a clientela exige qualidade, precisão e rapidez no fornecimento da informação. Esse processo de conscientização profissional do grupo tem surtido efeito multiplicador sobre a comunidade biblioteconômica da unidade, propiciando o delineamento de argumentos que propiciem uma efetiva divulgação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Divulgação profissional; ensino de Biblioteconomia; grupo PET/CAPES; conscientização profissional

¹ Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação. Rio de Janeiro, julho de 1995.

² Mestranda em Biblioteconomia (PUCCAMP), ex-bolsista PET/CAPES de Biblioteconomia (1995-1996).

³ Bolsistas PET/CAPES de Biblioteconomia da UNESP - *Campus* de Marília.

⁴ Professor Assistente Doutor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - *Campus* de Marília.

1 Introdução (Caracterização do programa)

O PET (Programa Especial de Treinamento), patrocinado pela CAPES (Fundação Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior) destina-se a grupos de alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas em cursos de graduação. Dessa forma, a instituição prevê um sistema de apoio financeiro (por meio de bolsas de estudo mensais) a 4 alunos por ano, durante três anos do curso de graduação, constituindo-se em uma espécie de investimento acadêmico para a melhoria da qualidade de ensino de graduação.

Numerosos grupos PET existem no país, em diferentes universidades e nas mais distintas áreas. No campo do ensino de Biblioteconomia, no entanto, apenas dois grupos PET encontram-se constituídos até o presente momento: o primeiro deles foi criado na Universidade Federal do Maranhão já há alguns anos e o segundo é o da Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília, cuja implantação se deu oficialmente a partir de novembro de 1994.

Compõem o referido grupo, ainda em fase de consolidação, um grupo de quatro bolsistas, alunos do terceiro ano de Biblioteconomia, sob a supervisão de um professor-tutor.

Constitui-se tema central do PET de Biblioteconomia da UNESP - Marília, o “Moderno Profissional da Informação”, englobando aspectos necessários ao preparo e, conseqüentemente, à atuação desse profissional. Esse tema central, por sua vez, é operacionalizado por meio de cinco linhas de atuação a saber: ação cultural, tecnologias em informação, gerência de recursos informacionais, análise documentária e área instrumentais específicas (língua portuguesa e línguas estrangeiras, informática, didática etc.).

Este trabalho tem como intuito apresentar a proposta do grupo PET de Biblioteconomia da UNESP- Marília, tendo como conseqüência aspectos ligados à divulgação profissional.

2 Objetivos do programa

O PET/CAPES tem como objetivos gerais, nos termos de seu Manual de Instruções Básicas (1):

- a) oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando à formação de um profissional crítico e atuante;
- b) promover a integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso da carreira universitária, através da interação constante;
- c) Estimular a melhoria do ensino de graduação através de desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas no âmbito do curso.

Partindo dos objetivos acima elencados, o Projeto de Implantação do Grupo PET/CAPES da UNESP (4) estabelece como objetivos específicos:

- a) propiciar aos alunos do curso de Biblioteconomia uma verdadeira praxis profissional, de forma a que se possa transcender à mera prática, seja pela reflexão e pelo posicionamento científico, seja pelo seu papel multiplicador (ensino);
- b) fornecer subsídios à atuação do futuro profissional enquanto agente de educação, não apenas na atividade docente propriamente dita, mas também em atividades relacionadas ao usuário e à administração de recursos humanos, de centros de informação que, por si sós, se revestem de caráter pedagógico;
- c) permitir ao bibliotecário uma melhor atuação como agente cultural, através de um posicionamento crítico e reflexivo sobre a realidade;
- d) proporcionar uma melhor instrumentalização teórico-prática do aluno, como subsídio ao aperfeiçoamento do processo ensino/ aprendizagem.

Observa-se, dessa forma, que a atuação do futuro profissional, seja em nível técnico, seja em nível de interação com a comunidade, constituem-se em preocupações básicas do programa, com vistas a um novo profissional para uma nova realidade.

3 Operacionalização do projeto

O grupo PET de Biblioteconomia tem procurado preparar o bolsista (futuro profissional) para integrá-lo no mercado de trabalho da atualidade, preocupado com a sua formação global. Para tanto, desenvolveu, a partir de novembro de 1994, um diversificado conjunto de atividades como: estudos sobre as interfaces do Moderno Profissional da Informação - tendo como suporte teórico o pensamento de MASON (2) - verificando, nos moldes do trabalho de SMIT (3), as perspectivas de integração entre as três profissões documentárias básicas - Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Tais estudos foram desenvolvidos por meio de seminários semanais do grupo com o tutor e de encontros temáticos com os

os professores, quando discutiram-se questões ligadas às cinco grandes sub-áreas de atuação do PET de Marília.

Outra atividade que merece destaque no âmbito de atuação do grupo é a sua participação em diferentes projetos tais como: “Projeto de organização do acervo histórico da cidade de Marília”, “Projeto de assistência ao deficiente visual como usuário da Biblioteca do câmpus de Marília”, “Organização e disseminação da informação em uma videolocadora”. Acrescente-se ainda a participação em grupo de estudos sobre “Novas Tecnologias da Informação”.

Em nível de serviços voltados especificamente para a comunidade acadêmica, foram promovidas palestras proferidas por especialistas em áreas de interesse do grupo, tais como “Marketing empresarial” e “Análise documentária”

No âmbito da vivência acadêmica, o grupo participou de reuniões departamentais e de coordenações de curso, inteirando-se do processo de gestão universitária. Ressalte-se, para tanto, a efetiva participação na reestruturação curricular de Biblioteconomia da UNESP, quando se pôde vivenciar todo o processo de integração das disciplinas para a formação de um profissional almejado.

Esse amplo leque de atividades, tem permitido ao grupo verificar perspectivas de integração das profissões documentárias, visando à análise das alternativas de atuação profissional para o século XXI.

Todas essas atividades fizeram parte do dia-a-dia do grupo, sem perder de vista o caráter multiplicador do mesmo, divulgando as atividades do grupo PET de Biblioteconomia para toda a comunidade universitária.

Como resultado dessas atividades, tornou-se possível delinear um processo de divulgação da profissão pois, da integração com a realidade biblioteconômica, tem-se a conscientização de uma realidade profissional, com a conseqüente valorização da profissão. Nesse contexto, o grupo pôde se munir de argumentos que possam dar subsídios à divulgação profissional na região.

Decorrendo do efeito multiplicador do programa, a divulgação profissional surge em dois níveis: interno, visando a conscientizar os demais alunos das perspectivas profissionais futuras (como por exemplo, o seminário de apresentação do Grupo PET, realizado pelos bolsistas aos alunos de 1º a 4º ano do curso de Biblioteconomia da UNESP), explicando mais detalhadamente as linhas de atuação

do mesmo e externo, por meio de artigos de divulgação em jornais e comunicações em eventos.

Tem-se ainda, a divulgação profissional no âmbito de escolas de 2º grau da região, bem como a concretização de um veículo formal de divulgação das atividades do grupo e das perspectivas profissionais.

Espera-se, dessa forma, que o bolsista, uma vez consciente de uma realidade profissional, possa ter os argumentos necessários para divulgação e a conseqüente valorização da profissão bibliotecária no Brasil da atualidade. Para tanto, tem sido dada especial atenção às estratégias de marketing no âmbito da atividade do profissional da informação, onde este atua para garantir a sobrevivência e a utilidade da organização em que atua como também, no âmbito da profissão, permitir um efetivo conhecimento, pela comunidade, a respeito do MIP.

4 Conclusão

Pode-se dizer que as atividades do PET de Biblioteconomia, como um grupo divulgador, resultaram em uma melhoria no processo de conscientização profissional por parte dos bolsistas. Esse fato se reflete seja numa postura mais crítica dos mesmos perante o curso, seja pelo efeito multiplicador sobre os demais alunos do curso e, porque não dizer, sobre o corpo docente.

Esses resultado sugerem que as atividades devam ser continuamente aperfeiçoadas, de modo a que o PET possa trazer valiosos subsídios ao desenvolvimento pedagógico do curso, juntamente com a divulgação da profissão na comunidade, assim como garantir para o mercado de trabalho um profissional da informação devidamente capacitado, para atender uma clientela que exige a informação certa, no momento certo, de forma correta e a um custo que justifique esse uso.

Bibliografia Consultada

- CAPES. FUNDAÇÃO COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Programa especial de treinamento (PET): manual de orientações básicas*. Brasília: [s.n.], 1995.
- MASON, R. O. What is an information professional. *Journal of Education for Library and Information Science*, v. 31, n. 2, p. 122-38, Fall 1990.
- SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três marias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 26, n. 1-2, p. 81-5, jan./jun. 1993.
- UNESP. Curso de Biblioteconomia. *Projeto de implantação do grupo PET/CAPES de Biblioteconomia*. Matília: [s.n.], 1993.

MODERNO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Alexsander LEBER; Aline Oliveros CORRÊA; Angela Maria Soares de LIMA; Daniela Pereira dos REIS; Elisabete da Cruz NEVES; Luciana de Souza GRACIOSO; Marivalde Moacir FRANCELIN; Michela Iris SILVA; Rosemeire de Fátima FERREIRA; Sandra Regina da Mata REIS; Sueli Mitiko YANO; William José FERNANDES¹; Mariângela Spotti Lopes FUJITA²; José Augusto Chaves GUIMARÃES³

RESUMO: Reflexões do papel do Moderno Profissional da Informação (MIP) frente às Novas Tecnologias e a evolução do suporte e da metodologia do tratamento documentário. A situação deste profissional no Mundo, América Latina e no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Moderno profissional da informação; novas tecnologias; perfil profissional.

1 MIP - moderno profissional da informação

Os anos 90, no limiar do terceiro milênio, atingiram níveis elevados de globalização, com acelerado processo de desenvolvimento tecnológico em prol do compartilhamento de informação com baixo custo econômico. A sociedade sofre profundas modificações e as profissões estão evoluindo para preparar profissionais capazes de transitar confortavelmente entre novas tecnologias. Na área de informação, igualmente se faz sentir essa transformação, sendo o *profissionalismo* a palavra de ordem.

¹ Bolsistas do Grupo PET/CAPES de Biblioteconomia.

² Professor Assistente Doutor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Campus de Marília.

³ Professor Assistente Doutor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Campus de Marília.

Por *profissional* entende-se aquele com considerável nível de competência em qualquer atividade e que, além de possuir habilidades específicas, segue condutas assumidas pela maioria, atento ao contexto sócio-econômico e cultural, desempenhando eficientemente as atividades a ele designadas e compartilhando responsabilidades, enfim, participando. Para Welch (1994) profissionalismo é também um estado de pensamento/espírito.

Na área de informação, aquel a quem Mason (1990) denomina Moderno Profissional da Informação (MIP) é o capacitado a utilizar seus conhecimentos especiais em Informação com um único objetivo: dar a informação certa, da fonte certa, para o cliente certo, na hora certa, na forma mais apropriada para o uso a que se destina e com um custo justificado pelo uso.

Nesse sentido, referido autor aponta como MIPs, dentre outros, os seguintes profissionais: Administrador, Analista de sistemas, Arquivista, Bibliotecário, Contador, Jornalista e Museólogo. Veja-se o que ressalta Neves (1996, p. 12-3) a esse respeito:

A expressão Moderno Profissional da Informação, tem sua origem na sigla inglesa MIP (Modern Information Professional) que surgiu, na literatura, a partir do final da década de 80 e início da década de 90, para atender a uma necessidade das unidades de informação, que trabalham hoje principalmente com a realidade das novas tecnologias em uma era de globalização. Para atender a essa multiplicidade de caminhos, a FID (Federação Internacional de Informação e Documentação) criou, em 1992, o grupo SIG/MIP (Special Interest Group / Modern Information Professional).

Hoje pode-se encontrar, na literatura mundial, muitas discussões sobre as novas posturas, competências e características desejáveis a respeito desse profissional da informação. No Brasil igualmente, o MIP passou a ser objeto de análise e discussão, como por exemplo, a temática do IV Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação (São Paulo, agosto de 1995): “O ensino de Biblioteconomia em face do moderno profissional de informação”. Outro exemplo é com o grupo PET/CAPES de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Campus de Marília, que tem como tema central o MIP, procurando analisar as perspectivas e atuação desse profissional.

Na visão de Welch (1994), existem características profissionais apropriadas ao Moderno Profissional da Informação: orientação para o cliente, responsabilidade, efetiva atuação profissional, ao que Ponjuan (1993) acrescenta ainda características como: adaptabilidade a um meio em mudança, flexibilidade, inovação, imaginação e criatividade.

Hoje, esse profissional depara-se, ainda com uma questão fundamental para o desenvolvimento de suas atividades: as chamadas *Novas Tecnologias*.

2 Novas tecnologias

Segundo definição de Ferreira (1995) tecnologia é o conjunto de conhecimentos especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividades.

As novas tecnologias podem ser interpretadas como *tecnologia da tecnologia*, como nos casos de aprimoramento de uma tecnologia pré-existente por meio de uma evolução, uma melhoria (uma *nova* tecnologia portanto). Tem-se, assim, a idéia de aperfeiçoamento da técnica.

Como toda tecnologia, as tecnologias de informação também podem provocar alguns problemas e ou gerar novas situações de turbulências não previstas pelos gerentes responsáveis por suas implantações (Cunha, 1994, p. 187).

Ressalta ainda Cunha (1994, p. 188) a necessidade de se “manter uma postura crítica em relação a cada tecnologia de informação, de maneira a que ela não seja encarada como a resposta para todos os nossos problemas”. Essa postura crítica significa, também, que as novas tecnologias podem ser boas ou más no verdadeiro sentido da palavra, porque a tecnologia não distingue aquilo que é benéfico do que é danoso, como é o caso da fabricação de produtos químicos de diferentes tipos que o homem pode utilizar para seu benefício ou para prejuízo seu e/ou da coletividade. Lembra-se ainda o caso de Alfred Nobel que, ao gerar seu invento, que o tornou mundialmente conhecido, não tinha idéia do uso que seria feito dele.

Outro aspecto a se ressaltar é a denominação novas tecnologias, pois o conceito de novo é relativo: o que é hoje certamente já não mais será amanhã.

Trazendo a questão para a área informacional, tem-se a tecnologia, como forma de se trabalhar com a informação, seja ela o meio ou o fim do processo.

Como afirma Montoia (1991), o cenário mundial transformou-se consideravelmente pois

o poder não está mais na ponta do fuzil, como pregava o venerável presidente Mao nos já dourados e longínquos anos 60. Ele parece ter atravessado o Mar da China, migrando para as teclas dos computadores. Saber, prever, poder. Esta velha bandeira, sonhada pelos filósofos iluministas, apregoada pelos cientistas do século XIX, poderia agora estar se concretizando em algumas pastilhas de silício movidas a eletricidade?

E os profissionais, por sua vez já não são mais os mesmos.

A soma dos computadores com as tecnologias de telecomunicação promoveu o encontro e a oportunidade para os profissionais da informação, de um novo pensar, uma nova forma de abordar a informação e aqueles que dela se utilizam para produzir a riqueza material e espiritual da sociedade contemporânea. Araújo (1996).

Um novo aparato se apresenta a esse profissional: se antes a busca pela informação se fazia por meio da consulta a catálogos ou da ida às estantes, hoje o acesso à informação é, muitas vezes, através do computador ligado ao telefone.

E os exemplos não param: são os processadores de texto e imagem, as estações virtuais (como por exemplo, a biblioteca virtual), o hipertexto, que tenta imitar as operações mentais complexas, porém realizadas a todo momento, conduzindo uma porção de idéias em paralelo, simultaneamente, as redes, como a Internet, que você pode comunicar-se com o mundo sem sair de casa. Para se ter uma idéia de quanta informação existe nesta rede, apenas o diretório WWW (Word Wide Web) possui cerca de 22 milhões de páginas de informação! E, nesse contexto, não se pode esquecer da Internet, “vista como canal de comunicações de informações que obteve o maior sucesso dos últimos tempos” (Araújo, 1996).

Entre tanta tecnologia, podemos perceber que o avanço tecnológico não está apenas nos *softwares*, mas também nos suportes documentários. Como exemplo disso tem-se o livro: presume-se que um dia o papel irá acabar, mas iremos encontrar livros em CD-ROM. Portanto, o que está mudando é o suporte documentário: poderá acabar o suporte papel, mas não o documento livro. Em decorrências das profundas

alterações de suporte e transmissão de informação, houve evolução da metodologia de tratamento documentário e, por consequência, de atendimento ao usuário, visando cada vez mais a maior satisfação do mesmo.

Entretanto, questiona-se, com freqüência, o porque do uso do computador num país de terceiro mundo, como o Brasil, onde a realidade é ainda diversificada em termos de tecnologia. Para muitas pessoas a tecnologia tem *roubado* seus empregos, como afirma Capozoli (1996) “competindo em desvantagem com a eficiência mecânica das máquinas, a velocidade dos computadores e a racionalidade que eles trouxeram à produção, trabalhadores de todos os seguimentos batem em vão às portas das empresas”. Em razão disso, a tecnologia não pode ser vista como uma concorrente do homem e sim como sua aliada que venha dividir as tarefas de seu dia a dia , ficando assim com mais tempo para seu lazer e seu próprio desenvolvimento pessoal . Por isso, é irresponsabilidade do homem não levar a sério as tecnologias existentes.

Qualquer profissional encontra barreiras quando tenta transformar suas rotinas manuais em rotinas automatizadas. Como profissional da informação, o bibliotecário tem como objetivo o conhecimento, a atualização e a descoberta de meios que lhe possibilitem um pleno atendimento ao usuário.

Segundo Barsoti (1989) “à medida que o tempo ia avançando o computador [...] foi se afirmando cada vez mais como grande aliado da biblioteconomia e tudo o mais referente à informação e ao seu manuseio” o que vai ao encontro da idéia de Barreto (1985) no sentido de que “o desenvolvimento tecnológico contemporâneo da era da informática está se encarregando de revolucionar as indústrias da informação e dirigi-las para novos rumos”.

Os computadores oferecem aos bibliotecários a possibilidade de atualizar a imagem da sua profissão e das suas instituições. Para uma melhor modernização e a expansão da própria Biblioteconomia, torna-se necessária a automação. Em um país avançado são necessários centros de documentação automatizados, interligados a grandes redes.

Para suprir a necessidade de mudanças entre as organizações líderes e o mercado, o enfoque dado à informação e às novas tecnologias foi bem expressivo, fazendo com que se formassem recursos estratégicos e proporcionando vantagens em concorrências. Em consequência, os conceitos de informação, conhecimento e inteligência são freqüentemente usados na literatura sobre gestão empresarial.

A evolução tecnológica ocorrida em países desenvolvidos do chamado primeiro mundo, provocou um salto tecnológico por parte dos países subdesenvolvidos em relação ao seu desenvolvimento, já que este é um dos fatores preponderantes para qualquer mercado de concorrência, seja na área industrial, empresarial, científica ou comercial.

Esse novo profissional que tem surgido nas escolas de Biblioteconomia no Brasil, não vem de uma determinação do governo ou de algum decreto: a própria sociedade tem exigido, em todas as áreas, um profissional mais humano, capacitado e com uma preocupação primordial: o seu cliente, usuário, ou seja, a pessoa que irá receber seus serviços, pois esta consiste na razão da sua profissão.

No Brasil, a situação desse profissional é bastante complexa, pois a profissão de bibliotecário surgiu com muitos preconceitos e barreiras. Segundo Guimarães (1994), “destacam-se diferenças sócio-econômicos e culturais, salários diversificados, caráter feminino da profissão, falta de identidade profissional, falta de espírito participativo, evasão escolar e ausência de divulgação”. Com tudo isso, esse profissional inovador tem surgido, e tem colocado a profissão sob um novo patamar. Apesar da lentidão desse processo, esse profissional tem vencido, algumas batalhas, como o uso de novas tecnologias nos processos biblioteconômicos e na formação educacional, onde a preocupação é estar formando esse profissional moderno e dinâmico.

3 O MIP frente às Novas Tecnologias

A interface Profissional da Informação / Novas Tecnologias é ressaltada por Robredo (1989) ao afirmar:

Sobre os Novos Profissionais da Informação nota-se uma preocupação dominante sobre 2 aspectos fundamentais: a influência das Novas Tecnologias e das novas estruturas sócio-econômicas na transformação das profissões da informação e o papel social da biblioteca.

Com a evolução das tendências e o surgimento das complexidades, os Profissionais da Informação enfrentam novos desafios, como a informação tecnológica, a globalização e um complexo fluxo de informação.

Os avanços da informação tecnológica estão acontecendo muito rápidos e o profissional precisa se atualizar constantemente, tendo em mente uma

política de democratização e acesso justo da informação. Seu maior desafio, portanto, está em assumir e ser aceito no seu papel-chave de tomador de decisões. Para isso, no entanto, são necessárias algumas mudanças nesse profissional:

- a) compreender algumas implicações de decisões que abrangem tecnologias da informação;
- b) conhecer quais as condições financeiras e os investimentos em recursos humanos requeridos;
- c) saber quando a próxima mudança da tecnologia deve ocorrer, o quanto esta transação custará, inicialmente e na construção básica, e
- d) conhecer o inter-relacionamento, as ligações e dependências das tecnologias da informação.

Conclusão

Os anos 90 continuarão a ser um tempo de rápidas mudanças tecnológicas, de grande dispersão de conhecimento e de expansão multicultural do ambiente de trabalho e os Profissionais da Informação têm que estar preparados para um mercado de trabalho amplo que se diversifica cada vez mais devido ao surgimento das Novas Tecnologias. Devem, assim, investir no próprio conhecimento para lidar com tais mudanças.

Percebe-se, então, que o profissional, para que esteja capacitado para atuar nessa *sociedade pós-industrial das novas tecnologias*, precisa ter um perfil interdisciplinar com espírito inovador e de liderança (para se adaptar as mudanças e acompanhá-las), além de flexibilidade, criatividade, responsabilidade e principalmente *profissionalismo*.

Portanto, é necessário estar atento, por um lado, às necessidades de seus clientes, auxiliando-os nas dificuldades que surgirem, e, por outro, aos custos da informação. Além disso, necessita fornecer soluções apropriadas às diferentes situações informacionais que lhe são colocadas (versatilidade), lembrando-se que a tecnologia lhe é muito útil mas nem sempre é a melhor solução.

Necessário, assim, é que, para garantir seu M (de moderno) seja acima de tudo *profissional*, possuindo os atributos previstos no acórtico de Ponjuan (1995):

Profundo; Rápido; Organizado, Flexível, Ético, Simples,
Investigador, Orientado para o cliente, Novo (inovador), Audacioso e Laborioso.

Bibliografia consultada

- ARAÚJO, V. M.H., FREIRE, I. M. A rede Internet como canal de comunicação na perspectiva da Ciência da Informação. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 2, maio/ago 1996.
- ARENAS, J. L. de O futuro da formação de bibliotecário. *Ciência da Informação*, México, v.24, n.3, p.134-138, 1993.
- BARRETO, A. R. Comunicação, informática e jornalismo: sua importância na indústria de informação no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v.13, n. 1, p.139-47, jan/jun, 1985.
- BARSONI, R. Ascensão e queda de uma profissão. *Palavra-chave*, São Paulo, s.d.
- BIGGS, M. Reflections on continuing education... near a Window. *Journal of Education for Library and Information Science*, v. 36, n. 2, p.174-79.
- CAPOZOLI, U. O avanço da ciência e a utopia do ócio. *O Estado de S. Paulo*. 10 mar. 1996, p.1-7. Caderno 2
- CHARTIER, R. Do códice ao monitor : a trajetória do escrito. *Estudos Avançados*, v.8, n.21, p.185-199, 1994.
- CUNHA, M. B. da. As tecnologias de informação e a integração das bibliotecas brasileiras. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 2, maio/ago. 1994.
- DICIONÁRIO Aurélio básico da língua portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.
- DOSA, M. News challenger to the information professional. *FID News Bulletin*, v. 42, n. 3, p.51-6, mar, 1992.
- GUIMARÃES, J. A. C., GUAREZZI, S. Divulgação profissional em biblioteconomia: um compromisso político-pedagógico com a informação e com a categoria. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 3, p.156-57, set. 1994.
- MACHADO, A. Fim do livro? *Estudos Avançados*, v. 8, n. 21, p.201-14, 1994..
- MARCHIORI, P. Z. Bibliotecários e informáticos: a ocupação de posições relativas no campo de atividades de informação. *Transinformação*, v. 8, n. 1, p. 89-111, jan/abr. 1996.

- MASON, R. O. What is an information professional? *Journal of Education for Library and Information Science*, v. 31, n. 2, p. 122-39, 1990.
- MCCARTHY, C. M. O comportamento do bibliotecário diante da informática. *R. Esc. Bibliotec. UFMG*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 7-23, mar. 1989.
- MEYRIAT, J. La formation initiale en France, des professionnels de l'information et de la documentation. *Documentaliste*, v. 30, n. 2, p.91-8, 1993.
- MONTOIA, P. O livro e o computador. *Leia*, p.21-32, abr. 1991.
- PONJUNA, G. El profesional de la información. In: COBIBiii. São Paulo, ago. 1995. (Texto digitado).
- QUINN, K. T. Technical vitality challenger for information professionals in the 1990s. *FID News Bulletin*, v. 42, n. 3, p. 57-61, mar. 1992.
- ROBREDO, J. Considerações prospectivas para a próxima década sobre a evolução da informação no Brasil. *R. Bras. de Bibl. e Doc*, v. 22, n. 3-4, p. 13-31, jul/dez. 1989.
- TARAPANOFF, K. O profissional da informação em áreas de ciência e tecnologia no Brasil: características e tendências. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 18, n. 2, p.103-19, jul/dez. 1989.
- VIDOTTI, S. A. B. G., SANTOS, P. L. V. A. C. (1995). Hypermedia: methodology for storing and retrieving information. CONGRESO INTERNACIONAL DE INFORMACIÓN - INFO'95, *Anais....* La Habana - Cuba, set. (em disquete)
- VIEIRA, A. da S. Conhecimento como recurso estratégico empresarial. *Ciência da Informação*, Brasília, v.22, n.2, p.99-101, maio/ago. 1993.
- WELCH, L. The modern information professional : is a very personal definition. *FID News Bulletin*, v. 44, p. 47-8, March. 1994.

VIDEOLOCADORA: ESTUDO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO¹

Michela Iris SILVA²

RESUMO: A videolocadora é uma instituição que armazena, processa e dissemina informações contidas em fitas de vídeo e/ou disco óptico. Neste sistema de informação, os dados informacionais de um filme devem estar armazenados de maneira a permitir um acesso dinâmico, possibilitando a recuperação de forma rápida e concisa. Portanto, o software para automação de videolocadora deve dar uma maior importância às informações cinematográficas, e a base de dados deve conter informações pertinentes ao filme. Recomendamos o uso do software gerenciador de base de dados bibliográficos Micro-Ísis, para a formatação da base de dados cinematográficos (para videolocadoras) porque este trabalha com campos de tamanho flexível e com a lógica booleana, o que possibilita uma melhor organização e recuperação de informações.

PALAVRAS-CHAVE: Videolocadora; sistema de informação; automação.

Sistema de informação

Ainda não foi encontrada uma definição que seja universalmente aceita para o termo sistema de informação. Dias (1985, p. 3) o define “como sendo um esforço organizado para prover informações que permitam à empresa decidir e operar.”

Já para Langefors (apud Dias & Gazzaneo, 1977, p. 5) “[...] sistema de informação é qualquer sistema usado para prover informação (incluindo o seu processamento), qualquer que seja o uso feito dessa informação”.

¹ Síntese da Dissertação de Graduação em Biblioteconomia na Unesp defendida em 1996, sob orientação da Prof^a Silvana Ap. B. Gregório Vidotti.

² Bacharel em Biblioteconomia - Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - ex-bolsista PET/CAPES de Biblioteconomia - Marília.

Podemos considerar como sistema de informação os diversos fluxos de informação que percorrem uma organização, dos seus níveis mais altos até os mais baixos, e mesmo entre os setores de mesmo nível hierárquico. Estas informações correm pela organização da mesma forma que o sangue circula no corpo humano, dando-lhe vida e possibilitando-lhe a sobrevivência.

O sistema de informação está para um sistema organizacional assim como o sistema nervoso está para o corpo humano. Como diz Verzello & Reutter 1984, p. 26):

[...] é uma rede espalhada pela organização inteira, utilizada por todos os outros componentes. Seu propósito é obter informações dentro e fora da organização, torná-las disponíveis para os componentes internos da organização, quando estes necessitarem, e apresentar as informações exigidas pelos que estão fora da organização.

Manter a informação prontamente acessível para uso futuro é um dos principais e mais comuns objetivos do sistema de informação.

O sistema de informação compõem-se basicamente de: dados, sistema de processamento de dados e canais de comunicação.

O sistema de informação é extremamente importante para o sucesso de qualquer organização, pois a qualidade e coesão das informações tanto recebidas, quanto fornecidas são preocupações básicas de qualquer empresa.

Os diferentes níveis de decisão dentro de uma empresa necessitam de diferentes graus de agregação à informação, pois quanto maior o nível de decisão, maior e mais precisa deverá ser a informação.

Todos os componentes e níveis de decisão da empresa possuem um sistema de informação, pois qualquer que seja o setor, administrativo ou operacional, trabalha com informações a todo momento.

Videolocadora

Podemos afirmar que, a videolocadora funciona como um sistema de informação, pois sua organização possui dados, processa estes dados e se utiliza de canais para disseminar estes dados.

O suporte físico básico de uma videolocadora é uma fita de vídeo ou um disco óptico contendo filme. Os dados informacionais do filme necessitam estar armazenados de maneira a facilitar o acesso e a recuperação dos mesmos de maneira rápida e concisa, pois quanto melhor for a recuperação, maior o número de usuários satisfeitos com este sistema de informação.

Breve histórico

A década de 80 trouxe para o Brasil uma nova alternativa de lazer que a cada dia está mais e mais incorporada à rotina de um grande número de pessoas: assistir filmes em videocassete.

Chamado por muitos de cinema em casa, a fita de vídeo, tornou-se uma grande opção de divertimento e fonte de informação, principalmente entre a classe média urbana. Um dos fatores que mais contribuiu para isso foi o fácil acesso aos aparelhos de videocassete. Também existe o fator comodidade, uma vez que se pode ter diversão boa e barata, sem enfrentar trânsito, filas, sem sequer sair de casa, ao contrário dos cinemas. Mesmo não tendo todo o fascínio do telão, o vídeo possibilita rever aquele filme de cabeceira, bem como atualizar-se em relação aos últimos lançamentos da indústria cinematográfica. Podem ser vistos a qualquer hora, de uma só vez ou em partes, sem contar que uma determinada cena ou diálogo favoritos podem ser repetidos várias vezes.

Inicialmente as videolocadoras eram tímidas, possuíam pouca variedade de títulos e o atendimento aos clientes era informal. Hoje as videolocadoras contam com serviços mais personalizados e estão se profissionalizando cada vez mais para garantir seu espaço no mercado que, principalmente nos grandes centros, é altamente competitivo.

Videolocadora ou videoteca?

Apesar desse trabalho de pesquisa estar direcionado às videolocadoras, não podemos deixar de mencionar as videotecas, que são de grande importância para a sociedade, além de apresentarmos as diferenças entre videotecas e videolocadoras, uma vez que, nem sempre essas diferenças são reconhecidas.

A videoteca, tem a preocupação de possuir em seu acervo, uma coleção de filmes que atendam as necessidades de pesquisa dos seus usuários, possibilitando dessa forma, uma ampliação de suportes informacionais para os mesmos. E, também, algumas vezes as videotecas incluem em seus serviços oferecidos, o empréstimo domiciliar, repetindo o serviço das videolocadoras.

Já as videolocadoras não tem por área definida apenas o lazer, como a maioria das pessoas pensam, mas também a ciência e a tecnologia, a educação formal, a cidadania, enfim, a cultura no seu sentido mais amplo.

Como as videotecas servem basicamente de suporte a pesquisadores, elas possuem uma grande preocupação com a descrição temática dos filmes, como Perota (1991, p. 46) afirma que a recuperação de filmes em uma videoteca, deve ser estabelecida por: “[...] o conjunto todo: montagem, música, cenografia, diretor, produtor, atores; - a imagem (plano isoladamente): informações contidas, personagens, pessoas, locais etc.”

O AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano) é um instrumento de trabalho que vem preencher as necessidades de descrição de uma obra cinematográfica.

As videolocadoras não tem a preocupação de recuperar, por exemplo, uma única imagem de um filme, e sim, recuperar os filmes por gêneros (temáticas), atores, diretores, entre outros.

As videotecas possuem caráter social - o de informar o máximo possível seus usuários e auxiliá-los em suas pesquisas, já as videolocadoras tem o caráter comercial, procurando dar informações suficientes para despertar curiosidade nos seus usuários, instigando-os assim, a assistir determinado filme. Um exemplo disto é o tipo de resumo dos filmes feito em cada uma das instituições. Na videoteca é importante informar o máximo possível do filme, com um resumo informativo, na videolocadora, acontece exatamente o contrário: deve-se informar o mínimo para se despertar a curiosidade do usuário do serviço, utilizando assim, uma sinopse.

Automação de videolocadora

Para compreendermos melhor a automação de videolocadora, é necessário conceituar primeiramente, o que é automação e o que é informatização.

Segundo Camarão (1988, p. 28-260),

Automação é a implementação de processos através de métodos automáticos; a pesquisa, projeto, desenvolvimento e aplicação de métodos de execução de um processo automático, autocontrolado. Enquanto que, a informatização é a preparação de um programa ou problema para ser resolvido automaticamente por um computador, através de programação específica.

Hoje em dia, todo o mundo busca a qualidade. Independente de qual seja o setor (econômico ou social) as pessoas buscam o máximo de qualidade, seja nos produtos, nos serviços ou no atendimento. A informática é considerada por muitos como um instrumento indispensável no processo da busca de qualidade.

A chegada da TV por assinatura tem preocupado o mercado de videolocadoras que inevitavelmente divide parte de seu público com esta alternativa, o que contribui para que as videolocadoras repensem sua estratégia, fazendo com que o cliente se torne alvo de estudos minuciosos, para que possam atraí-lo de maneira ágil e qualificada para as videolocadoras.

Diante de uma clientela cada dia mais exigente e seletiva, os proprietários/administradores das videolocadoras estão se rendendo a uma evidência lógica: a automação é uma condição necessária para qualquer empresa administrar bem os seus negócios.

Com isto, os softwares aplicativos para videolocadoras tornaram-se imprescindíveis para o bom atendimento ao cliente e passaram a ser considerados como item básico para o funcionamento das videolocadoras. Sem eles, é impossível implementar o negócio, especialmente para os que possuem um volume significativo de fitas para administrar. Há 10 anos era impossível encontrar no mercado um software para este fim. Hoje existem boas alternativas que podem ser, inclusive, adaptadas com as características próprias da videolocadora.

Imagine a satisfação do cliente ao saber que ele pode ter em questão de segundos, a relação de filmes visto por ele no último ano, ou os filmes no gênero que o agrada e até mesmo os filmes estrelados pelos seus atores preferidos.

Os softwares aplicativos para videolocadoras que estão no mercado, praticamente executam os mesmos serviços, de administração financeira e de

armazenamento e recuperação das informações, o que muda é a precisão de um para o outro.

A automação em uma videolocadora ou em qualquer outro sistema de informação deve ser o resultado de uma análise do sistema e, a partir daí, a constatação de que existe a necessidade da automação e que ela deve ser adequada à videolocadora ou ao sistema de informação.

Análise de softwares aplicativos para videolocadoras

A análise dos softwares aplicativos para videolocadoras, seguiu alguns itens de avaliação, descritos por Neubbaber(1993, p. 4) e Marasco & Mattes (1995, p. 40-9), que descrevem a análise de softwares para bibliotecas, uma vez que estes possuem uma maior preocupação com a recuperação de dados informacionais.

Seguimos para essas análise alguns critérios pré estabelecidos que aqui estão relacionados: fornecedor; facilidade de uso; interface e integração de menus; assistência técnica; manutenção e suporte; linguagem de programação; ambiente e sistema operacional; tamanho e tipo do computador; segurança do sistema; instalação; atualização de versões; manuais e documentação do sistema; treinamento; tempo e história de vida; custo e condições de comercialização e compatibilidade com outros softwares.

A ênfase desta análise foi dada na base de dados de cadastro de fitas/filmes, visto que, nossa maior preocupação é como o armazenamento e a recuperação dos dados informacionais cinematográficos. Portanto as outras tarefas realizadas pelos softwares serão apenas descritas, ficando a análise propriamente dita, para as referidas base de dados. É importante lembrar que, com exceção do sistema da videolocadora estudada, todos os outros softwares são demonstrativos, fornecidos pelas respectivas empresas para a análise.

Vídeo 4.1

O sistema Vídeo 4.1 foi desenvolvido, com o objetivo de gerenciar os serviços de uma videolocadora, em linguagem Clipper 5.2, pela Menthor Sistemas, que dá suporte, assistência técnica e manutenção de 2ª à 6ª feira das 8:30h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h no seguinte endereço: Av. Flores da Cunha, 1050 Cj. 302

Cachoeirinha - RS - fone/fax (051) 470-5712. O valor comercial do software é de R\$ 270,00.

O Vídeo 4.1 utiliza sistema operacional MS-Dos 5.0, e requer como configuração mínima um equipamento compatível com IBM PC 386 SX, 450 KB de memória convencional - RAM e 4.000.000 bytes livres no disco rígido.

Sua instalação acontece de maneira simplificada. Existem dois manuais de usuários: um com as operações básicas e outro mais detalhado. Em momento algum é citada a compatibilidade com outros softwares.

Os campos são de tamanhos fixos e para se cadastrar os dados, o sistema sempre informa qual é o próximo código a ser dado. Ele trabalha com help-on-line e possui um protetor de tela. A proteção do sistema é dada somente com a senha de acesso.

A interface com o usuário é feita através de menus, baseados no padrão SAACUA da IBM.

RL - administra videolocadora (RLVD 6.0)

O sistema RLVD foi elaborado pela RL Assessoria e Consultoria em Sistemas S/C Ltda., que dá manutenção, suporte e assistência técnica no seguinte endereço: Rua Barão do Triunfo, 2119 - Campo Belo - São Paulo/SP fone/fax (011) 5561-3444. Seu preço de venda é de R\$ 230,00.

O sistema é desenvolvido em sistema operacional MS-DOS. As atualizações das versões do sistema fazem parte do contrato de manutenção e o cliente receberá sem nenhum ônus as futuras versões atualizadas.

Sua instalação é simples e requer como configuração do equipamento um IBM-PC (ou compatível) e sistema operacional MS-DOS 3.30. Não existe compatibilidade com outros softwares. Junto com o sistema acompanha um manual de instruções básicas de operações. Existe uma senha e uma sigla de segurança para se iniciar o sistema e outra senha para se acessar o cadastro de usuários. O sistema possui help-on-line.

Sua utilização acontece de forma tranqüila e sua interface é através de um menu principal.

SVL 7.0

O sistema SVL foi desenvolvido pela empresa Idéia e Solução Informática, que dá manutenção, assistência técnica e suporte no endereço: Estrada do Galeão, 994 Sala 214 - Ilha do Governador Rio de Janeiro-RJ fone/fax: (021) 462-3261. Seu preço de mercado é R\$ 390,00.

O SVL foi desenvolvido em linguagem de programação M (Mumps), pois esta linguagem ocupa menos espaço na memória e, o sistema pode migrar para qualquer plataforma de hardware ou software sem perda de dados. Pode-se utilizar qualquer configuração de microcomputador.

Existem atualizações de versões, pois o sistema está na versão 7.0, sua instalação acontece de maneira simplificada e o seu manual de instruções é bastante detalhado. O sistema possui proteção de tela, help-on-line e segurança para acessá-lo.

Existe o TCC (Terminal de Consulta do Cliente), onde qualquer cliente cadastrado e possuidor de uma senha, pode acessar este terminal e fazer as seguintes buscas: filmes disponíveis por ator, título e diretor; lançamentos por gênero; filmes já vistos; verificar histórico e cancelar senha.

Todos os relatórios tem a opção de impressão, na tela e para arquivo em disco. Sua interface é feita através de menus, onde existe dois menus principais, o SVL e o APL.

VL FAST 5.0

O sistema VL FAST foi desenvolvido pela Soft Logic Informática, que dá manutenção, suporte e assistência técnica no endereço: Av. Antártico, 249 - Jardim do Mar, São Bernardo do Campo - SP fone (011) 414-6855. Seu valor de mercado é R\$390,00.

O manual de uso do tipo não é divulgado junto com o software demonstrativo, o que dificultou a análise em alguns aspectos.

Ao se inicializar o sistema ele solicita confirmação da data e da hora e em seguida é realizada a abertura dos arquivos, após isto ele solicita a senha, o nome do usuário, o tipo de impressora e o valor da moeda corrente. Todos os gráficos são impressos ou visualizados na tela.

Sua interface é feita através de um menu básico.

Considerações dessa análise

Conforme dito anteriormente, a análise dos softwares aplicativos para videolocadoras deu uma maior ênfase no item de cadastro e relatório de filmes, uma vez que este é o enfoque proposto em nosso trabalho.

Foi possível constatar que existe uma preocupação muito grande com o tratamento dos dados administrativos financeiros, deixando a desejar quanto a recuperação dos dados informacionais cinematográficos.

Como vimos, nenhum dos sistemas analisados fazem a recuperação dos dados com a lógica booleana, considerada fundamental para este tipo de recuperação.

Os softwares possuem basicamente os mesmos princípios, diferindo na forma de apresentação dos campos e na recuperação dos dados (emissão de relatórios, por exemplo).

A estrutura das bases de dados informacionais dos filmes, em alguns softwares possuem muitos dados importantes, porém o sistema não recupera todos os dados cadastrados. Ficando assim, uma recuperação muito simplificada.

Portanto, é necessário que se dê uma atenção maior no armazenamento e recuperação dos dados informacionais cinematográficos, uma vez que, com o avanço das tecnologias, os usuários dos sistemas estão acostumando-se a exigir o máximo possível de informações.

Estrutura de base de dados cinematográficos para videolocadora: uma proposta

Como vimos anteriormente, existem várias diferenças na descrição e na recuperação de dados informacionais cinematográficos em uma videoteca e em uma videolocadora. É importante ressaltar que, a videoteca segue regras e padrões propostos pela Biblioteconomia e, a videolocadora descreve e recupera de acordo com o que o cliente solicita influenciado pelo mercado cinematográfico, mas nem

sempre os softwares para videolocadoras enfocam alguns requisitos para a descrição e a recuperação dos filmes.

Baseados nas diferenças entre as duas instituições que utilizam como suporte informacional os filmes e nas necessidades do mercado cinematográfico sugerimos para a implementação da base de dados cinematográficos para videolocadoras, que seja utilizado o formato do software gerenciador de base de dados bibliográficos Micro-Ísis, versão para Microcomputadores do Computerized Documentation System / Integrated Set of Information System (CDS/ISIS) desenvolvido pela UNESCO e comercializado no Brasil pelo IBICT, pois este trabalha com campos de tamanho flexível e com a lógica booleana, o que possibilita uma melhor organização e recuperação de informações, adequando assim, as necessidades do mercado de videolocadoras.

Conclusões

Como vimos, a videolocadora é um sistema de informação, pois ela possui dados, processa estes dados e utiliza de canais para disseminar a informação. Mas, é muito importante saber diferenciar a videolocadora da videoteca uma vez que, elas possuem princípios diferentes quanto à representação descritiva e temática dos filmes.

Apesar da videolocadora não ser específica para o atendimento de pesquisadores como no caso da videoteca, ficou constatado que, os softwares gerenciadores de videolocadoras, que estão no mercado devem dar uma maior ênfase à descrição dos dados informacionais cinematográficos, e não somente à parte administrativa financeira, de cálculos. Como ocorreu nos sistemas estudados.

O mercado na área de videolocação cresce diariamente e cada vez apresenta-se de modo mais competitivo, fica claro, a necessidade de prestação de um serviço diferenciado para destacar-se do grupo, e uma alternativa para isto é a realização de serviços personalizados.

Conforme vimos na análise de alguns softwares de videolocadora que estão no mercado, as necessidades de recuperação de dados informacionais não estão sendo bem atendidas, o que torna evidente a necessidade da formatação de uma base de dados que se preocupe basicamente com o armazenamento e a recuperação: de dados informacionais cinematográficos. Para esta formatação

sugerimos que seja utilizado software gerenciador de base de dados bibliográficos Micro-Ísis, porque este trabalha com campos de tamanho flexível e com a lógica booleana, o que possibilita uma melhor organização e recuperação de informações.

Bibliografia

- BARSOITI, R. *A informática na biblioteconomia e na documentação*. São Paulo: Polis, 1990. (Coleção Palavra-Chave)
- CAMARÃO, P. C. B. *Glossário de informática*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1988.
- CHAVES, E. O. C. *Multimídia: conceituação, aplicações e tecnologia*. Campinas: People Computação, 1991.
- DIAS, D. S. *O sistema de informação e a empresa*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1985.
- MARASCO, L. C. MATTES, R. N. Avaliação e seleção de software para automação de centros de documentação e bibliotecas. *Cadernos da FFC*. v. 4, n. 1, Marília, 1995. p. 40- 49.
- NEUBBBER, B. Prepare-se para avaliação de software para biblioteca. *CRB8 ABM*, p. 4 jan./mar. 1993.
- ROWLEY, J. *Informática para bibliotecários*. Trad. A. A. B. de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1994.
- SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo) *Vídeo locadora*. São Paulo: SEBRAE/SP, 1996. 36p. (Guia prático)
- SMIT, J. *Algumas questões sobre os documentos audiovisuais em bibliotecas*. São Paulo: APB, 1995. (Ensaio APB, n. 23)
- The American L. Association [et al.] *Código de catalogação Anglo- Americano*.
- GORMAN, M. WINKLER, P. W. (Coord.) Comissão brasileira de documentação em processos técnicos da Federação brasileira de associações de bibliotecários. (trad.) 2.ed. São Paulo: FEBAB, 1983. 2v.
- VERZELLO, R. J. REÜTTER III, J. *Processamento de dados: conceitos básicos, hardware*. Trad. R. Szwarcfiter e H. L. Marin. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1984. 2v.
- WALSH, R. Apresentação do DVD divide opiniões na VSDA. *Jornal do Vídeo*. São Paulo, v. 10, n. 7, p. 80, jul. 1995.

PERFIL DO MODERNO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO¹

Elisabete da Cruz NEVES²

Introdução

Este trabalho tem como preocupação delinear o perfil do MIP (Moderno Profissional da Informação), baseando-se no que a literatura mundial traz de relevante ao assunto.

O MIP surgiu na literatura no final da década de 80 e início da década de 90. Em 1992 a FID (Federação Internacional de Informação e Documentação) criou o grupo SIG/MIP, aumentando de forma significativa a literatura sobre o MIP; porém, no Brasil, há pouca literatura específica do MIP.

Percebe-se que é um tema atual, diversificado e interessante. Com a preocupação de estudar a atuação desse novo profissional é que o grupo PET/CAPES de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília, implantado em 1994, escolheu como tema central o MIP.

Motivada pelas discussões do MIP no grupo PET e devido à diversidade do tema, procurou-se traçar o perfil do MIP, apontando suas principais características necessárias para atuar nessa era global.

O presente trabalho foi possível, através de um resgate teórico da literatura mais relevante nesse contexto da atuação do MIP. Levou-se em consideração o período, analisando-se, assim, o que foi publicado de 1989 a 1996.

Diante dos fatos, pretende-se deixar este estudo - uma revisão de literatura preliminar -, como subsídio teórico e futura fonte de pesquisa para o curso de Biblioteconomia, que tem demonstrado interesse pelo tema na Reestruturação

¹ Síntese da Dissertação de Graduação em Biblioteconomia apresentada ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP - Campus de Marília, defendida em 1996, sob orientação do Prof. José Augusto Chaves Guimarães.

² Bacharel em Biblioteconomia pela UNESP - Marília. Ex-Bolsista PET/CAPES de Biblioteconomia (1994/1996).

Curricular (a partir de 1997) e no Projeto de Pós Graduação, assim como para o grupo PET, que norteou os primeiros passos para a realização deste trabalho.

Para avaliar a atuação do profissional da informação e delinear seu perfil, foi preciso uma abordagem da informação, já que é a matéria prima do MIP e que vem causando as mudanças na área, exigindo que o profissional pense em uma nova postura.

Um profissional que aplique seus conhecimentos gerais e específicos, numa sociedade em constantes mudanças, com clientes exigentes, a procura de informação adequada.

1 Informação

Nos dias de hoje, discute-se o fato de a informação poder se apresentar sob várias formas. Hoje ela é concebida em diferentes ópticas, o que a torna muito diversificada: pode ser registrada ou não e, também, vir por meio de vários canais como, Cds Rom ou mesmo via Internet que, ultimamente, pode ser considerado como o canal mais divulgado e moderno (atual) de transmissão da informação. Com isto pode-se supor que será necessária muita habilidade dos profissionais da informação para manuseá-la e trabalhar com a sobrecarga de informação.

Segundo Poblacion & Vergueiro (1993, p.148), “é cada vez mais evidente que a informação alcança todas as atividades humanas, independente das considerações ideológicas, políticas, técnicas e operacionais”. Assim, deixa de ser um privilégio de pequenas elites, proporcionando ao indivíduo, condições de acesso a informação para manutenção do direito de cidadania.

O papel da informação passou a ser evidenciado devido ao seu poder estratégico. Currás (1993, p. 215) coloca a informação como “tudo e nada ao mesmo tempo”, explicando que, embora existente, ela não se pode ser tocada. E completa,

é inerente a nossa própria natureza humana. Sem ela não poderíamos desenvolver-nos; é energia que move os neurônios; é um bem de consumo... a informação deve ser transmitida, comunicada e percebida; deve ser dominada, controlada e tratada para sua adequada utilização.

E é nesse contexto de domínio, controle e tratamento para transmissão da informação que se trabalhará a seguir.

A informação é fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico pois, com ela, se organiza o conhecimento para gerar novos conhecimentos.

Até o final da década passada, a visão da informação era de algo passivo, encerrada em rígidos documentos que ficavam nas estantes, à espera do usuário. Com a revolução da informática, a partir dos anos 80, ocorreram mudanças fundamentais com relação às expectativas dos clientes (e não mais dos simples usuários), passando a informação a garantir o espaço do indivíduo na sociedade.

Mason (1990, p. 124) ressalta que a informação é um dado interpretado de alguma maneira a dar sentido, o que nos leva a crer que o suporte de trabalho dos profissionais da informação é complexo e deve ser encarado de diferentes maneiras, dependendo do contexto e do ambiente em que está inserido. Assim, em um ambiente empresarial, por exemplo, é necessário saber administrar estrategicamente, o que faz com que a informação deva ser gerenciada de forma competente para estar disponível no momento certo. Indo ao encontro do que o autor coloca, a tarefa seria de transformar dados brutos em informações úteis e estas, por sua vez, em resultados.

A informação pode, ainda, se apresentar como bem cultural. Zarza Pérez (1993, p. 71) a trata como um recurso que se introduz em toda a sociedade e processos econômicos, relacionando-se assim com o homem e tudo o que está ao seu redor, como a produtividade industrial, a inteligência competitiva e outros fatores.

Pode-se, também, considerar a informação como elemento básico para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país, uma vez que alguns autores a tratam como um instrumento político de poder. Mueller (1990, p. 11), por exemplo, ressalta a importância dos meios de produção e distribuição da informação, como pilares fundamentais à sustentação desse poder. Seguindo a mesma linha de pensamento, Dosa (1992, p. 53) refere-se ao fato de a informação estar se tornando ferramenta para as organizações consolidando, assim, movimentos, novos empreendimentos e negociações políticas de todos os níveis. Mais barata que o prejuízo que a empresa possa estar tendo com a sua falta, a informação torna-se imprescindível, sendo importante investir em sua precisão e ainda na rapidez de sua transmissão.

A respeito da informação tecnológica, como recurso para as tomadas de decisões nas empresas, Michel (1993, p. 38) diz que “a informação especializada ou ainda profissional se torna um recurso de desenvolvimento das empresas, um componente essencial da competitividade”. Dessa forma, quando não se sabe usar a informação se perde muito e, nesse contexto organizacional, a exploração da informação faz com que empresas lucrem frente aos competidores: é a informação como mercadoria que, dependendo da situação, pode ser vendida ou trocada para reduzir as incertezas e orientar tomadas de decisões lucrativas.

Michel (1993, p. 38) também atenta para o fato de que, nos países subdesenvolvidos, há carência de políticas de informação e de desenvolvimento de recursos humanos e profissionais, junto com as más condições de acesso justo à informação. Esse problema da democratização da informação é um dos pontos que se pretende explorar nesse trabalho ao se tratar das competências dos profissionais da informação.

A informação tem que ser conhecida no seu ambiente, ou seja, o profissional tem que saber qual o tipo de informação que o seu cliente deseja. Para isso, esse profissional necessita de características diferenciadas para se destacarem no mercado. Não adianta o excesso de informação para as tomadas de decisões, é preciso, isto sim, exatidão.

A informação pode ser vista, também, como base de interação no relacionamento humano e, hoje em dia, com a informática, tornou-se possível um aumento da oferta de informação e das possibilidades de sua disseminação e mesmo do intercâmbio, pode-se encontrá-la disponível em linha, através de bases de dados e Internet.

De acordo com Cooney (1991, p. 179), o valor intrínseco e indiscutível da informação é o de possuir qualidades próprias, como um poema por exemplo, ainda que esse valor possa não ser propriamente econômico em termos de mercado.

Quando se fala em valor da informação, é preciso refletir sobre a evolução do pensamento econômico e as práticas empresariais, juntamente com uma postura adequada do profissional com o seu instrumento de trabalho. Assim, o valor da informação aumenta quando o custo da produção diminui.

Valentim (1995, p. 4) lembra que no futuro a biblioteca provavelmente será virtual, com informação armazenada em textos, imagens e sons,

transmitida através de redes como a Internet. Com isso o usuário terá acesso bem mais rápido, podendo receber o que necessita na sua própria casa.

Nesse contexto, pode-se assim, visualizar como uma das tarefas a serem enfrentadas pelo profissional, quanto a informação, a de determinar sua relevância e disponibilidade *para cada necessidade*. A partir daí, cabe-lhe analisar se a informação é confiável ou não dentro de um determinado contexto. Da mesma forma, terá que trabalhar com o crescimento da demanda por informações, para que possa proporcionar um serviço de qualidade e, assim, melhor penetração no mercado. É a *informação com qualidade no momento oportuno* e presente no *momento decisório*.

Do papel preponderante da informação na atualidade, surge a necessidade de se abordar aquele que faz dela o objeto de sua atividade profissional.

2 Profissional da informação

Para Welch (1994, p. 47), profissional é aquele que tem um nível considerável de competência em qualquer atividade, além de possuir habilidades específicas, seguir condutas profissionais assumidas pela maioria, estar atento ao contexto sócio-econômico e cultural, desempenhar eficientemente as atividades a ele designadas, compartilhar responsabilidades e enfim, participar.

Em termos de Brasil, a história desse profissional que faz da informação seu objeto, coincide com a própria história da profissão bibliotecária que, segundo Guimarães & Guarezzi (1994, p. 43), teve como marcos:

- a) a visão do bibliotecário erudito, de formação eminentemente humanista e preocupado com problemas culturais, sob a forte influência francesa da Ecole de Chartres, o que propiciou a criação do primeiro curso de Biblioteconomia do país: o da Biblioteca Nacional (1879-1930);
- b) o bibliotecário ligado ao desenvolvimento das atividades técnicas de tratamento e organização de documentos, com a influência norte americana, que inspirou os primeiros cursos de São Paulo (1930-1960);
- c) o reconhecimento oficial da profissão em nível superior, com o estabelecimento de uma legislação profissional e a criação de órgãos de classe (década de 60);
- d) criação de cursos de pós graduação, desenvolvimento de pesquisas na área e surgimento de periódicos científicos na área (década de 70);

- e) a reformulação curricular em biblioteconomia e a visão do bibliotecário como agente cultural (década de 80).

Os referidos autores mostram, ainda que, a partir do final da década de 80 e início da década de 90, com uma nova ordem social voltada para a globalização dos mercados, a informação passa a atuar como produto essencial para o desenvolvimento e a abordagem interdisciplinar torna-se imprescindível à profissão, surgindo um novo conceito de profissional, de natureza mais abrangente: o profissional da informação.

Hoje o profissional da informação é uma exigência social, uma necessidade para unidades de informação que enfrentam o problema da crescente demanda por informações. É preciso, então, indivíduos com orientação para um trabalho dinâmico.

Mason (1990, p. 125) caracteriza o profissional da informação como um “profissional capacitado para fornecer a informação certa, da fonte certa, ao cliente certo, na hora certa, da forma mais apropriada para o uso a que se destina e com um custo justificado pelo uso”. Os profissionais da informação capacitam seus clientes para entender e conhecer a informação, são mediadores entre uma mente e outra. Além de possuir conhecimento de acesso à fonte necessária para adquirir a informação que o cliente deseja. O autor acrescenta que a tarefa de um profissional da informação é assegurar que a informação seja transmitida para o cliente e seja disponível no espaço geográfico onde a informação é solicitada. Para enriquecer esta caracterização do profissional, podemos acrescentar que ele terá que colocar sua personalidade em função das exigências de um mercado diversificado e amplo, que vai contar principalmente com a sua competência e flexibilidade.

Mason acrescenta que o rol dos profissionais da informação se integram, entre outros, por administradores, arquivistas, analistas de sistemas, contadores, bibliotecários, museólogos e jornalistas, cada qual com seu papel específico.

Com relação a informação, o bibliotecário hoje, não pode mais ficar preso a limites físicos de uma biblioteca, pois sua atividade ultrapassou barreira físicas e conta com o uso difundido da tecnologia, já que agora a atenção está voltada para o cliente e não mais para o passivo usuário. E o cliente dá valor à informação que poupa suas energias, seu tempo e se apresenta na forma adequada.

Smit (1993, p.81) coloca a profissão bibliotecária hoje como uma das “3 Marias”, juntamente com a arquivística e a museologia, em virtude de terem

sido todas profissões que, no princípio, tiveram predominância feminina. Essa idéia de integração das mesmas, mostra que a profissão bibliotecária não está mais isolada e adquirindo uma característica interdisciplinar.

A autora ressalta a dificuldade que o profissional terá que enfrentar, ao trabalhar com os documentos audiovisuais, pois buscará tratamentos diferenciados para os mesmos. A dificuldade estará não só no tratamento dos documentos audiovisuais, ou em outros materiais, mas também no atendimento ao cliente, pois cada necessidade é um caso. O atendimento então, terá que ser diferenciado e único.

A biblioteconomia está caminhando para novos rumos. Assim, a visão de uma “profissão feminina”, como alerta Almeida Júnior (1985, p. 8) dá lugar à de uma profissão mista onde homens e mulheres se empenham em fazer da atividade informacional seu meio de subsistência (profissão).

De acordo com Mueller (1990, p. 17), o objetivo da profissão bibliotecária é a informação e o papel do bibliotecário é de catalisador/difusor do conhecimento dentro da sociedade, advindo daí seu grande potencial político como agente de transformação social. A autora ressalta a importância do profissional deixar de ser um simples curador de acervos de bibliotecas e se transformar em um agente efetivo da comunicação entre a biblioteca e os seus públicos, entre a informação e os usuários. É o profissional como um intermediário e transformador da informação, atuando de forma eficiente para que se agregue valor a ela.

Porém, embora o profissional tenha que estar atualizado e preparado para trabalhar nesse novo ambiente global com constantes mudanças, ele também terá que possuir bom embasamento quanto aos princípios básicos da Biblioteconomia (aporte teórico), para que possa, assim, adaptar seus conhecimentos e técnicas à realidade das novas tecnologias e às necessidades efetivas dos clientes.

Desse contexto, a modernidade se impõe ao profissional, surgindo o conceito de Moderno Profissional da Informação.

3 Moderno profissional da informação

A expressão Moderno Profissional da Informação, tem sua origem na sigla inglesa MIP (Modern Information Professional) que surgiu, na literatura, a partir do final da década de 80 e início da década de 90, para atender a uma necessidade

das unidades de informação, que trabalham hoje principalmente com a realidade das novas tecnologias em uma era de globalização.

Para atender a essa multiplicidade de caminhos, a FID (Federação Internacional de Informação e documentação) criou, em 1992, o grupo SIG/MIP (Special Interest Group / Modern Information Professional).

Hoje, pode-se encontrar, na literatura mundial, muitas discussões sobre as novas posturas, competências e características desejáveis a respeito desse profissional da informação. No Brasil igualmente, o MIP passou a ser objeto de análise e discussão, como por exemplo, a temática do IV Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação (São Paulo, ago. 1995): “O ensino de Biblioteconomia em face do moderno profissional da informação”. Outro exemplo é com o grupo PET/CAPES de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Câmpus de Marília, que tem como tema central o MIP, procurando analisar as perspectivas e atuação desse profissional.

Para Welch (1994, p. 47) assim como para Mason, (1990, p. 125) o termo Moderno Profissional da Informação é amplo e nele se enquadram, os bibliotecários, arquivistas e administradores da informação. A respeito da efetiva atuação do MIP, acredita o autor que o profissional tem que considerar o papel vital da informação no mundo moderno, ou seja, a importância da informação na era da globalização. Assim, ressalta que o que nos torna realmente Modernos Profissionais da Informação, é o compromisso constante em melhorar nossas atividades e serviços.

De acordo com Robredo (1989, p. 14) “[...] a sociedade contemporânea se caracteriza pela velocidade e pela amplitude das mudanças que nelas ocorrem, de tal forma que o único que é permanente é a mudança”. Para o profissional da informação acompanhar as mudanças constantes da sua área, será preciso definir novas atitudes e repensar na formação dos profissionais da informação, para preparar profissionais capazes de atender as exigências do mercado e proporcionar à sociedade, serviços e suportes de informação adequados ao seu desenvolvimento e aprimoramento.

Ponjuan (1995) encara a realidade atual levando em consideração que a informação está se tornando um recurso chave para as transformações. E as trocas de informação associadas às tecnologias, exigem uma reengenharia, com modificações e transformações profundas. A autora propõe em seu artigo, que os profissionais pensem em uma nova postura, uma nova situação e, portanto, um novo

comportamento: “Pensemos e atuemos a altura desta sociedade informatizada, e miremo-nos como profissionais da informação, independente do rol que cada um ocupe em sua atividade diária”. Ela atenta para o fato de que os bibliotecários se prendem à biblioteca e o mercado de trabalho, é bem mais diversificado, amplo e carente de profissionais da informação. É necessário que os profissionais ocupem esse mercado de trabalho, utilizando as suas fortalezas, que de acordo com a autora são:

- temos experiência em tudo relativo a organização do conhecimento;
- temos habilidades para sintetizar a informação.
- temos domínio e experiência na transferência da informação.
- participemos, de forma sensível, nos aspectos vinculados a políticas.
- damos um alto valor ao uso da informação para obter vantagens competitivas.
- conhecemos os recursos da informação mundial.
- temos grande experiência e domínio das técnicas e habilidades para a recuperação da informação.
- temos grande experiência e domínio na disseminação e transferência da informação.

Em outro artigo, Ponjuan (1993, p. 61) procura discorrer sobre as qualidades que garantem o “M” ao MIP, vai ao encontro de Welche (1994, p. 47) e Robredo (1989, p. 14) ao afirmar que o moderno profissional da informação não pode perder a capacidade de se adaptar a um meio em mudança. E, para isso, é vital a flexibilidade, a inovação, a imaginação e a criatividade.

A partir dessas concepções pode-se delinear, na literatura, alguns fatores da atualidade que concorrem para a necessidade efetiva de um MIP, contextualizado nesse novo ambiente informacional.

4 Fatores para a existência do Moderno Profissional da Informação

O maior desafio ao profissional da informação atualmente, segundo Quinn (1992, p. 57), é a necessidade de assumir e ser aceito no seu papel chave de tomador de decisões. Não se pode deixar de concordar com o autor, quando ele diz que “os anos 90 continuarão a ser um tempo de rápidas mudanças tecnológicas, de grande dispersão do conhecimento e de expansão multicultural do ambiente de trabalho”. É preciso pensar, então, em reforçar as atividades dos profissionais, se

concentrando na competência certa para ligações tecnológicas globais, ou seja, as mudanças estarão sempre acontecendo nos ambientes de informação, provocando a necessidade de mudanças nos papéis dos profissionais para se adaptarem a esta nova realidade.

Para Michel (1993, p. 39), nós estamos numa época em que, “há a necessidade de se valorizar e dominar os recursos informacionais mais estratégicos das empresas, que se acentua com a assimilação da gestão dos meios informáticos”. Isso quer dizer que não só nas empresas, mas em qualquer unidade de informação, o profissional terá que possuir habilidades de valor tecnológico, estratégico ou de criação de produtos de informação.

Percebe-se, então, que são muitos os desafios que o profissional terá que enfrentar. Dosa (1992, p. 52) afirma que,

com a evolução das tendências e o surgimento das complexidades, os profissionais da informação enfrentam novos desafios, como a informação tecnológica, a globalização, os grupos de usuários de informação multicultural, as interdisciplinariedades e a administração de um complexo fluxo de informação.

Ela destaca a importância do profissional da informação ter que aprender a viver com as dificuldades para se fortalecer, conseguindo assim fornecer um retorno positivo para a sociedade e utilizar de todas as ferramentas disponíveis do seu conhecimento para solucionar os problemas mais incertos. Isto caracteriza o que a autora coloca como grande desafio aos profissionais da informação, que é a rapidez de toda dimensão do seu trabalho.

Com o avanço das tecnologias, a globalização dos mercados e clientes mais exigentes, que contam agora com mais alternativas do que antes, faz com que as responsabilidades dos profissionais da informação mudem e os objetivos tradicionais da profissão se adaptem a nova era da informação.

Três fatores, assim, emergem quando se fala no contexto de existência desse profissional: a globalização, as novas tecnologias e os clientes mais exigentes.

4.1 Globalização

Entende-se por globalização; “um fator abrangente, causando profundos efeitos em todo empreendimento, resultando em mudanças econômicas, organizacionais e culturais” (Quinn, 1992, p. 59). O MIP está, assim, diretamente ligado a estas mudanças sociais, pois a informação constitui um apoio ao ambiente global.

De acordo com Ianni (1993, p. 50), “o processo de globalização da cultura, caminha junto com a sociedade econômica e política, ainda que em forma desigual, globaliza também grupos e classes sociais, movimentos sociais e partidos políticos, ideologia e utopias”

É nesse ambiente de transição da sociedade industrial e da sociedade informacional, como coloca Población & Vergueiro (1993, p. 148) que “a globalização da economia faz com que as fronteiras nacionais percam sua importância estratégica e se transformem em barreiras potenciais para o desenvolvimento dos povos.”

Em um momento de cooperação global, devem os profissionais da informação corresponder a esses desafios, ou seja, caminhar lado a lado com as transformações causadas pela globalização, se interessar pelas condições sociais e pela qualidade de vida, que faz com que a sociedade moderna entre no mercado internacional, resultando num forte crescimento interno.

Como afirma Dosa (1992, p. 53), “o acesso rápido às comunicações atenta para o estreitamento de recursos humanos e para, empresários com habilidades para gerência e administrar inovações”. E isso é um fato, pois os profissionais tem que ter em mente que a rapidez em unidades de informação é fundamental nessa era de globalização, pois está relacionada com a concorrência e o lucro na organização. Por outro lado, não podem se esquecer de que a cooperação entre os profissionais da informação com os seus conhecimentos especializados, juntamente com a sua missão de cidadão, é de extrema importância para o desenvolvimento e crescimento social.

Por fim, a atualização do profissional, com a globalização, (veja-se a realidade do MERCOSUL por exemplo) é fundamental pois vai lhe garantir lugar de destaque no mercado de trabalho.

4.2 Novas tecnologias

A sociedade sofre profundas modificações com os níveis elevados de globalização. O profissional tem que enfrentar um acelerado processo de

desenvolvimento tecnológico diretamente ligado com o compartilhamento da informação com baixo custo econômico. Nesse ambiente de mudança, as profissões estão evoluindo para preparar o profissional capaz de transitar confortavelmente entre as novas tecnologias.

O avanço tecnológico ocasionou profundas alterações no suporte e na transmissão da informação. Como consequência, houve uma evolução no tratamento documental e no atendimento ao cliente, visando cada vez mais à satisfação do mesmo.

Nota-se que, o desenvolvimento tecnológico atual está revolucionando e transformando unidades de informação, direcionando-se para novos caminhos.

Mason (1990, p. 125), atenta para o fato de que as novas tecnologias estão rapidamente mudando o caráter do papel que o profissional da informação deve exercer. Ele precisará, assim, aprender a trabalhar com noções de tempo e de espaço para a execução mais efetiva do seu trabalho.

Quinn (1992, p. 59), coloca as novas tecnologias da informação como um dos principais fatores que provocam mudança, exigindo dos profissionais certas atitudes especiais, como compreender implicações de decisões que abrangem tecnologias da informação, conhecer condições financeiras e investimentos em recursos humanos que são requeridos, saber quando a próxima mudança da tecnologia irá ocorrer, estar por dentro do que acontece na organização. Robredo (1989, p. 24), complementa essa idéia ressaltando a necessidade de se ter conhecimento de novas práticas de tecnologias da informação, e ainda a capacidade de identificar as fontes de informação adequadas a cada contexto.

Michel (1993, p. 37), em uma abordagem gerencial, fala das mudanças tecnológicas que afetam um ambiente de trabalho moderno, resultando na evolução das funções da documentação nas empresas e organizações, paralelamente com as transformações da profissão do documentalista e com as modalidades de formação deste novo engenheiro administrador das fontes de informação.

Nota-se, pois, que o profissional da informação tem que acompanhar a evolução da documentação, principalmente quando o autor referido diz que “este processo técnico da documentação está se desenvolvendo com a gestão eletrônica dos documentos, para se obter uma resposta única para um problema certo” (Michel, 1993, p. 39).

Hoje em dia é difícil encontrar um ambiente de trabalho onde os profissionais da informação não tenham que acessar, por exemplo, bases de dados on-line. Por isso, o nível dos serviços oferecidos aos clientes tem que ser compatível com o que as novas tecnologias podem oferecer, pois, caso contrário, ocorrerá um inevitável - e imperdoável - descompasso.

É fato que, os profissionais da informação ainda tem dificuldade em trabalhar com as novas tecnologias, mas essa é uma realidade que, pelas razões apresentadas, precisa ser urgentemente mudada. O conhecimento de tecnologias da informação como ferramentas de trabalho, é essencial para ambientes dinâmicos e competitivos, pois a informação tecnológica é um fator que provoca mudanças para as tomadas de decisões dos profissionais da informação, exigindo-lhes uma nova postura.

4.3 Clientes mais exigentes

Um outro fator, que ressalta a importância e a necessidade do MIP, são os clientes mais exigentes.

Hoje, a globalização, a competitividade e a qualidade, trouxeram o termo cliente para substituir o termo usuário, talvez para dar a idéia de um serviço interativo, há um consumo, um fornecedor, um produtor e um custo e não mais um serviço passivo como era encarado o usuário.

O cliente está se tornando cada vez mais autônomo, exigindo do profissional, que atenda de modo eficiente a seus anseios, desejos e necessidades, proporcionando-lhe um serviço eficaz com a informação acurada.

Stanton (1989, p. 14), dá um exemplo desta situação, quando fala da responsabilidade de os profissionais trabalharem com clientes atualizados, que têm conhecimento das atuais tecnologias e do que tem acesso. Portanto, é imprescindível que o profissional esteja sempre atento.

Ponjuan (1995), lembra que o usuário hoje possui uma cultura informacional de alto nível, que lhe permite criar bases de dados, navegar em redes até o quanto a biblioteca virtual pode alcançar, formando assim, seu próprio corpo de conhecimento informativo, sem a necessidade de intermediários. Percebe-se que são clientes exigentes e que necessitam da informação para enfrentar a competitividade.

4.4 Outros fatores

Outros fatores podem ainda ser encontrados, embora com menos ênfase que os anteriores, na literatura.

Um deles se refere às transformações sócio econômicas que a sociedade vem passando. Ainda nesse contexto, pode-se citar o problema de acesso justo e democrático à informação, que deve ser sempre levado em consideração no desempenho das tarefas dos profissionais da informação, pois é uma forma de satisfazer o cliente, já que é o objetivo principal da profissão bibliotecária.

Com decorrência, têm-se o que Dosa (1992, p. 53) denomina como grupos de usuários de informação multicultural, um desafio para os profissionais, onde os usuários potenciais das unidades de informação estão se tornando cada vez mais diversificados e pluralistas, tratando-se de uma clientela heterogênea que provoca a necessidade de vários tipos de informações. O MIP terá, assim, que fornecer seus produtos a usuários independentes e de culturas distintas e, para isso, será necessária muita flexibilidade e estar sempre atento, fornecendo apenas a informação desejada.

Outra questão abordada por Dosa (1992, p. 54) é a realidade que exige a administração de um complexo fluxo de informação. Assim, é preciso ir além dos sistemas estruturados de informação e organizar a abundância do fluxo informacional, sem esquecer de “encontrar caminhos para acessar o valor da informação o sistema social, a comunidade, a organização, ao indivíduo”, incorporando considerações éticas nas suas decisões.

Há necessidade de ações profissionais autônomas, que possam produzir obras específicas e ter a capacidade de criarem novos serviços, constitui-se em um outro fator. Desse modo, cabe ao profissional, acrescentar nas suas responsabilidades a importância de aumentar as pesquisas, formular e implementar políticas de informação para clientes multiculturais e interdisciplinares.

Por fim, o *trabalho em equipe* constitui-se em importante realidade para que os profissionais aprendam a trabalhar juntos, reconhecer e aceitar o trabalho do outro. Assumir compromissos de cooperação e estabelecer prioridades constituem-se, assim, elementos característicos fundamentais do papel dinâmico desse profissional.

A partir, do momento em que o profissional tem em mente o seu papel, estando entrosado com o avanço das novas tecnologias, a globalização dos

mercados e as expectativas mais exigentes dos clientes, ele pode antecipar as tendências dos mercados, ser rápido com a informação, dar respostas rápidas as expectativas dos clientes e assim, encarar a concorrência evitando fracassos empresariais devido a informação errada, inexistente ou lenta.

Para tanto, alguns requisitos a literatura lhes aponta.

5 Requisitos de um MIP

Segundo Mueller (1989, p. 63), perfil profissional é “o conjunto de conhecimentos, qualidades e competências próprias dos integrantes de uma profissão”. Esse conceito está ligado, então, à função profissional delineado, assim, pelas habilidades, competências e atitudes necessárias ao desempenho do profissional. É o que se pretende, procurando seguir o que a literatura aponta como requisitos e características desejáveis ao MIP.

As práticas profissionais precisam ser modificadas para atender às expectativas novas e diversificadas dos clientes. Então, o profissional hoje é obrigado a definir novas posturas, procurando se relacionar bem no seu trabalho e estar sempre bem atualizado sobre o campo da informação. Dessa forma, como aponta a referida autora, “na medida em que novos meios e técnicas se tornam disponíveis para o exercício da profissão, tornam-se necessárias novas competências e atitudes” (p. 64).

Para Mason (1990, p. 124), uma das funções mais importantes ao MIP, é a de procurar utilizar sempre a forma correta para que o cliente receba a informação exata que lhe foi solicitada, de modo a que facilite o seu uso. Deve também determinar como melhor apresentar os resultados dos seus serviços para satisfazer o cliente.

Tarapanoff (1989, p. 107), discorre sobre os aspectos relacionados ao perfil do MIP, ressaltando a interdisciplinariedade, a necessidade de o profissional da informação conhecer a área de especialização com a qual trabalha, a necessidade do trabalho em equipe com outros especialistas, a necessidade de conhecimentos gerais e de novas tecnologias, a necessidade de conhecer técnicas melhores e mais eficazes de análise e recuperação da informação, a necessidade do profissional da informação de se reciclar e adquirir novas habilidades e conhecimentos, através da educação continuada e do treinamento.

Stanton (1989, p. 15), ao tratar dos novos papéis do profissional da informação, alerta que os mesmos devem incluir certas habilidades na sua postura, que vão caracterizá-lo como um verdadeiro MIP. Cabe ao profissional procurar ser um **“intérprete do cenário da informação”**, pois com o mercado da informação repleto de sofisticados produtos e competidores, há necessidade de os profissionais da informação monitorarem desenvolvimentos no serviço da informação e conhecerem o ambiente em que atua.

Os clientes provavelmente estarão informados dos recursos e das capacidades dos serviços de informação, portanto, o profissional da informação deve ser um *vendedor*, ou seja, aplicar atividades de marketing para facilitar o acesso dos clientes aos serviços de informação oferecidos, que, por sua vez, devem se adequar à situação, garantir a promoção do centro de documentação diminuindo o custo dos mesmos e escolher a melhor tecnologia.

Para o mesmo autor, os clientes, hoje em dia, esperam dos profissionais da informação, uma variedade de fontes de informação não tradicionais. Nesse contexto o profissional será um **“empacotador da informação” (informationa packager)**, terá que entregar a informação na forma adequada para o uso.

Quando o profissional da informação atua em uma indústria, ele assume o papel de empreendedor, tendo então, que

“compreender o sistema financeiro da companhia, trabalhar no controle de custos, procurar caminhos para incrementar produtividade, compreender as necessidades e desejos dos usuários, tornar produtos e serviços de informação de alta qualidade” Stanton (1989, p. 17).

Cottam citado por Dias (1991, p. 15), coloca como atitudes empreendedoras o fato de romper com a tradição, desenvolver novos papéis e responsabilidades, desenvolver novas tecnologias e descobrir meios de tornar os serviços de informação essenciais numa sociedade da informação. Para ele, um bom empreendedor utiliza ferramenta como a criatividade, a inovação, persistência, visão para novas idéias e oportunidades, flexibilidade, disposição para assumir riscos, iniciativa e encarar mudanças com riscos.

A informação está se tornando instrumento para organizações consolidarem movimentos, novos empreendimentos e negociações políticas de todos os níveis. Nesse contexto, um dos papéis-chave do profissional da informação é o de

administrador (manager), pois se ele desempenhar este papel com eficiência, os produtos oferecidos aos seus clientes serão gratificantes para estes.

A respeito disto, Miranda (1993, p. 232), nos fala que para atuar no mercado competitivo é preciso o conhecimento prático (experiência profissional e treinamento) e teórico (formação), que resultarão num bom desempenho durante a gerência e na capacidade de tomar decisões. Cabe ao administrador estar ciente das suas responsabilidades de participação, consenso, postura decisiva num trabalho interdisciplinar e sincronizado, ou seja, organizar de uma maneira que os membros da organização aprendam a trabalhar juntos, isto é ter uma visão gerencial de recursos informacionais.

É também papel do administrador, *liderança* e desempenho em conduzir decisões participativas sobre tecnologias e sistemas de informação, prover dados e informações para tomadas de decisões, criar condições internas para transformar tecnologias em qualidade, produtividade e lucro.

Percebe-se, ainda, uma outra característica importante ao MIP, que é o fato de ser *inovador*, quando, por exemplo, ele reconhece e providencia acesso para fluxos de informação, fora dos sistemas tradicionais.

Gil Urdician (1992, p. 71) ressalta a importância de o gerente determinar o tipo de organização em que vai atuar, prever quais as decisões a serem tomadas e determinar quais as informações necessárias para as informações serem corretas. Nesse aspecto, o profissional tem como função estabelecer políticas de aquisição, armazenamento e tratamento da informação, selecionar um tipo de tecnologia que se adapte às mudanças que ocorrerão no sistema, além de conhecer sua comunidade.

Como os serviços de informação vêm se caracterizando pela rapidez das mudanças, Dias (1991, p. 20) ressalta como necessário, o que vários autores já citaram, que é “exigir dos administradores habilidades especiais de inovar e de criar”. E é investindo no próprio conhecimento que o profissional vai lidar com as mudanças da informação tecnológica e com o crescimento global. Quinn (1992, p. 58) afirma que o melhor caminho para contribuir na direção das mudanças, é desenvolver uma estratégia ou um plano tático.

O novo profissional da informação enfrentará ambientes em constantes mudanças, o que, para Ponjuan (1991, p. 3) faz com que ele tenha que aplicar as seguintes estratégias:

- aceitar a mudança
- mudar a mudança
- reconhecer que alguma coisa não pode ser mudada.

Para mudanças profundas no tratamento da informação e nas atitudes profissionais, o profissional da informação terá que ter *flexibilidade*, de modo a acompanhar e se adaptar ao que está ocorrendo, assim como, *dinamismo* nos serviços oferecidos ao cliente. Ponjuan (1991, p. 8), coloca, ainda, a necessidade de o profissional ter em mente um alto nível de *profissionalismo*, para ser mais completo, melhor preparado e integral na era da globalização.

Outra postura que deve ser incorporada é a de *educador*, que é a preocupação do profissional no treinamento dos seus clientes, principalmente dos clientes mais exigentes. Gil Urdician (1992, p. 72) ao abordar o papel de educador do profissional da informação, ressalta também a importância do contato com o cliente ser breve, evitando erros e aumentando a velocidade dos serviços. Para isso é importante o trabalho em equipe e políticas que facilitem o fluxo de informação. Nesse contexto, Stanton (1989, p. 16) fala da importância de se aplicar o papel de “provedor e facilitador na transferência da informação”.

Outra postura necessária ao MIP, é a de “documentalista”, onde o profissional tem que estar preparado para adaptar a documentação especializada à um determinado contexto e tratá-la. Suas ferramentas para lidar com o público são as linguagens documentais, onde o profissional na sua função de documentalista, como afirma Mason (1990, p. 129), tem que se colocar no lugar do cliente e enfrentar situações únicas e incertas.

É certo que a informação é um recurso para o desenvolvimento e crescimento das empresas e é um componente essencial para a competitividade. Com relação a essa informação especializada, Michel (1993, p. 38), coloca a documentação como um elemento para a excelência, que se transforma em auxílio para decisão. Também pode ser, um fator de desenvolvimento para uma cultura geral do profissional, e servir como metodologia para orientar uma melhor escolha dos dados, das informações ou das ferramentas para tratar com elas. O autor dá ênfase à importância da gestão dos conteúdos da informação a de transferir para que os produtos sejam adaptáveis às necessidades dos clientes e com a melhor economia dos meios.

Cabem ao documentalista algumas precauções, como Michel (1993, p. 38) descreve, que “é necessário tornar o orçamento disponível, administrar o tempo

(dos produtos, dos projetos, dos colaboradores, dos clientes)”. Depois, nos fala da dificuldade de escolha das novas tecnologias e das melhores ferramentas para obter um menor custo nos empreendimentos, da qualidade dos serviços e produtos que devem se adequar à situação, da necessidade de se envolver no marketing do centro de documentação, da gestão da qualidade, da inovação, da criatividade e estar ciente de outras noções modernas para o desenvolvimento de empresas.

Tarapanoff (1989, p. 106) discorre sobre a importância da capacidade de gerenciamento e do conhecimento de novas tecnologias. Ela afirma que com o volume de informação e o surgimento das novas tecnologias, o profissional precisa repensar o seu papel com relação ao mercado da informação. Com o conhecimento básico da estrutura, da organização e da exploração da informação, para conseguir sucesso no seu desempenho profissional, o bibliotecário precisa ser visto como gerente e especialista com conhecimentos em tecnologias.

Quinn (1992, p. 58) discorre sobre as competências dos profissionais da informação, como “tomadores de decisões”, nesse caso é imprescindível que tenham uma consciência multicultural, flexibilidade de moldar o tempo e habilidades de comunicação para administrar e sustentar um trabalho de acesso global. Para ele as competência incluem:

- especialização nos conceitos de organização e conhecimento,
- habilidades na sintetização da informação;
- especialização nas teorias de transferência da informação;
- sensibilidade para assuntos de políticas de informações;
- uso da informação para ter vantagem competitiva;
- treinamento em recursos informacionais;
- experiência nas técnicas e habilidades para recuperação da informação;
- treinamento em técnicas de disseminação da informação.

Indo ao encontro com o que o autor diz, Michel (1993, p. 38) atenta para o fato de o profissional da informação se tornar um conselheiro eficaz nas decisões da empresa. Com isso, a sociedade cria uma política nova de informação e documentação, abrindo emprego para novos profissionais altamente qualificados em seus métodos e suas técnicas de documentação, com competência em seus campos de especialidade da empresa, criadores inventivos mais realistas dos produtos e serviços e sobretudo administradores plenamente *responsáveis*.

É imprescindível no comportamento do MIP, a “ética profissional”. Segundo Froehlich (1994, p. 468) cabe ao profissional, proporcionar harmonia no ambiente em que trabalha, pois assim, transmitirá confiança. Procurar minimizar conflitos e dar direito a informação à todos, levando assim, o indivíduo ao seu direito de cidadania.

Percebe-se que o profissional hoje, para conseguir sucesso nas suas atividades, precisa ter *agilidade* ao trabalhar com informação, ou seja, procurar instrumentos facilitadores e integradores, desenvolvendo novas capacidades de produtividade para melhorar as operações das unidades de informação.

Outro aspecto importante para abordar, é a “interdisciplinariedade”. Percebe-se tal importância, quando Quinn (1992, p. 58), fala dos desafios dos profissionais da informação, que é preciso administrar uma complexidade organizacional identificando novas oportunidades, para isso é necessário flexibilidade, inovação, criatividade, atitudes empresariais, treinamento, trabalho em equipe e a colaboração, sendo que estas atitudes devem fazer parte do dia a dia do profissional. Será necessário muitas habilidades para efetivar o uso das novas tecnologias e controlar tarefas e mudanças, habilidades como conhecimento e realização de tarefas, identificação do problema real, conhecimento das necessidades dos clientes, aceitar e fazer mudanças necessárias, tomar decisões e muitas outras características já mencionadas.

A interdisciplinariedade atende também à necessidade de aumentar os canais de informação e disseminação da informação, atendendo assim o fenômeno da organização social em todos os níveis, juntamente com a comunicação cultural e a participação popular. Estes fatos mostram a importância do papel interdisciplinar do profissional da informação e não ser bom em apenas uma responsabilidade.

Arenas (1993, p. 137) discorre sobre o perfil do bibliotecário, que deve ter os seguintes requisitos:

- conhecimento das principais teorias da ciência da informação e da modernidade da biblioteconomia;
- compreensão da forma de como se relacionam as teorias das ciências da informação com seus métodos e técnicas de investigação;
- capacidade para identificar problemas relevantes;
- capacidade para analisar criticamente a informação, os meios para obtê-la, suas qualidades e o ordenamento da mesma;

- capacidade para desenvolver investigação com enfoques interdisciplinares e multidisciplinares;
- capacidade para comunicar os resultados de investigação em diferentes meios e circunstâncias;
- capacidade para exercer funções de direção na prática profissional da biblioteconomia.

Segundo Valentim (1995, p. 5), a informação chegará ao usuário sem que ele veja quem a preparou para o uso, já que a perspectiva é que ela esteja disponível em rede. Portanto, “caberá ao profissional bibliotecário, criar metodologias de seleção, direcionamento, orientação e antiruidos para o acesso às informações”. E complementa colocando que o trabalho do profissional da informação será de seleção e disseminação da informação.

5 Conclusão

Diante dos fatos levantados, constatou-se a importância da informação tecnológica como recurso para as tomadas de decisões, como poder estratégico e essencial para o desenvolvimento econômico e social.

Percebeu-se também que, com o desenvolvimento dos meios tecnológicos, a informação cada vez mais se apresentará de uma maneira diferente da que conhecemos. O profissional então, precisará adquirir uma postura interdisciplinar para tratá-la e ser transmitida via redes eletrônicas.

Cabe ao profissional, pensar na informação para cada necessidade, informação com qualidade, no momento oportuno e presente no momento decisório. Com isto, o cliente dará valor ao seu trabalho de seleção e disseminação da informação.

O profissional da informação, hoje, está sendo visto de uma maneira diferente da que estamos acostumados. Esse fato é decorrente dos novos espaços conquistados e da necessidade cada vez mais evidente desse profissional, em virtude do papel que ele desempenha na sociedade e preponderância que a informação representa para as pessoas.

E nessa era de desenvolvimento, verifica-se a necessidade de um profissional realmente *moderno*, que acompanhe as transformações e se adeque no ambiente global.

Um profissional que atenda às transformações causadas pela informação, pelas mudanças decorrentes da globalização, pela evolução dos meios tecnológicos e, acima de tudo, que atenda às expectativas de uma clientela cada vez mais diversificada e exigente.

E para o profissional se preparar para estes desafios, é necessário uma boa formação, com uma preparação profissional ampla, ou seja, estando por dentro dos efeitos da globalização e dos novos mercados de trabalho.

Avaliar o perfil do Moderno Profissional da Informação, tem que ser objetivo da instituição e do profissional, que deve ter em mente que suas atitudes para darem bons resultados, devem ser desenvolvidas com satisfação e prazer, valorizando o seu trabalho para que outros também dêem valor.

Percebe-se que alguns pontos como: ética profissional, responsabilidade e profissionalismo, são essenciais ao MIP. E vão garantir um papel preponderante do Profissional da Informação.

Cabe ao MIP, repensar no seu papel na sociedade, adquirir um comportamento interdisciplinar e dinâmico. Assumir novas responsabilidades para não ser marginalizado no mercado.

Acredito que não há um perfil ideal ao MIP, mas a necessidade de um profissional da informação aberto a críticas, preparado para situações complexas, que tenha julgamento ao fornecer a informação ao cliente, agindo sempre com maturidade e assumindo riscos.

Bibliografia consultada

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de A. A arte de não participar. *Palavra-chave*, São Paulo, n. 5, p. 8-9, maio. 1985.
- ARAUJO, V. M. R. H. Papel do profissional da informação em uma sociedade em mudança. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 15, n. 1, p.11-3, jan./jun. 1986.
- ARENAS, J. L. de. El futuro de la formación de bibliocólogos. *Ciencias de la información*, v. 24, n. 3, p. 134-38, sep. 1993.

- COONEY, J. P. Qual o real valor da informação? *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 176-90, jul./dez. 1991.
- CURRÁS, E.. Concierto y desconcierto en la organización del conocimiento actual y su intersección con el mundo de la información. *Ciencias de la Información*, v. 24, n. 4, dic. 1993.
- DIAS, E. J. Wense. O papel de empreendedor na gerência de bibliotecas e serviços de informação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 1991.
- DOSA, M. New challenges to the information professional. *FID News Bulletin*, v. 42, n. 3, p. 51-6, 1992.
- FROEHIICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in an international context. *New Worlds in Information and Documentation*, FID, p. 459-69, 1994.
- GIL URDICIÁN, B. Papel del documentalista en el proceso de gestión de la información en las organizaciones. *Ciencias de la Información*, v. 23, n. 2, p. 70-4, jun. 1992.
- GUERREIRO, S. L. G. G. *Um novo profissional para um novo tempo: aspectos convergentes e divergentes na atuação de bibliotecários e arquivistas*. Marília; FFC-UNESP, 1995. (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia e Documentação da Unesp).
- GUIMARÃES, J. A. C., GUAREZZI, S. Divulgação profissional: uma proposta pedagógica como suporte ao desenvolvimento da profissão bibliotecária no Brasil. *Trans-informação*, Campinas, v. 6, n.1/3, p. 43-59, jan./dez. 1994.
- _____. Moderno profissional da informação: elemento para sua formação no Brasil. SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO, 1. Niterói: UFF/NE INFO, p. 23-26, set. 1996. *Anais...* Niterói: EDUFF, 1996. p. 25-31.
- IANNI, O. *A sociedade global*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, 194p.
- MASON, R. O. What is an information professional? *Journal of education for library and information science*, v. 31, n. 2, p. 122-38, jan. 1990.
- MCCARTHY, C. M. O comportamento do bibliotecário diante da informática. *Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo horizonte, v. 18, n. 1, p. 7-23, mar. 1989.
- MICHEL, J. Management et documentation: perspectives nouvelles pour les professionnels de l'information. *FID News Bulletin*, v. 43, n. 2, p.37-41, feb. 1993.

- MIRANDA, A. Os conceitos de organização baseados na informação e no conhecimento e o desenvolvimento de serviços bibliotecários. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p.227-32, set./dez. 1993.
- MUELLER, M. S. Comunicação, informação, biblioteca: uma abordagem integradora, um questionamento. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 7-23, mar. 1990.
- MUELLER, S. P. M. Perfil do bibliotecário, serviços e responsabilidades na área de informação e formação profissional. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 63-70, jan./jun. 1989.
- _____. Reflexões sobre a formação profissional para biblioteconomia e sua relação com as demais profissões da informação. *Trans-in-formação*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 175-85, maio./ago. 1989.
- MARCHIORI, P. Z. Bibliotecários, jornalistas e informáticos: a ocupação de posições relativas no campo de atividades de informação. *Trans-in-formação*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 89-111, jan./abr. 1996.
- POBLACIÓN, D. A., VERGUEIRO, W. de C. S. El agente de la información en Brasil: perspectivas de actuación para asociaciones multiprofesionales, *Ciencias de la Información*, v. 24, n. 3, p. 147-53, sep. 1993.
- _____. Formação de recursos humanos para a área de informação na Espanha. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 33-42, jan./jun. 1989.
- PONJUAN DANTE, G. Does the Modern Information Professional have a Life Cycle? *FID News Bulletin*, v. 43, n. 3, p. 61. mar. 1993.
- _____. La neva postura del professional de informacion. (s.n.t.) (texto não publicado) Palestra apresentada no IV ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo, 21-23 ago. 1995.
- _____. Un mejor profesional para um usuário diferente: reflexiones acerca del papel de los recursos humanos en la era de la información. *Ciencias de la Información*, v. n. 4, p. 2-9, dec. 1991.
- QUINN, K. T. Technical vitality challenges for information professionals in the 1990s. *FID News Bulletin*, v. 42, n. 3, p. 57-61, 1992.

- ROBREDO, J. Considerações prospectivas para as próximas décadas sobre a evolução da tecnologia da informação no Brasil: o perfil dos novos profissionais da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 22, n. 3/4, p. 13-31, jul./dez. 1989.
- SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-5, jan./jun. 1993.
- STANTON, R. O. The evolving role of the information professional in industry. *Inf. Manage Review*, v. 5, n. 2, p. 13-8, 1989.
- TARAPANOFF, K. O profissional da informação em áreas de ciência e tecnologia no Brasil: características e tendências. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 103-19, jul./dez. 1989.
- VALENTIM, M. L. P. Assumindo um novo paradigma na Biblioteconomia. *Inf. & Infor.*, Londrina, v.0, n.0, p.2-6, jul./dez. 1995.
- VIEIRA, A. da S. Desenvolvimento de um novo profissional para um novo tempo. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 111-13. 1993.
- _____, PAIM, I. Revisitando o mercado de informação: novo currículo, novo profissional? *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 96-115, mar. 1989.
- WELCH, L. The Modern Information Professional: a very personal definition. *FID News Bulletin*, v. 44, n. 3, p. 47-8, mar. 1994.
- ZARZA PÉREZ, F. Papel de la información en el desarrollo nacional. *Ciencias de la Información*, v. 24, n. 2, p. 70-4, jun. 1993.
- ZITARA, E., DAVASSE, M. E., FERRONI, B. J., RIVAS, L. M. How to get a new information professional in a developing country. *New worlds in Information and Documentation*. FID. p. 479-90. 1994.

FAMÍLIA E INFÂNCIA NO DISCURSO NORMALIZADOR DA PUERICULTURA¹

Eliane Tiekto TOYAMA²

RESUMO: Tendo tomado por fontes manuais e guias práticos de puericultura brasileiros entre as décadas de 30 e 50, este artigo busca resgatar alguns aspectos históricos da relação entre a família e os saberes que, apropriando-se da infância como objeto de conhecimento, investiram em sua normalização. Procurou-se também, através da análise dessas fontes, tomadas como *discurso*, estabelecer as regras que o estruturaram, bem como as tensões que o percorriam. Algumas considerações de caráter conclusivo apontaram para uma autonomização em relação ao campo discursivo da academia, sobre o qual apoiava sua legitimidade, numa crescente adequação a regras próprias do mercado editorial, além de uma também maior permeabilidade às transformações e demandas familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Família; infância; puericultura; saber médico.

A temática da infância tem ocupado um espaço privilegiado na produção de cunho acadêmico sendo bastante ampla a literatura a respeito. A ela convergem interesses os mais diversos, entre os diferentes campos do saber e, mesmo no plano da produção mais geral do discurso, de caráter extra-acadêmico, a presença do tema é também bastante recorrente.

Em alguma medida essa prolixidade, na literatura especializada, na mídia, ou mesmo no cotidiano, deve-se à configuração de uma “questão social” associada à infância pobre.

¹ Este artigo constitui uma versão resumida e ligeiramente modificada do trabalho “Saber médico e família: uma análise do discurso da puericultura no Brasil” apresentado como exigência de conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP Campus de Marília, em de 1994, sob a orientação do Prof. Marcos César Alvarez.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação FFC/UNESP Marília e Ex-Professora do Depto de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

Presença marcante no cenário urbano, particularmente o das grandes cidades, as crianças de rua no Brasil têm sobrevivido sob condições de vida as mais brutais, quando não perecem sob essas mesmas circunstâncias. Outras questões, igualmente contundentes, como a prostituição infantil, os grupos de extermínio, a utilização de crianças pelo narcotráfico, para citar apenas algumas delas, caracterizam a condição em que se encontra um contingente bastante grande de crianças brasileiras. Condição esta para a qual foi construída a concepção de “criança sem infância” (Martins, 1991), que aponta para a exclusão destas crianças dos limites do que compreendemos como *infância*.

Nosso trabalho pretende contribuir para este debate a partir de um deslocamento de foco, tomando não o problema social da supressão da infância, mas seu avesso: que idéia é esta que nossa sociedade tem de infância? Como essa percepção foi construída historicamente? Mais particularmente, no Brasil, que matrizes informaram os significados hoje comumente atribuídos à infância? Consideramos que os diferentes saberes (médico, pedagógico, jurídico etc.) ao se apropriarem da infância como objeto de conhecimento irão colocar novas categorias, agora *científicas*, a partir das quais se operará uma nova percepção da infância, modificações na linguagem e na semântica que, mais que isso, alterarão as próprias sensibilidades sociais acerca dela.

Tendo utilizado como fontes guias práticos e manuais de puericultura publicados no período compreendido entre as décadas de 30 e 50 no Brasil, nosso trabalho de conclusão de bacharelado buscou resgatar aspectos históricos implicados na relação família e saber médico, sobre o qual o discurso da puericultura apoiou sua legitimidade. Neste artigo, procuramos mostrar, resumidamente, como nossa problematização emerge na literatura sobre o tema, bem com indicar alguns dos procedimentos empregados na pesquisa, e, finalmente, apresentar algumas considerações de caráter conclusivo sobre o material analisado.

Em sua história social da infância e da família, Ariès (1978) reconstituiu de maneira paradigmática o processo de constituição dessas duas modernas “realidades sentimentais”. Hoje uma referência bibliográfica obrigatória nos estudos sobre a infância, esse trabalho foi um dos, senão o primeiro, a considerar a infância como uma construção social, historicamente datada cujos primeiros indícios poderiam ser perfeitamente localizáveis no *corpus legiferante* das reflexões produzidas nos círculos eclesiásticos e pelos moralistas dos séculos XVI e XVII.

A percepção social de infância como um momento específico da vida no qual os indivíduos precisam de proteção, cuidados e, sobretudo, educação específicos, bem como da família, como o lugar por excelência desses cuidados, vão sendo engendrados a partir do século XVI, até constituírem-se plenamente no século XIX, já extensivas a todas as consciências individuais. A história da infância, assim abordada, será portanto a história do binômio infância/família, uma vez que é esta esfera “íntima” da existência que garantirá a proteção do corpo e a formação moral desse pequenos seres em criação, as crianças.

A *invenção* moderna da infância e da família confunde-se, portanto, à própria história da constituição da ordem do privado, da separação entre os espaços físicos, econômicos e jurídicos da casa e do trabalho.

O par de oposições *público e privado* comparece também em relação à constituição da medicina moderna. No contexto do capitalismo, segundo a história da medicina social traçada por Foucault (1979) a medicina moderna não será *privada*, individualizante, como se poderia supor a partir da convergência da quase totalidade dos processos históricos em curso em torno da emergente figura do indivíduo, mas, ao contrário, irá se apoiar em uma tecnologia do *corpo social* em elaboração, que alcança os indivíduos tendo antes socializado os *corpos* enquanto força de trabalho.

Todo um movimento de medicalização do social se desenha neste momento específico sobre o qual detém-se o trabalho de Foucault. Essas tecnologias de medicalização da sociedade, se por um lado implicam uma medicalização do espaço público (como a medicina urbana constituída na França do final do século XIX, determinando os locais seguros para que se instalassem os cemitérios, os hospitais, abatedouros de animais etc., segundo os critérios de uma então recente teoria dos miasmas³), por outro lado, implicam também a medicalização do espaço doméstico da família. Um novo olhar se instaura revelando uma nova realidade, até então invisível e agora cientificamente mediada, na qual também os personagens familiares serão alocados, terão seus lugares previamente determinados a partir de critérios colocados por estes saberes.

³ “ [...] os surtos epidêmicos de doenças infecciosas seriam causados pelo estado da atmosfera. Sustentava-se essa teoria, em geral, numa versão modificada, segundo a qual condições sanitárias ruins criavam um estado atmosférico local, que vinha a causar doenças [...]” (Cf. Rosen, 1994, p. 222).

Segundo Donzelot (1980), essa intervenção médica na ordem familiar operará através de, pelo menos, duas estratégias nitidamente distintas: uma, direcionada às famílias de elite, e outra, às formas de organização familiar das populações pobres, estabelecendo o ponto de clivagem do distanciamento simétrico que as representações sociais de infância e família assumirão, quer se tratem de crianças e famílias ricas ou pobres. Para as primeiras, um tipo de intervenção através da figura tornada íntima do *médico de família*, para as segundas, inversamente, pelas vias diretamente públicas da assistência social, da filantropia, das campanhas sanitárias.

A partir desta clivagem apontada por Donzelot, as análises da relação família e saber médico estarão fundamentalmente referidas ou à normalização médica da família de elite, ou, por outro lado, às famílias pobres. No Brasil, poderíamos apontar os trabalhos de Costa (1989) e Rago (1985), como referências respectivamente de uma como de outra.

É nestes dois textos que encontramos, ainda que transversalmente, análises do discurso da puericultura, em suas duas variantes mais nitidamente discerníveis, em relação à infância de elite e à infância pobre, em dois contextos específicos, um referido à constituição do Estado nacional, e outro, à formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Tomados então como parâmetros para a discussão e, ao mesmo tempo, balizas para uma caracterização historiográfica retrospectiva, que os utilizamos para circunscrever nosso objeto de pesquisa específico.

Voltamos, assim, ao ano de 1930, que constitui um capítulo bastante importante na história do Brasil, marcando o início da chamada Segunda República⁴. Grosso modo, a Revolução de 30 marca, em relação à economia, o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância de uma estrutura produtiva de base urbano-industrial. Quanto à estratificação, uma ampliação do operariado e das chamadas camadas médias. Politicamente, a reformulação do aparelho e da ação estatal e uma nova correlação de forças na conformação desse Estado.

Paralelamente a essas transformações, a década de trinta assinala também, segundo Hallewell (1985), o momento no qual “uma indústria editorial brasileira, viável, havia surgido praticamente do nada no período que se seguirá à

⁴ Não desconsiderando a discussão acerca dos aspectos arbitrários e mesmo ideológicos implicados nas periodizações historiográficas, tomamos esta como uma possível, dentre outras tantas.

revolução”. Este autor apresenta ainda dados sobre a edição de livros na cidade de São Paulo que sugerem um crescimento de mais de 600% entre 1930 e 1936⁵.

Embora praticamente não existam informações referentes à distribuição temática dos títulos publicados no período, acreditamos poder afirmar, a partir das sucessivas edições alcançadas pelos textos que analisaremos, que um gênero particular de literatura consolidava-se no contexto deste crescimento: manuais e compêndios de puericultura, dirigidos essencialmente às mães, propondo-se a propiciar-lhes uma orientação médica e *moderna* de como criar seus filhos⁶. Não apenas guias práticos de orientação médica já eram publicados desde pelo menos meados do século XIX, como também os direcionados especificamente aos cuidados com as crianças⁷. Neste momento, no entanto, cabe lembrar que este *mercado* a que se refere o autor, resumia-se às camadas ricas e letradas, em número quase que inexpressivo, se comparado ao total da população⁸. Perceba-se, entretanto, o interesse que tal tipo de literatura já despertava, indicando a penetração deste discurso entre as camadas que a ele tinham acesso.

Como fossem acessíveis somente à minoria letrada talvez estivesse reservado a esses manuais papel complementar na estratégia da chamada “normalização médica da família de elite”, descrita e por Costa (1989). Segundo essa análise, esta normalização teria então sido empreendida pela Higiene Familiar, numa confluência

⁵ A imprecisão destes dados, infelizmente os únicos sobre a produção editorial do período, não deixa entretanto dúvidas acerca desse crescimento. Como o próprio autor pondera, ainda que a realidade houvesse alcançado apenas a metade da expansão sugerida por tais índices, ela seria ainda bastante impressionante.

⁶ Isto não significou entretanto que este tipo de publicação fosse propriamente novo no país, como mostra Hallewell citando dois textos importantes do gênero, a tradução brasileira do inglês *Domestic medicine*, de W. Buchanan (1769) e especificamente adaptado às condições brasileiras, *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias para uso das famílias*, de P.L.Chernowitz, a partir de 1842.

⁷ Hallewell menciona ainda, como contemporâneo a Chernowitz, o *Sucintos conselhos às jovens mães para o tratamento racional de seus filhos*, de T. Langaard.

⁸ Mesmo em 1890, segundo Antônio Cândido, os analfabetos constituíam aproximadamente 84% da população: “[...] em 20 passaram a 75%, em 1940 eram 57%. A possibilidade de leitura aumentou, pois, consideravelmente. Muito mais, todavia, aumentou o número relativo de leitores, possibilitando a existência, sobretudo a partir de 1930, de numerosas casas editoras, que antes quase não existiam”. (Mello e Souza, 1965, p. 137).

entre os interesses do poder médico, que visava constituir seu lugar na sociedade, e do Estado nacional emergente, no sentido da implementação de padrões de conduta condizentes à nova ordem competitiva e a esse Estado, dissolvendo a antiga ordem patriarcal.

Mesmo aceitando estas proposições explicativas de Costa, ainda que esses manuais práticos de puericultura constituíssem parte dessa estratégia e estivessem de certa forma indo ao encontro destes interesses médicos e estatais, o interesse e a penetração que suscitaram, acreditamos, não poderiam explicar-se apenas enquanto *conformações* a essa estratégia e interesses.

No que se refere ao momento posterior, de 1890 a 1930, o discurso médico, tal como foi analisado por Rago (1985), aparece enfatizado em seus aspectos mais interventivos, como parte de um amplo conjunto de ações sanitárias e pedagógicas voltadas fundamentalmente para o *saneamento* físico e moral das populações pobres. Mais do que isso, aparece tendo sido enfatizado em seus aspectos ideológicos, ou seja, como parte de um conjunto de ações que, em nome dos interesses gerais de saúde das mulheres e crianças, pretendeu em verdade a criação da figura do trabalhador, moral e fisicamente disciplinado.

Nesse contexto também poderíamos afirmar a complementaridade destes manuais à esta outra estratégia de intervenção do poder médico, à medicalização da família trabalhadora, estendendo a ação pública sanitária não apenas às camadas operárias, mas às camadas urbanas como um todo, de modo bem mais amplo.

No entanto, o problema que aparece aqui configurado, qual seja, o de uma especificidade desse discurso em relação aos referidos pelas análises consideradas, não parece resolvido se os considerarmos enquanto extensões destas estratégias, meramente⁹.

Se em relação aos primeiros guias médicos domésticos que localizamos, em meados do século XIX, acreditamos poder afirmar uma certa autonomia em relação aos interesses médicos e estatais enfatizados na análise de

⁹ Talvez ainda um outro problema, o de uma especificidade pertinente à própria normalização médica da família das chamadas camadas médias, que não pudesse ser pensada apenas como extensão das estratégias dirigidas seja às elites, seja às populações pobres, parece estar também se configurando aqui. Não pretendemos, no entanto, dar conta dessa especificidade, creditando a esses manuais de vulgarização médica essa normalização, evidentemente, mas apenas mostrar que esta especificidade fica indiretamente colocada a partir da configuração deste nosso problema específico de pesquisa.

Costa, é também sobre esta autonomia relativa que pretendemos nos contrapor às conclusões mais gerais da análise de Rago.

Apesar de estreitamente vinculados às práticas e interesses burgueses, médicos ou estatais, seu papel e significado não se resumem a uma mera conformação a esses interesses. Se isto pode ser afirmado já em relação ao discurso médico consubstanciado nos textos eminentemente acadêmicos de meados do século XIX, com muito maior evidência a partir da inserção destas publicações no contexto de um mercado editorial, propriamente dito, formado a partir 30.

Nossa proposta de trabalho consistiu em proceder à análise de alguns textos em alguma maneira significativos no conjunto dessa publicação utilizando uma abordagem inspirada na análise do discurso¹⁰. Nesse sentido, talvez antes mesmo de podermos falar em uma “metodologia” propriamente dita, ou tradicionalmente entendida como tal, devêssemos falar numa “orientação”, a partir dos trabalhos de Foucault, que atribui importância à linguagem/discurso como meio para apreender as transformações na história¹¹. Ou seja, partindo do próprio discurso, apreender a heterogeneidade que o perpassa e o tensiona, a especificidade das regras que o conformam, as condições que possibilitaram que aparecessem com conteúdos concretos, num dado momento e lugar. Através de uma análise destes manuais, em sua estrutura e construção internas, nosso objetivo foi o de recuperar o conjunto de significados no qual este discurso pôde ser enunciado.

O primeiro procedimento de nossa pesquisa foi o de levantar o material utilizado como fontes¹². Foram arrolados não apenas os textos encontrados nos acervos pesquisados mas também os que apareceram em remissões e referências.

¹⁰ A análise do discurso constitui uma disciplina específica, apoiada sobre pressupostos e técnicas da lingüística, mas que distingue-se dela à medida em que está voltada para as ciências humanas. Visa o estudo da linguagem não apenas em relação a seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir dos indivíduos uma competência peculiar à produção e compreensão de frases e significados, mas também em seus componentes históricos e sociais.

¹¹ Sobre a influência de Foucault sobre a história cultural, assim como suas próprias práticas enquanto historiador da cultura, ver O'brian, (1992).

¹² Para tanto utilizamo-nos dos serviços de levantamento das redes USP e UNESP, além da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) em São Paulo, importante centro de documentação e referência, a biblioteca da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), além de Bibliotecas públicas municipais, como a Mário de Andrade, em São Paulo. Além do levantamento em bibliotecas, foram pesquisados os acervos de alguns sebos.

Embora não se pretenda completo, acreditamos ter construído um panorama em alguma medida significativo das publicações do gênero no período.

Não pretendemos ter esgotado as possibilidades de leitura que o material pode proporcionar mas acreditamos ter sublinhado algumas transformações discursivas importantes. Transformações estas internas ao discurso, mas também articuladas a mudanças na esfera da própria família e mesmo da puericultura.

A primeira delas diz respeito a um *deslocamento* daquilo a que chamamos a base da legitimidade do discurso, de um reconhecimento buscado pelos autores dentre seus pares, acadêmicos, para um reconhecimento mensurado pela própria recepção dos autores junto ao público leitor. Nos primeiros textos, próximos aos anos 30, a legitimidade da fala apoia-se sobre o renome do autor, expresso na titulação e nas diversas especializações, cursos, estágios, cargos. Nas décadas posteriores, não mais aparecerão estes sinais do reconhecimento acadêmico ou profissional, porém os sinais do reconhecimento público leitor, ou seja, o sucesso de vendas, as sucessivas edições alcançadas.

Pautada por uma competência que não era propriamente médica, uma vez que os manuais dirigiam-se a um público de leigos, a atividade exigia antes uma competência de *escritor*, dirigida a uma fatia essencialmente feminina do mercado editorial, e que deveria ser conquistada à concorrência. Escrever um manual de *vulgarização médica*, torna-se uma atividade cada vez menos prestigiosa em termos acadêmicos e deixa, definitivamente, de significar, como para os primeiros autores, um engajamento, uma adesão à causa do combate à mortalidade infantil, ou a assunção de uma responsabilidade social que o saber que detinham lhes conferia.

O tema da *missão* médica do esclarecimento torna-se cada vez mais escasso. Basta lembrar os Drs. Mursa e Almeida Júnior, que, em 1933, apresentavam como proposta “levar às mães, muitas vezes bastante humildes, conhecimentos da moderna ciência de criação dos filhos” (Mursa, 1927), num contexto em que a prática assumia uma conotação *heróica*. Isso quando não se assumia mesmo o estilo empolado, derramado e grandiloquente, que descrevia os *grandes vultos* da medicina brasileira empenhados na *empreita da educação higiênica da Nação brasileira*. As campanhas e políticas públicas de educação sanitária veiculadas por outros meios de comunicação, como o rádio e, posteriormente, a televisão, mostravam sua superioridade em termos de alcance e penetração entre a população, e poucas razões temos para acreditar que estes textos

alcançassem mesmo as mães pobres, como justificavam os médicos, associando-as à ignorância e falta de higiene.

Próximo aos anos 50, encontramos com regularidade depoimentos e testemunhos bem sucedidos da puericultura bem orientada. Fotos de pequenos campeões nos *concursos de robustez* espalhados pelo país, acompanhadas de mensagens de reconhecimento dos pais pelos sábios conselhos do médico, além de comprovarem a eficácia do método e, com isto, ajudarem a vendê-lo, nos colocam pistas das novas necessidades sociais que os médicos, propondo atender, auxiliavam a criar. Novas categorias médicas passam a compor o repertório das exigências da criação dos filhos num contexto em que amá-los passa a significar uma responsabilidade muito maior sobre sua saúde, felicidade e sucesso pessoal.

Há um *deslocamento* também no que diz respeito à própria necessidade dessa orientação, na própria razão de existir que se auto-atribuem estes autores. As novas justificativas passam pelas vicissitudes colocadas pela “vida moderna”: não são mais missionários do esclarecimento na cruzada pela vida das crianças, mas os intérpretes e guias competentes dos pais por entre as incertezas e angústias da moderna criação dos filhos.

Pais e mães em uma sociedade secularizada, urbana, industrial, desenraizados e tendo perdido as certezas colocadas pela tradição, abrem-se ao discurso especializado. Mesmo porque, não apenas no discurso médico mas em boa parte das falas sobre a perversão, o desvio, o crime etc., as *causas* deixam o âmbito da natureza individual e passam ao da educação, do meio, da família.

Todas essas construções fazem pesar sobre os pais, e principalmente sobre a mãe, a responsabilidade pelo encaminhamento moral dos filhos, assim como seu sucesso ou fracasso num mundo competitivo a exigir competências e qualidades cada vez maiores.

No interior dessas novas exigências, cada *fase do desenvolvimento* deve ser conhecida, compreendida e maximizada. Os resultados que não se conseguissem no momento *certo* poderiam representar um atraso no desenvolvimento *normal* da criança. Uma nova forma de organização da vida familiar, mais técnica, mais complexa e detalhada se traduzia em prescrições minuciosas, em descrições completas de todas as fases do desenvolvimento não apenas físico, mas também afetivo, moral, cognitivo, emocional etc. da criança, revelando a dimensão médica e a importância dos fatos mais banais da infância.

É nesse sentido que uma mudança a que indicamos como uma tecnicização da vida familiar se operou no discurso. O discurso se apropria do próprio cotidiano doméstico prescrevendo, em bases científicas, os horários de brincar, dormir, comer, o cardápio, o banho, a temperatura do banho, o sol, o período de exposição ao sol, a assepsia do corpo, dos utensílios, do quarto, da casa. Assim, são as próprias regras segundo as quais as relações entre pais e filhos e as obrigações mútuas que se colocam por estas relações estarão sendo redefinidas. Nesse novo conjunto de significações, amar os filhos é tê-los em menor número, porém melhor criados, é planejá-los responsabilmente, é poder arcar com os custos de sua saúde e educação.

Através das transformações apontadas, a análise mostrou uma autonomização progressiva do discurso da puericultura em relação ao campo estritamente acadêmico do saber médico em que se fundamentou e de que, na origem, partiu. O discurso passa, assim, a conformar-se às regras de funcionamento próprias ao mercado editorial, nesse segmento específico da literatura de vulgarização médica.

A análise do discurso da puericultura entre os anos 30 e 50, que fizemos, explica, a partir dele mesmo e de razões externas porque tinha essa aceitação, porque vendia: cada vez mais permeável às transformações familiares, o discurso é apropriado por esse mesmo movimento de transformações. Por esses mesmos motivos é que algumas das questões que colocava, e que caracterizavam mesmo o discurso num momento anterior, vão desaparecendo, e outras, de natureza completamente diversa, sendo ressaltadas. Pelo lado das razões *externas* ao discurso, um mercado já constituído de bens e serviços médicos se ampliava, assim como a organização de uma política de saúde a partir de regras institucionalmente definidas.

O que viemos chamando “o discurso da puericultura” constituiria um “campo discursivo”, na acepção de Maingueneau (Cf. Brandão, 1984), isto é, “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, se delimitam reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Assim, mesmo as posições contrárias que se verificavam em diferentes autores, conforme a *escola* a que pertencessem, podem ser caracterizadas como confrontações legítimas no interior desse campo. Enquanto não questionassem a própria legitimidade do discurso sobre a infância - legitimidade essa pautada pela cientificidade do saber médico - as pequenas divergências sobre extrair ou não amídalas, permitir ou não a chupeta, acrescentar ou não amido ao leite etc., poderiam e mesmo, deveriam existir.

Dessa forma, o distanciamento que o discurso da puericultura foi tomando em relação à academia, estaria indicando uma autonomização progressiva deste discurso em direção à constituição de um campo discursivo específico, pautado por regras próprias de formação.

Considerando esta autonomia, reforçaríamos nossa colocação de que esta demanda familiar por aconselhamento, expressão do reconhecimento do público por um discurso apoiado por uma competência de ordem científica, não deve ser interpretada como mera conformação às estratégias e interesses médicos, estatais ou burgueses.

Embora muito de sua própria constituição esteja articulado à dominação econômica, política ou ideológica, e os padrões de organização familiar possam e sejam utilizados nesse sentido, o complexo moderno família/pais/filhos, não se resume a esses aspectos de dominação. A história da infância e da família, de que fala Ariès, mostra também que ela não pode ser resumida a uma história econômica ou uma história política, mas traz também desdobramentos inerentes à sua própria esfera de constituição. O discurso da puericultura que analisamos, ao dirigir-se, abstratamente, às famílias, vai mostrar-se cada vez mais permeável a esses desdobramentos, ainda que estrategicamente, visando ampliar sua própria penetração no mercado. Ao mesmo tempo, enquanto prática discursiva, estará permanentemente tensionado pelas transformações sociais e familiares às quais deve estar atento, e, incorporar.

Bibliografia

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 3. ed. Campinas : Editora da UNICAMP, 1994.
- CARVALHO, M. M. C. *Molde nacional e fôrma cívica : higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

- FERREIRA, M. *Salvar os corpos, forjar a razão* - contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social. 1996, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação/ Universidade do Porto, Dissertação de mestrado.
- FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992 .
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.
- MARQUES, V. R. B. *A medicalização da raça : médicos, educadores e o discurso eugênico*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- MARTINS, J. de S.(Org.) *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MELLO E SOUZA, A. C. de. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.
- MURSA, M., ALMEIDA JÚNIOR, A. F. de. *Noções de puericultura para as mães e as escolas*. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1927.
- O'BRIAN, P. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, L. (Org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Editora UNESP/Hucitec/Abrasco, 1994.

PROCESSO CRIMINAL 9477/57: O ESPECTRO DO COMUNISMO RONDA POMPÉIA/SP¹

Rosimar Alves QUERINO²

RESUMO: O presente artigo analisa a figura comunista presente nos depoimentos prestados junto ao processo criminal 9477/57, instaurado na Comarca de Pompéia/SP, visando a apreensão das características atribuídas aos comunistas e ao marxismo como integrantes de um *mito político*.

PALAVRAS-CHAVE: Comunismo; mito político; processos criminais

Percalços na construção do objeto

A idéia original desta pesquisa nasceu de algumas indagações provocadas pelas leituras teóricas realizadas nos cursos de Política, de nossa graduação, e pelo contato que tivemos com documentos das delegacias de polícia de Pompéia, Marília, Garça e Tupã que, atualmente, compõem o Projeto Memória da UNESP - Marília.

De um projeto que, primeiramente, visava analisar formulações teóricas acerca da organização de partidos políticos³, passamos a formular nosso problema em termos de um estudo de caso da militância comunista na Região de Marília. Mas, o material disponível junto ao *Projeto Memória* referia-se somente ao

¹ Este artigo originalmente constitui um capítulo de nossa dissertação de bacharelado apresentada à UNESP - Câmpus de Marília, fruto de pesquisa desenvolvida com auxílio da bolsa PET/CAPES e realizada sob orientação do Dr. Marcos Thadeu Del Roio e co-orientação da Dr.^a Maria Izabel Leme Faleiros. Apresentado no Encontro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) de 1997.

² Mestranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP-Campus de Araraquara.

³ Nossos primeiros trabalhos apresentados em iniciações científicas da UNESP foram justamente: *O Partido Político como intelectual orgânico em Lenin e Gramsci* (1993) e *Partido Político: questões de organização em Rosa Luxemburg e Lenin* (1994).

serviço de inteligência composto pelas delegacias de polícia e pelo Deops. A abordagem da militância comunista era dificultada pela falta de material e pelo difícil acesso aos antigos militantes. Visando preencher essa lacuna optamos pela coleta de materiais junto às Câmaras Municipais e aos arquivos dos jornais locais.

Os artigos jornalísticos da cidade de Pompeia apontavam para a existência de processos criminais contra *comunistas conhecidos* e indicaram-nos um grande caminho a ser percorrido. Os inquéritos policiais e os processos criminais encontrados junto aos Fóruns e às Delegacias de Polícia além de acompanharem a atuação dos militantes durante o período de 1947 e 1964 possuem farto material *subversivo*.

A análise do cotidiano dos militantes era extremamente complicada devido ao fato de que, para livrar-se da repressão e perseguição política, antes e durante o período militar, grande parte do material e o trabalho das células era destruído. Desse modo, as listas de materiais apreendidos, de conferências, cadernos de anotações, rífis, lista de assinaturas em prol da reforma agrária e outros abaixo-assinados, constituem fragmentos de uma memória partidária a ser resgatada. Retomando a argumentação de Paulo Sérgio Pinheiro no prefácio ao livro de Moisés Vinhas, *O Partidão, a luta por um partido de massas*, podemos afirmar que:

[No caso brasileiro], o arquivo mais completo do Partido Comunista Brasileiro, caso tenha havido algum zelo de conservação, é o da polícia civil, desde a fundação do partido, e dos organismos das forças armadas dedicados à repressão das dissidências políticas especialmente depois de 1969. (Pinheiro, In Vinhas, 1982, p. XI)

Paulo Sérgio Pinheiro acertou em sua previsão. Os arquivos disponíveis nas delegacias e arquivos das comarcas são de uma riqueza fantástica, sem falar no arquivo do DOPS que finalmente está aberto ao público. Quanto ao material disponível neste último, pelo fato de encontrar-se no Arquivo do Estado de São Paulo existe uma relativa facilidade à pesquisa enquanto que nos primeiros, dos arquivos mortos das delegacias e dos Fóruns, o quadro é desalentador⁴. Os arquivos

⁴ É necessário ressaltar o fato de que a rica documentação oriunda das delegacias de polícia e dos Fóruns está para desaparecer devido à lei de incineração aprovada recentemente. No caso de nossa Região estamos pleiteando junto aos Fóruns a doação desses documentos para o Projeto Memória da UNESP- Marília ou para o CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP/SP).

são bem organizados quanto ao período recente mas o arquivamento dos processos e inquéritos mais antigos eram organizados *aleatoriamente*⁵.

Após esse amplo levantamento de fontes primárias, contávamos com um grande número de informações, de artigos jornalísticos, de discussões da Câmara Municipal e com 21 inquéritos policiais⁶ mas, devido a urgência da redação de uma dissertação de conclusão de curso, elegemos um inquérito policial e seu respectivo processo criminal para análise.

⁵ A coleta dos materiais já realizada nos possibilita tecer algumas considerações a respeito dos procedimentos adotados pelas delegacias e fóruns quando da instauração dos inquéritos e dos processos: A delegacia de polícia local instaurava os inquéritos policiais baseada em denúncias ou em flagrantes (no caso de distribuição de cartazes, panfletagem, venda de rifas) e, após ouvir algumas testemunhas e os suspeitos, encaminhava uma denúncia formal para a Justiça Pública que seguiria com as averiguações. Os arquivos das delegacias de polícia são organizados a partir de um livro índice, em ordem alfabética, onde ao lado dos nomes dos indiciados consta o número de seus prontuários onde estariam as cópias de todos os inquéritos instaurados contra o mesmo.

Os processos criminais instaurados contém a 1ª via do inquérito policial e os materiais apreendidos, quando existia apreensão. No Fórum se processavam os depoimentos das testemunhas de defesa, de acusação, dos acusados, a arguição do advogado de defesa e do promotor público e o parecer final do Juiz de Direito.

Todos esses processos deveriam, pelo menos em tese, ser registrados no *Livro de Registros de Feitos*, onde eram anotados o número do processo, o dia em que foi instaurado, o nome dos indiciados, a lei infringida e o número da pasta em que foram arquivados. No caso de Marília, que na época possuía dois Cartórios de Ofício, existia ainda um livro índice onde registrava-se alfabeticamente o nome do indiciado e o número do processo.

A pesquisa deveria ser feita, a princípio, através do *Distribuidor*, que é a seção do Fórum incumbida de registrar todos os processos e distribuí-los para os cartórios competentes. Deveria ainda conter uma ficha individual com o registro de todos os processos em que foi o indivíduo foi indiciado mas, o cotejamento destas informações infelizmente, em nossa coleta de materiais, não coincidiam.

Na cidade de Tupã, que era uma de nossas referências, encontramos no 1º Distrito Policial, os números de prontuários de dezessete militantes, assinalados inclusive como comunistas, mas, no momento de localizá-los no arquivo da delegacia não encontramos nenhum. No Fórum da Comarca de Tupã a situação não foi diferente. Através dos procedimentos descritos acima conseguimos localizar referências de processos criminais mas no momento de localizá-los no arquivo não os encontramos. Supomos que tenham sido enviados para a Auditoria Militar ou para o Deops.

Na cidade de Garça, não contamos com o livre acesso aos livros de registros. O Juiz de Direito incumbiu uma funcionária pela pesquisa junto aos registros do Distribuidor o que resultou na *"inexistência de processos criminais"*. Nosso referencial empírico para o estudo da *militância de base* ficou, desse modo, restrito às cidades de Marília e Pompéia.

⁶ Coletamos 10 processos em Pompéia e 11 em Marília.

Neste primeiro trabalho, intitulado *Processo Criminal 9477/57: o espectro do comunismo ronda Pompéia/SP*, do qual apresentamos um capítulo, analisamos detalhadamente as condições que originaram o inquérito policial e o seu desenvolvimento. Apesar do rico material apreendido nesse processo criminal, o fio condutor para sua análise foi a figura comunista presente nos discursos das testemunhas, do promotor e do juiz.

O discurso homogêneo sobre as características dos comunistas (*flagelo da humanidade, vermelho, escravo de Moscou, subversor da ordem, a patriótico* etc.), presente também em todos os processos, tinha como contrapartida o depoimento uniforme dos militantes que afirmavam ser “*adeptos da filosofia marxista e não militantes vermelhos, subversores da ordem*” Outro aspecto muito importante do processo é o seu arquivamento por falta de provas. O tom de *ouvi dizer* presente nos depoimentos das testemunhas de acusação não oferecia argumentos para a incriminação dos acusados - o que não impedia que continuassem a instalar outros inquéritos.

Tendo como pano de fundo o tom conspirativo atribuído aos comunistas pelos depoimentos das testemunhas de acusação, pelo promotor e pelo juiz, apresentaremos o desenvolvimento do processo 9477/57 e a figura comunista que emerge de suas páginas.

Depoimentos no inquérito policial: todos são suspeitos⁷

O processo 9477/57, movido no Fórum da Comarca de Pompéia/SP, tem como indiciados os senhores Sérgio Francisco Barguil, Domingos Nunes Quadros e Cleso de Lima Horta e foi instaurado com base no inquérito policial aberto em 10 de maio de 1956 na Delegacia de Polícia daquela cidade.

Tal inquérito foi instaurado quando em um trem da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, entre as cidades de Marília e Oriente, após a ocorrência de um furto, ao revistar Cleso Horta a polícia encontrou livros, cadernos de anotações e papéis datilografados que, segundo o Delegado de Pompéia, eram “denunciadores de atividade subversiva nitidamente desenvolvida pelo citado indivíduo”⁸.

⁷ Nos baseamos nos depoimentos prestados nas delegacias e no Fórum da Comarca de Pompéia, deste modo são várias as citações de depoimentos. Cada citação tem entre parênteses o nome do depoente e a página do processo em que se encontra.

⁸ Relatório do Delegado de Polícia de Pompéia, Sr. Ubirajara Rocha, datado de maio/56 . p. 2.

Em seqüência, Cleso Horta foi encaminhado à Delegacia de Polícia de Marília e depois ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/SP). Após seu interrogatório e apreensão do material que transportava, foi liberado.

O material apreendido em posse de Cleso Horta forneceu subsídios para que os delegados das cidades de Marília e Pompéia tomassem os depoimentos de diversas pessoas cujos nomes constavam dos apontamentos dos cadernos de anotações de Cleso Horta. Em Marília foram ouvidos três suspeitos e em Pompéia mais nove pessoas. Ao serem interrogados a preocupação dos depoentes era alegar desconhecimento dos motivos pelos quais haviam sido chamados a depor e indagar o porquê de seus nomes constarem nos referidos cadernos. Os depoimentos que transcrevemos a seguir ilustram bem esta preocupação:

Não conhece também o indiciado Clezo Lima Horta, bem como não sabe explicar como consta seu nome no caderno junto a estes autos. Talvez pelo fato de ser o presidente do Diretório do partido Trabalhista Brasileiro. (Dr. Coriolano, p. 154)

[...] jamais ouviu falar o nome de Clezo de Lima Horta. Não sabe a que atribuir a presença do sobrenome do depoente no caderno que ora lhe foi exibido, talvez pretendesse ele alguma contribuição [...] (Sr. Barbalho, p. 158.)

[...] nunca contribuiu para campanhas políticas, onde certo que já foi convidado a fazê-lo para a Imprensa Popular, tendo se negado a tanto. (Sr. Barbosa, p. 3)

Não conhecer o réu Cleso Horta era forte argumento para a defesa dos depoentes. Nas suas argumentações, aparece uma diferenciação entre ser militante e ser simpatizante da doutrina marxista, distinguindo-se os dois posicionamentos.

A ilegalidade política do Partido aparece associada à alegada não ligação dos depoentes com o comunismo, como mostra o depoimento abaixo:

[...] nunca teve ligação com o extinto Partido Comunista do Brasil, nem nunca contribuiu para nenhuma de suas campanhas [...] não sabe a que atribuir o fato de estar o seu nome incluído numa folha de caderno apreendido de Cleso Lima Horta. (Sr. Ferreira, p. 166)

No depoimento do Sr. Evaristo Zaparolli, diferentemente dos demais, ele alegou ter freqüentado a sede do Partido Comunista, em Marília, durante sua legalidade política, mas assinala não ser comunista militante.

[...] não conhece nem nunca viu Clezo de Lima Horta. É verdade que, durante a legalidade do Partido Comunista Brasileiro, costumava o depoente frequentar a sua sede, nesta cidade, não querendo com isso dizer que o depoente seja ou tenha sido comunista militante. (Sr. Zaparolli, p.160)

O Sr. José Medeiros, outro depoente, é ainda mais contundente em sua argumentação porque qualifica os *valores comunistas* como contrários aos seus. Em decorrência de ser dirigente da Igreja Assembléia de Deus, seria avesso ao comunismo, fato este que, segundo ele, sempre demonstrava em pregações.

[...] não sabe explicar como tal cousa poderia ter acontecido nem qual a intenção de quem assim agiu [...] é de 'religião crente', sendo portanto avesso ao comunismo, sendo que sempre prega contra éssa doutrina. Nunca teve quaisquer ligações com esse partido, nem nunca contribuiu de forma alguma para suas campanhas. Que julga estar o seu nome inscrito no caderno em questão, junto a estes autos, por ser pêssoa de relevo na Igreja Assembléia de Deus, desta cidade como um de seus dirigentes e que está sendo visado como possível meio de doutrinação comunista, pois sendo propagador contra o comunismo deve estar sendo observado neste sentido. (Sr. Medeiros, p. 167)

Os depoimentos de Jazon Gomes Fonseca e de Antonio Candido Bezerra, diferentemente dos demais, vão além de esclarecer o seu envolvimento com Clezo Horta, apontando como comunistas Domingos Nunes Quadros e Sérgio Francisco Barguil. Fonseca referiu-se a uma reunião ocorrida na residência de Domingos Quadros da qual, por convite de Sérgio Barguil, teria participado.

NÃO É NEM NUNCA FOI COMUNISTA, sendo todavia, amigo particular de Sérgio Barguil e de sua família, todos conhecidos nesta cidade como comunistas que, há uns cinco meses, mais ou menos, foi convidado pelo referido Sérgio Barguil para ir a uma reunião na residência de DOMINGOS DE TAL, [...] que ficou sabendo chamar-se Clezo de Lima Horta, aquele indivíduo que estava a fazer propaganda do PARTIDO COMUNISTA e oferecia à venda uns selos de Cr\$ 5,00 e Cr\$10,00,

dizendo-os que serviriam de auxílio à Imprensa Comunista [...] que o referido indivíduo estava também anotando diversos nomes de pessoas que residiam em diversos bairros desta cidade e que teriam encargos de propaganda do PARTIDO COMUNISTA. Cleso argumentou mais naquela reunião que o PARTIDO COMUNISTA tinha necessidade de aumentar o número de seus adeptos, tendo convidado a todos os presentes a cerrar fileiras em torno da DOCTRINA VERMELHA, dizendo que se o PARTIDO COMUNISTA crescesse, o operariado seria beneficiado e, em caso contrário continuaria sofrendo. (Sr. Fonseca, p. 168 f/v) ⁹

Antonio Candido Bezerra, por sua vez, referiu-se a uma conversa que manteve com Sérgio Barguil em uma roda de amigos, na qual discutiam o problema das terras cultivadas estarem sendo substituídas por capim. Sérgio Barguil alegava, segundo ele, que se este fato ocorresse na Vila Queiroz e no Distrito de Novo Cravinhos, estes “morreriam”. Bastaria um retireiro para cuidar de cem alqueires de terra.¹⁰

Por ter concordado com essa opinião de Sérgio Barguil, Antonio Bezerra considerava que seu nome constava no referido caderno porque posteriormente seria procurado para ser doutrinado. Por considerar, a discussão sobre a substituição de terras cultivadas por pastagens uma posição comunista de Barguil, Bezerra reafirmava que:

[...] NÃO É, NEM NUNCA FOI COMUNISTA, RENEGANDO ÉSSA DOCTRINA, POR JULGÁ-LA CONTRÁRIA AOS NOSSOS PRINCÍPIOS DE NACIONALIDADE; que sempre combateu o

⁹ Nos depoimentos é recorrente a afirmação de que “ouvi dizer”, “são conhecidos na cidade como comunistas”. As testemunhas, procedendo deste modo, apontam para uma possível atuação dos comunistas sem com isso fornecer provas concretas e sem se envolver com o assunto. Os grifos são nossos.

¹⁰ A qualificação da Campanha do Capim como uma campanha comunista está relacionada com os episódios ocorridos em Santa Fé do Sul/SP conhecidos como a Revolta do Arranca-Capim. Em 1952, quando 525 famílias de arrendatários da terra insatisfeitos com a substituição de suas plantações pelo capim e o fechamento do armazém da fazenda, saquearam-no distribuindo as mercadorias e incendiando o armazém e as casas do administrador e do Fiscal. “*No saldo, 125 famílias foram expulsas, tiveram suas casas queimadas e 15 arrendatários foram presos. Em 1956, novo conflito surgiu com a expulsão dos arrendatários logo após o desmatamento da nova área destinada para a formação dos pastos.*” (Faleiros, 1989, p.215) Sobre a Revolta vide Faleiros (1989, p.215-223).

comunismo, chegando mesmo a insistir com seus camaradas a que escutem sermões do vigário da paróquia contra com os vermelhos, pelo rádio. Que ficará de 'ataláia', observando qualquer movimento comunista que surja, principalmente com referência a esse caso do 'capim', comprometendo-se a prevenir as autoridades.(Sr. Bezerra, p. 169)

Os senhores Sérgio Barguil e Domingos Quadros foram os últimos a depor no inquérito policial, após as declarações que os apontavam como comunistas. Sérgio Barguil afirma não ser militante comunista mas que

[...] pode assegurar que é MARXISTA, no sentido filosófico da palavra, porém não é comunista militante, de ação direta nem subversor da ordem pública. Não se recorda de ter participado de uma reunião nesta cidade em casa de DOMINGOS DE TAL [...] jamais buscou promover a infiltração de idéias subversivas na numerosa colônia japonesa deste ou outro município; [...] filia-se ao Partido Trabalhista Brasileiro, nunca tendo publica ou clandestinamente, defendido idéias comunistas, que o declarante já exerceu mandato de vereador à Câmara Municipal local, tendo então defendido algumas reivindicações sociais do operariado como fundação de club recreativo e outros, daí advindo a reputação do declarante de comunista; [...] não tem por costume organizar ou tomar parte em reuniões secretas, nas quais se difundem as doutrinas vermelhas. (Sr. Barguil, p. 177 f/v)

Domingos Quadros depôs em 18/12/56 e, como Barguil, negou as acusações que lhe eram feitas:

[...] confessa que sente certa inclinação pela filosofia marxista razão pela qual costuma ler a literatura dessa doutrina, principalmente jornais, entre os quais o periódico "HOJE", editado na capital [...] todavia não é propagandista da doutrina moscovita, não a estimulando em público nem por meios clandestinos ou secretos; que o declarante nunca foi elemento ativo em Campanha, [...] em última análise, se confessa um teórico ou simpatizante da ideologia política e social comunista, porém não é elemento de ação direta ou militante ativo dessa referida ideologia, que, o declarante menciona igualmente que não é fixado no extinto Partido Comunista do Brasil. (Sr. Quadros, p. 179 f/v)

Embora tenham negado qualquer envolvimento com o Partido Comunista e com o indiciado Clezo Lima Horta, Sérgio Barguil e Domingos Quadros foram indiciados em processo criminal, devido às declarações prestadas por Jazon Fonseca e por Antonio Bezerra.

O Promotor Público Dr. Dirceu de Mello, em ofício ao Juiz de Direito da Comarca de Pompéia, denunciando Clezo de Lima Horta, Sérgio Barguil e Domingos Nunes Quadros como incurso nas penas dos artigos 09 e 10 da Lei nº 1802 de 05/10/53, assim se refere aos acusados:

Prosélitos da doutrina moscovita, de uns tempos a esta parte, vêm desenvolvendo na Comarca, campanha em pról do reerguimento do Partido Comunista do Brasil, posto na ilegalidade.

Confirmando o alegado, basta que se diga que o indiciado Clezo foi detido quando demandava Pompéia, sendo encontrado, em seu poder, vasto material de propaganda comunista, consoante que se pode verificar da relação de fls. 4. E mais, que, em épocas anteriores organizaram os indiciados, reuniões, uma delas, na residência de Domingos Nunes Quadros com o objetivo de difundir as idéias bolchevistas e de angariar fundos para a imprensa comunista. E, finalmente que se apontem as andanças do indiciado Barguil, pela zona rural da Comarca, visando a disseminar, entre os homens do campo, as soluções várias que o Partido Comunista apresenta para os problemas ruralistas brasileiros.

Não há dúvida que tais atos, praticados pelos indiciados, a par da vocação marxista revelada nos autos, põem em evidência sua filiação ao extinto Partido Comunista do Brasil e a ajuda que vêm prestando à causa vermelha entre nós¹¹.

O ofício, do qual acima citamos fragmentos, foi redigido pelo Promotor com base no relatório do Delegado de Polícia e nos depoimentos prestados no inquérito policial. No relatório policial, após descrever as condições em que foi instaurado o inquérito, o Delegado Sr. Ubirajara da Rocha afirma que, com exceção de Jazon Fonseca e Antonio Bezerra os depoentes nada acrescentaram sobre :

¹¹Ofício do Dr. Promotor Público Dirceu de Mello ao Juiz de Direito da Comarca de Pompéia em 13/03/57. P.2 f/v. Os grifos são nossos.

[...] qualquer delito político-social contra o indiciado. Os depoentes Jazon Gomes Fonseca e Antonio Candido Bezerra, refere uma reunião foi realizada na casa de Domingos de Tal, reunião de índole comunista e na qual Sérgio Francisco Barguil havia tomado parte juntamente com CLESO DE LIMA HORTA. Antonio Candido Bezerra relata que SERGIO BARGUIL tomara parte numa campanha conhecida por 'CAMPANHA DO CAPIM', de caráter comunista e desenvolvida no seio da colônia japonesa.

[...] ambos negaram terem participado da citada reunião subversiva ou de propaganda clandestina da doutrina vermelha, Domingos é que confessa que é simpatizante do extinto Partido Comunista Brasileiro adiantando contudo, não ser partidário militante nem elemento de ação direta da referida agremiação política.¹²

Podemos dizer que ambos os documentos, o relatório do Delegado e o ofício do Promotor, são uma leitura enviesada dos depoimentos. Domingos Quadros, em seu depoimento, prestado em 18/12/56, afirmou que era simpatizante da doutrina filosófica marxista e que costumava ler jornais e literatura marxista, negou, todavia, ter participado de qualquer reunião ou ter feito qualquer tipo de doutrinação, bem como ressaltou que nunca pertenceu ao extinto Partido Comunista. Contudo, com base nas afirmações de Jazon Fonseca sobre uma suposta reunião comunista que havia sido realizada em sua residência, ele passou a figurar no processo criminal como co-réu.

Sérgio Barguil, por sua vez, nos depoimentos prestados na delegacia, aparece como conhecido comunista da cidade, sem que tivessem certeza de suas convicções políticas. A confusão gerada pela fusão de vários depoimentos é tanta que a afirmação de Jazon Fonseca de que Cleso Horta, na reunião realizada na residência de Domingos Quadros, tivesse pedido para que ele organizasse uma reunião com integrantes da colônia japonesa interessados no comunismo, bem como a informação de Antonio Candido Bezerra de que em conversa numa roda de amigos, da qual participava Sérgio Barguil, tivessem discutido o problema da substituição da agricultura pela plantação de capim, são sintetizadas numa única acusação: a de que Sérgio Barguil desenvolvia a "Campanha do Capim" no interior da colônia japonesa.

¹² Relatório do Delegado de Polícia, Sr. Ubirajara Rocha, datado de 19/12/56, enviado ao Dr. Juir de Direito da Comarca de Pompéia. Os grifos são nossos.

Outro fator importante a ressaltar é o fato de que as expressões *doutrina vermelha*, *vocação marxista*, *doutrina moscovita* e *idéias bolchevistas* são utilizadas ao longo do processo criminal e do inquérito para designar o marxismo, aparecendo sempre associadas à *clandestinidade*, *subversão*, *contrariedade aos princípios de nacionalidade e de religiosidade*. Percebemos que projetam-se no marxismo valores *negativos*, que se tornam argumentos para que os moradores não se interessem pelo Partido Comunista Brasileiro.

Dos acusados

Cleso de Lima Horta ao ser preso em Marília foi encaminhado para o Departamento de Ordem Política e Social, da Capital, onde após ser qualificado e interrogado, teve o material que transportava apreendido. Quando interrogado no DOPS, Cleso Horta negou-se a responder diversas perguntas:

PERGUNTADO PELA AUTORIDADE SE O DECLARANTE PERTENCEU AO PARTIDO COMUNISTA RESPONDEU QUE SIM; PERGUNTADO AO DECLARANTE SE CONTINUA SIMPATIZANTE DO CREDO VERMELHO? RESPONDEU QUE SE RECUSAVA A RESPONDER A PERGUNTA FORMULADA; PERGUNTADO AO DECLARANTE A RAZÃO DE SE ENCONTRAR EM SEU PODER O MATERIAL APREENDIDO? RESPONDEU QUE SE RECUSAVA A RESPONDER ESSA PERGUNTA; [...] PERGUNTADO AO DECLARANTE SI JÁ FOI PRESO OU PROCESSADO E QUAL O DELITO? RESPONDEU QUE SIM, POR DELITO QUE NÃO SABE INFORMAR, ENTRETANTO, CORREU POR ESTE DEPARTAMENTO, SENDO PORÉM ARQUIVADO O INQUÉRITO.¹³

Diferentemente dos acusados que prestaram depoimentos nas cidades de Marília e Pompéia, Cleso Horta assumiu já ter pertencido ao Partido Comunista, afirmando inclusive já haver sido processado pelo DOPS. Mas, negou-se, entretanto, a prestar quaisquer outros esclarecimentos sem a presença de um advogado.

¹³ Auto de qualificação e interrogatório realizado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 10/05/56. p. 150.

Domingos Quadros, no interrogatório de 26/06/57 realizado na Comarca de Pompéia, negou a acusação que lhe era feita e retificou as declarações prestadas na Delegacia de Polícia: “[...] teve inclinação pela filosofia marxista, mas deixou de lado tais idéias a pedido de seus filhos; [...] jamais tomou parte em qualquer campanha subversiva, bem como em campanha de difusão de idéias comunistas”. (Sr. Domingos, p. 221v.)

É interessante ressaltar que se o acusado se considerava apenas simpatizante e leitor da literatura marxista, não havia motivo para no interrogatório posterior preocupar-se em afirmar que *havia deixado de lado tais idéias*. Em tese, a pena incidiria sobre quem tentasse reorganizar o Partido e não simplesmente sobre os *leitores marxistas*.

Sérgio Barguil, em seu interrogatório, assinalou que quando da abertura do inquérito policial haviam diversos nomes de moradores de Marília e de Pompéia nos cadernos apreendidos. Contudo, seu nome foi incluído como co-réu e os demais excluídos. Barguil afirmava que:

Não é verdadeira a imputação que lhe é feita; que não pertence ao Partido Comunista do Brasil, mesmo porque essa agremiação não tem existência legal; que não conhece os có-réus¹⁴ e nunca esteve na companhia dos mesmos desenvolvendo qualquer espécie de campanha, que não é verdade, tenha estado percorrendo a zona rural da comarca, difundindo idéias do Partido Comunista. (Sr. Sérgio, p. 199v.)

Como observamos anteriormente, é necessário ter em mente que se tratavam de suspeitas criminais e as declarações muitas vezes são as mais sucintas possíveis. O que se esperava era conseguir isentar-se da penalidade a que estavam sujeitos. No caso de Cleso Horta ter se declarado integrante do Partido Comunista no DOPS, isto ocorreu, possivelmente, pelo fato de que, como já havia sido preso anteriormente no mesmo Departamento, alegar o contrário em nada adiantaria.

No caso de Sérgio Barguil, em 1956, ano em que foi instaurado o inquérito policial, ele já havia sido indiciado várias vezes e sempre por acusações de fundo político.

¹⁴Sérgio Barguil afirmou no interrogatório que não conhecia os có-réus, Cleso Horta e Domingos Quadros, no entanto, este último em interrogatório de 26/06/57 declarou ser amigo de Sérgio, mas “não íntimo”.

Em 1948, Barguil não tinha nenhuma passagem pela delegacia. No entanto, na instalação da Câmara Municipal de Pompéia, em 01/01/1948, quando era vereador eleito pelo PSP, a intervenção de um vereador foi a seguinte:

[...]o Sr. Alceu Guerner Gonzalez, [...] falou da necessidade de trabalhar-se por Pompéia não trazendo para a Câmara ideais políticos, principalmente comunista, pois ele não confia nos seus elementos e portanto não podia ter confiança no Sr. Sérgio Francisco Barguill.¹⁵

Enumeramos a seguir os inquéritos policiais em que Barguil figurava, para retomar alguns aspectos de sua *ficha de antecedentes*.

- 14/02/1949- Pixações em muros e calçadas com injúrias ao Presidente da República e ao Vice-governador do Estado.
- 03/05/1949- Organização de uma reunião em 08/05/1949 para discutir a fundação da “Organização da União dos Trabalhadores da Lavoura da Alta Paulista” em Marília (Denúncia do Prefeito Odilon Cruz).
- 30/09/1950- Prisão em flagrante quando fixava cartazes de propaganda dos “*candidatos de Prestes*”, juntamente com Dorival Torres Amorim, José Pereira dos Santos e José Ruenes .

O parecer pedindo o arquivamento deste inquérito é do seguinte teor:

[...] é possível que o indiciado S.F.B. tenha projetado a sindicalização dos trabalhadores rurais para então, no sindicato formado, dar expansão a teorias extremistas, condenadas em nossas Leis e proibidas pela Constituição vigente [...] Todavia, não cuidam as leis penais de fatos futuros.¹⁶

A argumentação pedindo o arquivamento do inquérito é importante porque revela a postura de constante vigilância para todos os atos praticados por Sérgio Barguil, até mesmo quando estes não tinham ainda sido efetivados.

- 17/02/1952- Tentativa de organização do Sindicato Rural de Pompéia com a distribuição de vários panfletos intitulados “Aos Colonos, Camaradas e Arrendatários da Roça”, indiciado também José Rodrigues de Almeida.

¹⁵ Ata da 1.a Sessão da 1.a Legislatura da Câmara Municipal de Pompéia. In: Livros de Atas . p. 3.

¹⁶ Requerimento do Sr. José Celestino, escrivão do Juri ao Dr. Delegado de Polícia Julio de Andrade em 20/03/52.

- 05/07/1953- Tentativa de reunião com o Dr. Reynaldo Machado, de Marília, para discussão da participação no Congresso Pró-Paz à realizar-se em 30/03/1953 em Bauru.
- 04/05/1955- Venda de rifas em prol da Imprensa Popular e coleta de assinaturas em prol da Campanha de Reforma Agrária, indiciado também João Inácio de Lima.

Todos os inquéritos elencados acima tiveram como pano de fundo a afirmação de que Sérgio Barguil era integrante do Partido Comunista. O fragmento da ata da Câmara Municipal de Pompéia revela que antes mesmo de ter sido indiciado em inquérito policial, ele já era considerado comunista. Podemos assim relacionar o seu envolvimento no processo criminal 9477/57 graças a frequência com que Barguil era indiciado em processos sobre propaganda e práticas ditas comunistas. Legalmente a existência de outros inquéritos não justifica acusá-lo em outro, mas o fato de *ser considerado comunista* sim.

Das testemunhas de acusação

Entre os depoentes do inquérito policial somente Genésio Costa, Antonio Candido Bezerra e Jazon Gomes Fonseca haviam feito declarações no sentido de incriminar Sérgio Barguil, Domingos Nunes Quadros e Cleso de Lima Horta e deste modo, foram chamados no decorrer do processo como testemunhas de acusação. Genésio Costa afirmava só *conhecer de vista* Domingos Quadros:

[...] nada podendo precisar no respeitante às suas convicções político-filosóficas; que jamais viu o referido Domingos Nunes tomando parte de qualquer campanha política, bem como em campanhas outras, conhecidas como de iniciativa do extinto partido comunista do Brasil.”(Sr. Genésio, p. 225)

Sobre a conduta de Sérgio Barguil, Genésio Costa argumentou que:

[...] não pôde precisar quais sejam as convicções político filosóficas de Sérgio F. Barguil; que entretanto, já ouviu dizer professe êle idéias comunistas; [...] segundo ouviu dizer, Sérgio Barguil é elemento ativo daqueles que professam idéias comunistas; [...] jamais ouviu dizer que Sérgio Barguil, andasse angariando dinheiro para reconstituição, sôbre falso título, do extinto Partido Comunista [...] pôde informar que Sérgio

Barguil, na última campanha eleitoral ‘trabalhou com o PTB.’(Sr. Genésio, p. 225 f/v, grifos nossos)

Jazon Gomes Fonseca, a segunda testemunha de acusação, alegou que na reunião realizada na residência de Domingos Quadros, nem ele nem Sérgio Barguil fizeram uso da palavra para fazer propaganda do Partido Comunista, somente Cleso Horta.

[...] desconhecido do depoente, fazendo uso da palavra, solicitou aos presentes um auxílio à Imprensa Comunista, pedindo-lhes que adquirissem *sêlos*, de auxílio aos jornais comunistas, que, outrossim, consitou os presentes, a ingressarem no Partido Comunista. (Sr. Jazon, p. 226)

No depoimento prestado na delegacia de polícia, Jazon Fonseca ao mencionar Sérgio Barguil como comunista afirmava que ele e sua família eram conhecidos na cidade como comunistas, mas inquirido no Fórum, afirmou que nunca em sua presença Barguil havia feito proselitismo de idéias comunistas.

[...] jamais, com exceção do caso objeto da presente ação, foi o depoente convidado por Sérgio Barguil, para reuniões semelhantes à referida; jamais incentivou o depoente à adotar as idéias comunistas. [...] Sérgio Barguil frequentava a associação denominada ‘União dos Lavradores’, também frequentada pelo depoente, o qual, jamais viu ali, Sérgio Barguil fazer propaganda de idéias comunistas. (Sr. Jazon, p. 226 f/v)

Antonio Candido Bezerra se referiu no seu primeiro depoimento ao *Caso do Capim*, o qual teria sido discutido numa roda de pessoas entre as quais Barguil. Em seu depoimento como testemunha de acusação, ele retoma o caso do capim, se posicionando do seguinte modo:

[...] na ocasião em que teve a conversa com Sergio Barguil a que se referiu em seu depoimento, este [...] não fez nenhuma pregação de idéias comunistas; que confirma ter apenas tocado na questão referente ao aumento de invernadas, no município, em prejuízo de culturas [...] que quanto a Sérgio Barguil, póde informar que, ‘o povo diz ser êle comunista’, coisa entretanto, que o depoente não póde assegurar.

[...] o depoente nunca teve oportunidade de ouvir, Sérgio Barguil, na qualidade de vereador municipal, fazer uso da palavra , em seções da

Camara, com o intuito de propagar as idéias marxista.”(Sr. Bezerra, p. 227 f/v)

Em suma, a síntese confusa dos depoimentos prestados pelas três testemunhas de acusação, Antonio Bezerra, Genésio Costa e Jazon Fonseca, fica clara. Os três referiram-se a Sérgio Barguil como comunista sem possuírem informações que evidenciassem as convicções políticas do mesmo. Acreditavam ser ele comunista apenas por *ouvir dizer*, como se existisse um consenso na cidade sobre o fato.

Das testemunhas de defesa

Foram cinco as testemunhas de defesa, e todos negaram que Sérgio Barguil fosse comunista ou professasse idéias comunistas. Firmino Gonçalves afirmou já conhecer Barguil há uns quinze anos e,

[...] que ignora se o acusado Sérgio professa idéias comunistas; que jamais entaboulou conversação com o aludido acusado sobre ideais políticos [...] já ouviu dizer, por comentários, que Sérgio efetivamente professa ideais comunistas; que ignora todavia que Sérgio é partidário de uma subversão violenta da ordem. (Sr. Firmino, p. 297)

Dásio Ferreira Lessa, integrante do PTB e vereador suplente no ano de 1956 pelo PTB, também reafirmou a posição do Sr. Firmino, destacando a filiação de Barguil a outro Partido:

[...] apenas conhece realmente Sérgio Francisco Barguil; que pôde informar que Sérgio ha cinco anos faz parte integrante do diretório local do PTB, tendo sido mesmo eleito Delegado à Convenção Regional do Partido; [...] jamais ouviu dizer que o acusado professasse ideais comunistas [...] que o acusado Sérgio, sempre se dedicou a defesa dos interesses das classes umildes. (Sr. Lessa, p. 297)

Luiz de Rossi também jamais ouviu quaisquer comentários que imputassem à Sérgio, ideais comunistas. Francisco Aleixo Pereira entre os acusados só conhecia Barguil, adiantou comentários sobre sua filiação partidária, negando entretanto ser ele comunista.

[...] o acusado Sérgio já fêz parte do PSP local estando atualmente integrado no PTB; que jamais ouviu comentários imputando a Sérgio ideais

comunistas, que Sérgio sempre serviu à gente mais pobre da cidade. (Sr. Aleixo, p. 298v)

David Paixão da Silva, a última testemunha da defesa, reforçou as alegações anteriores:

[...] conhece o acusado Sérgio Barguil há aproximadamente dezesseis anos; que tem a informar que Sérgio Barguil foi um dos fundadores do PTB nesta cidade, [...] não é do conhecimento do declarante a participação de Sérgio nas reuniões de caráter extremista, levadas à efeito na casa de Domingos Nunes Quadros.

[...] não é do conhecimento do declarante o fato de ser Sérgio adépto da doutrina Bolchevista; que não é do conhecimento do declarante o fato de andar Sérgio pela zona rural, propagando idéias vermelhas; que não é do conhecimento do declarante o fato de ter sido Sérgio Barguil preso em Ribeirão Preto.

[...] durante o espaço de tempo que o acusado Sérgio esteve na companhia do declarante jamais fez referência ao extinto Partido Comunista Brasileiro, ou ainda, pregou, de qualquer forma, as idéias Bolchevistas. (Sr. David Paixão, p. 304 f/v)

As extensas citações dos depoimentos tiveram o intuito de reafirmar as declarações tomadas, todas elas parecidas: negam ser o acusado comunista, alegam conhecê-lo há bastante tempo, informam sobre sua filiação partidária, o PTB, e fazem menção ao fato de que comentavam na cidade que Sérgio Barguil era comunista, mas que jamais, na presença dos depoentes, professou idéias comunistas.

Gostaríamos de fazer um breve comentário sobre os *precedentes criminais*, como diríamos na linguagem jurídica, para explicitar qual o tipo de relação que as testemunhas mantinham com Sérgio Barguil e supostamente com *idéias comunistas*.

David Paixão estava em companhia de Sérgio Barguil, em um bar na cidade de Tupi Paulista, quando Barguil conversava com um senhor que chegara ao bar :

[...] antes de saber que referida pessoa é o senhor Promotor público, o interrogado manteve com o mesmo palestras com referências a um livro

de propriedade do interrogado intitulado Que sabe você sobre o Petróleo.
(p. 315)

Após comentários sobre o livro, Sérgio Barguil ofereceu “duas moedas com a gravura de Luiz Carlos Prestes e tentou vender os livros de que fala o auto de apreensão”. (p. 316) ¹⁷

Sérgio Barguil afirmou, em Tupi Paulista, que havia se deslocado para a referida cidade com o intuito de, juntamente com David Paixão, realizar negócios com o prefeito. Deste modo, quando David Paixão prestou depoimento no Fórum, em 1957, já havia presenciado discussões políticas de Barguil e sua prisão em flagrante.

Luiz de Rossi foi preso em 01/04/1964, após o golpe militar, juntamente com Sérgio Barguil, Dásio Lessa, João Ignácio da Rocha, Heitor Spinola Cardoso, Lauandias Barguil e Elias Francisco Barguil por serem suspeitos de estarem desenvolvendo atividades subversivas. As atividades de Luiz de Rossi, levantadas junto ao periódico Novos Rumos e o Terra Livre são as seguintes:

- participação na I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo como delegado da Paulista;
- presente na reunião de dirigentes sindicais rurais da Alta Paulista exigindo RA pelo Sindicato dos Produtores Autônomos de Pompéia;
- Suplente na 1.a Diretoria da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas;
- Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Estado de São Paulo;
- Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Trabalhadores Rurais de Pompéia, fundada em 29/05/1960;
- Presente na fundação do Sindicato dos Produtores Autônomos e Vice-Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais.¹⁸

¹⁷ O inquérito policial a que nos referimos foi aberto em 06/11/1956, quando Sérgio já estava sendo acusado no processo criminal objeto deste trabalho. Tivemos acesso a esses dados porque a Delegacia Polícia de Tupi Paulista enviou Carta Precatória para a Comarca de Pompéia. A Carta Precatória é expedida quando o delito é cometido em outra cidade, então o acusado pode prestar depoimentos em sua própria cidade

¹⁸ As referências que aqui fizemos ao Terra Livre e ao Novos Rumos deve-se a Prof.a Maria Izabel Faleiros que, gentilmente nos cedeu suas “fichas” sobre os moradores da região de Marília que, possuíam algum vínculo com o Partido.

Estamos cientes de que estes fatos ocorreram após o caso objeto deste processo criminal, mas eles deixam claro alguma ligação de Luiz de Rossi com o Partido e, se de fato Barguil também fosse militante, ele não confirmaria as denúncias.

Dásio Lessa, assim como Sérgio Barguil, militava no PTB e os seus dados encontrados na Delegacia de Polícia de Pompéia é de que tenha sido preso além de 01/04/1964, em 08/01/1969 por transportar materiais considerados subversivos. Sobre suas referências no Terra Livre e no Novos Rumos têm-se que:

- foi Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Pompéia;
- presente na reunião preparatória da I Confederação Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo;
- participou da I Confederação Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas como delegado da Paulista;
- presente no reunião dos dirigentes sindicais rurais da Alta Paulista exigindo R.A. pela Associação Rural de Pompéia;
- presente à Fundação da Associação dos Trabalhadores Rurais de Garça em 11/09/1960;
- presente à Reunião das Associações Camponesas da Alta Paulista dia 29/01/1961 em Garça, onde foi eleito representante da região para a Conferência de Havana.

Nossa intenção ao referir-mo-nos a esses dados sobre as testemunhas foi no sentido de esclarecer que, possivelmente, muitas vezes os depoimentos se referem aos mesmos fatos e negam as mesmas acusações. Tem-se a impressão de que tanto os acusados como as testemunhas foram treinados para dar esse tipo de depoimento, ou seja, como *não cuidam as leis de fatos futuros* e na falta de evidências que comprovassem o delito, os acusados sempre seriam inocentados.

Inocentes ou culpados?

Poderíamos ter iniciado este artigo descrevendo em quais leis os acusados estavam sendo *enquadrados*, mas preferimos terminá-lo com esta discussão porque os pareceres finais do Promotor Público, do advogado de defesa e a sentença do Juiz, referem-se a elas mais diretamente.

O Promotor Público Dr. Luiz Carlos Alves de Souza, em sua argumentação, retomou os artigos que tipificavam o crime.

Artigo 10 da Lei nº 1802 de 05 de janeiro de 1953:

Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior. (os grifos são do Promotor)

Artigo 9 da Lei nº 1802:

Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvida por força de disposição legal, ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso. (os grifos são do Promotor , p. 318)

Segundo o Promotor Público, os delitos atribuídos aos réus seriam a filiação ou colaboração a um partido extinto por lei, a reconstituição ou funcionamento do partido ou associação ilegais.

A absolvição dos réus Sérgio Barguil e Domingos Quadros é pedida afirmando-se que:

EXCLUA-SE, desde já, o fato de os acusados intentarem angariar fundos para a imprensa vermelha, eis que, os seus periódicos são devidamente legalizados, registrados e impressos, sendo vendidos às escâncaras, inclusive nesta cidade...

[...] TAMBÉM, exclua-se, de logo, ante a absoluta inexistência de provas, qualquer procedimento delituoso de Sérgio Barguil e Domingos Nunes Quadros.

Nada há, acentue-se, no conjunto probatório contra esses dois acusados. (p. 318 v.)

Sobre Cleso Horta, este foi o único que, segundo depoimento de Jazon Fonseca, na reunião realizada, convidava os presentes a filiarem-se ao Partido, portanto o pedido de sua condenação.

[...] Seria êsse o único atuar possivelmente criminoso, porquanto, em tempo algum o DIFUNDIR IDÉIAS vermelhas foi considerado crime.

[...] ONDE A CERTEZA INEQUÍVOCA DA RECONSTITUIÇÃO OU DO REERGUIENTO DO PARTIDO COMUNISTA? ONDE A REORGANIZAÇÃO?” (p. 318)¹⁹

O argumento do advogado de defesa, Dr. Fernando Miquelino também vai no mesmo sentido do parecer do Promotor Público, pois crime era reorganizar o Partido Comunista e não difundir idéias:

Marx, Adam Smith [...] deixaram diretrizes, que a humanidade tóda vem estudando, porque é sagrado direito do homem, o enriquecimento da cultura pessoal. Tais conversas, tais conhecimentos, se propalados, nunca poderão ser admitidos naquela tipicidade dos arts. 9 e 10 da Lei 1.802 (p. 320 - 10/03/59)

O Dr. Fernando Miquelino reconhece que:

[...] no campo do estudo social, é patente a credence do povo, em virtude de haver aquele “P.C.B.” extinto e morto, usado certa terminologia, e esta quando usava ainda hoje, faz logo a crisma: “é um comunista”. Ocorreu assim, no que se refere, e mais preponderante, com o acusado Sérgio Francisco Barguil. (p. 320)

Existe por um lado a defesa de ler e discutir idéias que fazem parte da cultura e por outro, como o próprio advogado percebeu, o fato de que certa terminologia, utilizada por clássicos como Marx e, em decorrência, retomadas pelo Partido Comunista, quando utilizadas em público conferiam ao indivíduo o atributo de ser ele comunista.

O *ouvi dizer* que aparece nos depoimentos que assinalamos por tantas vezes, pode ser retomado aqui como referência a esse tipo de consenso que existia na cidade sobre os acusados.

¹⁹ A título de curiosidade, gostaríamos de ressaltar o fato de que o Promotor Luiz Carlos Alves de Souza foi preso em Marília no dia 01/04/1964 e em 08/02/65 por estar com materiais subversivos. Antes mesmo destes fatos seu nome aparece num artigo do Jornal A Folha de São Paulo: “*Em Pompéia, a Frente Renovadora, integrada por estudantes e pessoas de algum relevo da sociedade local, na maioria “inocentes úteis”, conforme constatou o DOPS, desempenha papel de importância no processo de agitação rural em São Paulo. A entidade é orientada pelo promotor de Justiça de Pompéia, segundo denúncias enviadas daquela cidade.*” In: *POLICIA ALARMADA: Esquerdas dominam o meio rural. Folha de S. Paulo, 28/01/1964.*

A distinção que Sérgio Barguil ou Domingos Quadros procuraram fazer entre simpatizante da *doutrina filosófica marxista* e não ser militante de ação direta, para as testemunhas de acusação não existia, no entanto, foi retomada pelo Promotor Público e pelo advogado de defesa como argumento para pedir a absolvição dos mesmos. Ler a literatura marxista era legal, o que era previsto como crime era reorganizar o Partido.

O Dr. Fernando Miquelino atribui a ilegalidade do Partido Comunista ao fato de que “seus métodos extremistas e drásticos, como acontece na doutrina de ‘bolchevique’, plasmada em momentos de desespero ou exceção em determinado país, estava avesso, não se coadunava, nem consultava à realidade político-social brasileira”. (p. 319)

Esta posição nos faz lembrar a leitura realizada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o nome do Partido Comunista quando o General Dutra cassou seu registro eleitoral²⁰, ou seja, o Partido era visto como uma seção de uma organização internacional, tendo sua interpretação da realidade e modos de ação contrárias aos nossos costumes e práticas políticas nacionais.

O Juiz de Direito, Dr. Antonio Carlos Marcondes de Souza, iniciou o seu parecer final da seguinte maneira:

Diz, e muito bem, o brocado: ‘quem tem fama deita na cama’. Realmente, verídica é tal assertiva, pois, o caso sub-júdice é um exemplo frizante. Por ter sido o indivíduo Clezo Lima, detido, e encontrado em seu poder material de propaganda subversiva, e um caderno em que constava vários nomes, dentre os quais o de Sérgio Barguil, este, porque é apontado como ‘comunista’, foi indiciado e denunciado, [...] unicamente por ter fama de vermelho.(p. 323-24)

Como o próprio Juiz admitiu não haviam provas sobre o envolvimento de Sérgio Barguil e nem a promoção da suposta reunião comunista por

²⁰ Sobre os efeitos da ilegalidade do Partido vide Pacheco (1984, p.197). Gildo Marçal Brandão em artigo intitulado *Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista(1945-1964)* discute as implicações da ilegalidade assinalando que “ [...] o sistema político não se viu confrontado durante tempo suficiente pelo desafio que teria representado um partido operário, dotado de uma visão de mundo alternativa, legal e eleitoralmente competitivo.” (Brandão, 1992, p.135).

parte de Domingos Quadros. Este último, um senhor de 74 anos que, quando visto por Jazon Fonseca não foi reconhecido como o promotor da reunião.

A sentença proferida pelo Juiz foi a absolvição de Sérgio Barguil e de Domingos Quadros e a condenação de Cleso Horta porque contra este último haviam inúmeras provas condenatórias.

Notas Finais: Comunismo e Mitologias Políticas

Visto do exterior, examinado com o exclusivo olhar da observação objetiva, o mito corre o risco de não mais oferecer senão uma imagem fossilizada, seca, prancha de anatomia despojada de todos os mistérios da vida, cinzas esfriadas de uma fogueira incandescente. (Girardet, 1987, p. 23).

Os discursos através dos quais buscamos apreender a caracterização dos comunistas possuem um duplo caráter: não esclarecem qual a atuação dos comunistas e são mediados pela formalidade de serem prestados em delegacias e Fórum. Entretanto, revelam a presença de uma *figura comunista* que mesclava realidade e fantasia, combinando a atuação dos comunistas na cidade com a imagem negativa que se tinha a respeito do comunismo.

O que chamamos de *figura comunista* pode ser tratada, nos termos de Girardet (1987, p. 13), por *mito político*. A chave para sua compreensão está em reconhecer que

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptologia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos.

As referências dos depoimentos nos ajudam a compreender a conjuntura política do período pré-golpe militar concebida sob uma visão maniqueísta de *revolução de salvação nacional* ou de um *golpe comunista*. Neste sentido, podemos afirmar

que a discussão sobre os efeitos da ilegalidade do Partido Comunista não deve restringir-se a estabelecer a importância das relações com o sistema partidário brasileiro mas também, perceber que a ilegalidade propiciou mecanismos legais para o controle sobre as atividades dos comunistas e para a cristalização desta mitologia política onde o comunismo é associado à características negativas: *flagelo da humanidade, doutrina vermelha, a-patriótico, doutrina moscovita, causa vermelha*. Exemplo gritante é o requerimento do Promotor Público de Pompéia/SP dirigido ao Juiz de Direito:

Prosélitos da doutrina moscovita [...] vêm desenvolvendo, na comarca, campanhas em prol do reerguimento do Partido Comunista do Brasil, posto na ilegalidade. [...]organizaram os indiciados reuniões [...] com o objetivo de difundir as idéias bolchevistas e de angariar fundos para a imprensa comunista²¹.

Da ilegalidade política ao golpe militar a trajetória dos comunistas pelas delegacias e Fóruns revela um processo que vai desde a imagem do comunista como contrário aos princípios e tradições nacionais ao golpe militar que tornou-se uma *revolução de salvação nacional*. A ilegalidade política foi um forte elemento não só para as prisões, pelo fato de estarem previstas por lei, mas do reforço da imagem negativa que se tinha sobre os militantes.

O *saneamento ideológico* operado pelas delegacias de polícia e Fóruns fica claro no processo analisado. Maria Luíza Tucci Carneiro em sua obra *Livros Proibidos, Idéias Malditas*, publicado recentemente, aponta o processo seletivo de idéias operado pelas autoridades policiais através da análise de livros e publicações apreendidos pelo Deops (Departamento de Ordem Política e Social). Sua argumentação pode ser estendida para o nosso micro-universo de pesquisa devido ao fato de que existia uma forte articulação entre todas as esferas do serviço de inteligência - composto pelas delegacias locais, regionais e pelo Deops- de modo a controlar a divulgação de *idéias vermelhas* :

Como partidárias do proibicionismo, as autoridades policiais procuraram hierarquizar as idéias submetendo-as, diariamente, a um processo seletivo com o objetivo de purificar a sociedade. [...] Este ato de saneamento ideológico processou-se através da censura preventina e punitiva cujo

²¹ Requerimento do Dr. Dirceu de Mello ao Juiz de Direito da Comarca de Pompéia, 13/03/57 - p. 02

principal objetivo era impedir a circulação das idéias rotuladas e *perigosas*. Como tais, deveriam ser cerceadas por serem bandidas, ou seja, por agirem e tramarem contra a ordem imposta. (Carneiro, 1997, p. 15)

O controle da circulação de *idéias*, acompanhada pela autora, tinha início com a proibição de sua circulação seguida pela ordem e o ato da apreensão. No caso dos livros e *materiais subversivos* do processo 9477/57 o importante a destacar é que a apreensão dos livros de Cleso Lima Horta e de suas anotações pessoais tornou-os a prova do delito, atribuíram-lhe a qualidade de *flagelo da humanidade*, escravo de Moscou, vermelho...

Os livros apreendidos como 'arma do crime' transformavam-se em prova material da trama articulada contra o regime e que, segundo os homens do poder, poderiam desequilibrar a ordem imposta. O fato dele ter se afastado das regras impostas - desvio este comprovado através de suas idéias e comportamentos - o colocava em constante evidência, alimentando os atos de investigação policial que, geralmente, culminavam com a prisão do autor, e a apreensão e/ou eliminação das publicações encontradas em seu poder. (Carneiro, 1997, p. 17)

Concordamos com a argumentação de Carneiro (1997, p. 28) de que tanto o aparelho repressivo como o dos "revolucionários vermelhos" revelam o imaginário político brasileiro no século XX. A construção desse mito comunista se evidencia nas "[...] anotações registradas pela polícia à margem dos documentos e os destaques com lápis colorido sublinhando os conteúdos subversivos, são testemunhos do universo simbólico representativo dos valores endossados pelas autoridades policiais."

A efervescência mítica começa a desenvolver-se a partir do momento em que se opera na consciência coletiva um fenômeno de não-identificação, onde a ordem estabelecida parece estranha, suspeita ou hostil. Como assinalou Girardet, este mito da *conspiração maléfica*, do *homem do complô* têm como contrapartida *O Salvador*, que liberta, que faz recuar as forças más trazendo a luz e a purificação. O mito do comunista que emerge das páginas desse processo revelam sua articulação com o mito do *bom patriota* que aspirava o desenvolvimento da nação e a conservação de suas raízes. Para além do esquema maniqueísta que apresenta o período pré-golpe como de configuração de um golpe vermelho ou uma revolução de salvação nacional

coloca-se os debates ideológicos e políticos presentes no imaginário político brasileiro destas últimas décadas.

A riqueza do mito revela-se na sua visão global e estruturada do presente e do futuro coletivos e no seu poder de mobilização. Ao organizar a explicação do presente como configuração de um *golpe vermelho*, se propõe a extirpação da *praga comunista*. Combatê-la, portanto, era papel fundamental tanto da Justiça como do cidadão que aspirava manter suas raízes.

Bibliografia

- BRANDÃO, G. M. Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964). IN: *Revista Lua Nova*. São Paulo. v. 4, n. 3. p. 133-149, s.d..
- CARNEIRO, M. L. T. *Livros proibidos: idéias malditas. O Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade/Arquivo do Estado, 1997.
- FALEIROS, M. I. L. F. *Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- PACHECO, E. *O partido comunista brasileiro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- VIEITEZ, C. G. e MOTT, Y. T. *Documentos sobre o Partido Comunista (1945-1954)*. Marília: UNESP, 1987. 4 volumes.
- VINHAS, M. (1982) *Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC. 1982. (Apresentação de Paulo Sérgio Pinheiro).

Fonte Primária

JUSTIÇA PÚBLICA. *Processo Criminal 9477/57*. Pompéia/SP. 347p.

O HERÓI, A MORTE E A SOCIEDADE: UM ESTUDO ACERCA DA COMOÇÃO COLETIVA NA SOCIEDADE BRASILEIRA¹

Alziro da SILVA JÚNIOR²

Resumo: Dada a importância atribuída à morte de Ayrton Senna por parte da sociedade brasileira, o presente estudo analisa a comoção coletiva frente a morte do piloto considerando os processos culturais de aceitação/negação da morte no mundo ocidental. Procuramos demonstrar que, através da morte do *herói*, os meios de comunicação de massa erigiram um novo guardião da ordem social personificado na figura de Ayrton Senna, associando-o a valores reconhecidos e reivindicados pela sociedade. Com isso minimizaram o impacto da morte sobre a sociedade e, ao mesmo tempo, reforçaram a ordem social.

PALAVRAS-CHAVE: Comoção coletiva; morte; Senna.

Morte e sociedade

No decorrer de sua história, a humanidade tem sofrido um conjunto de transformações biológicas, sociais, políticas e econômicas que condicionam sua condição de ser no mundo. No conjunto dessas transformações, pelo menos dois elementos permaneceram opostos, constantes, complementares e constituintes da natureza humana: os homens nascem e os homens morrem. (Rodrigues, 1983, p. 17) Acerca destes dois acontecimentos cruciais para qualquer ser humano se debruçaram os homens com suas filosofias, suas mitologias, seus rituais, suas práticas mortuárias, colocando-os em debate, questionando-os e, sobretudo, propondo as mais diversas soluções para equacionar o problema da finitude.

¹ O presente artigo faz parte de uma pesquisa individual do Programa Especial de Treinamento (PET-CAPES) e constitui uma síntese, com as correções julgadas necessárias, da Dissertação de Bacharelado intitulada *O herói, a morte e a sociedade: um estudo acerca da comoção coletiva frente a sociedade brasileira* sob orientação do Dr. Sebastião Jorge Chammé (Departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP – Câmpus de Marília).

² Mestrando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP – Câmpus de Marília.

No âmbito das existências individuais a morte é a única certeza que podemos ter no domínio da vida, mesmo porque a morte pode ocorrer ainda antes do nascimento. Rodrigues nos fala que a morte é, por tudo isso, “[...] evento derradeiro, cujo peso de *acontecimento* não pode ser negado, mesmo que se lhe negue o valor do aniquilamento” (Rodrigues, 1983, p. 17).

Dentro do enfoque da Sociologia, tanto a experiência da morte quanto os reflexos que essa mesma experiência suscita, nos remetem de forma direta a condições sociais específicas. Mediante essas condições, a morte se revestirá, para os homens, de determinados símbolos acompanhados de comportamentos e rituais também específicos. A morte e os rituais que a acompanha nos remetem, pois, a uma realidade social dada e é nesse contexto que deve ser situada e compreendida. O ato de encarar a morte varia com a ideologia dominante da época, com as estruturas institucionais, com os mitos e a cultura.

Em decorrência disso, encontraremos, nas várias sociedades humanas, as mais diferentes formas de morrer e variadas concepções de morte, além de todo o aparato sócio-cultural que as assiste: conjuntos de representações estruturadas em sistemas de crenças, valores, fantasias; conjuntos de atitudes, condutas e ritos, que dirigem comportamentos individuais e coletivos; formas de morrer e os indivíduos aos quais é permitido o morrer, compreendendo aqui o tipo de morte e/ou de morto que encontra aceitação na sociedade e os que são rejeitados por ela; o tratamento dos cadáveres e dos restos mortais; atividades profissionais e instituições responsáveis pelo trato com a morte e com os mortos. Em todos estes elementos podemos perscrutar a necessidade de responder a três problemas básicos colocados pela morte: continuidade da vida após a morte x aniquilamento da vida na morte; assimilar a morte, ou seja, expressar, reabsorver e exorcizar o impacto do aniquilamento; a liminaridade entre vida e morte, ou seja, o estado intermediário entre a vida e a morte do qual o morto e seu cadáver são os protagonistas.

Em razão dos motivos acima citados, os ritos fúnebres respondem a essas necessidades que estão presentes em todas as sociedades humanas e traduzem uma “linguagem da morte”, que é uma nas sociedades negro-africanas, outra nas asiáticas, outra nas indígenas, outra nas ocidentais. Expressam também a dimensão eminentemente social e antropológica da morte e a riqueza do seu estudo. Como salienta Sanches (1995, p. 37):

[...] a morte é um fenômeno que todas as sociedades enfrentam e buscam maneiras de se relacionar com ela. Obviamente, desde que há vida, há também a iminência da morte, e é por esta particularidade, por ter estado sempre presente em todos os tempos e povoado o imaginário de todas as sociedades, que a morte tem este poder de nos revelar aquilo que é específico da sociedade contemporânea.

Do ângulo humano, a morte não constitui-se apenas a destruição ou transformação de um estado físico e biológico. Ela afeta, sem dúvida, um ser em relação, um ser que interage com outros (sejam indivíduos, grupos, ou instituições). Num primeiro momento, o vazio deixado pela morte desse ser social é realmente sentido como uma ruptura, um vazio interacional. Por isso, com a morte de um indivíduo todo o social a sua volta é afetado. Sua morte, ainda que individual, não é um evento isolado, mas representa tantas mortes (no sentido de ruptura) quantas relações que o indivíduo mantivesse, todas as relações que constituem o tecido social: o afetivo (amigos, inimigos...), o parentesco (paternidade, filiação...), o econômico (contrato, propriedade, trabalho...), o político (autoridade governamental, militar...), etc.. Como Rodrigues ressalta, não somente os próximos são atingidos, mas a globalidade do social em seu princípio mesmo. Toda pessoa, e portanto todo morto, é investido de um sentido social e portanto é “ [...] a imagem da sociedade impressa sobre uma corporidade cuja ação - dançar, andar, rir, chorar, falar... - não faz mais que tornar expressa” (Rodrigues, 1983, p. 21). O corpo humano fala e interage com a sociedade através das posturas que adota, da linguagem, de seus movimentos, de suas ações, de sua constituição de seus gestos e emoções.

Para possibilitar, no entanto, uma superação desse vazio interacional e o morto possa ocupar um destino social entre os vivos se fazem necessários rituais que permitam essa passagem, que façam a transição do desespero e da angústia da perda ao consolo e à esperança de uma nova presença. Segundo Rodrigues os cuidados, preocupações mortuárias e o luto, em resumo, os ritos da morte, “comunicam, assimilam e expulsam o impacto que provoca o fantasma do aniquilamento” . E prossegue dizendo que:

Estudar estes ritos é sociologicamente importante. A morte de um indivíduo é a ocasião em que o grupo, no mais amplo sentido do termo, produz a sua reprodução, tanto nos planos cultural, simbólico e ideológico, como no plano das estruturas sócio-econômicas. (Rodrigues, 1983, p. 21)

Assim sendo, a consciência da morte é também fruto das idéias que uma dada sociedade formula em decorrência do desaparecimento de seus membros. Essa consciência é formulada na interação do sujeito com seus parceiros, consigo próprio e com a sociedade. Como observou Rodrigues (1983, p. 24):

Desmaios, sonos profundos, acidentes graves são modos de se aproximar da consciência da morte. Mas nenhum se iguala à experiência da morte do próximo, à de um ser ao qual se está afetivamente ligado, com o qual se constituiu um *nós*, com o qual se edificou uma comunidade que parece romper-se. Na medida em que esta comunidade é, de algum modo, eu mesmo, experimento algo de *morte* dentro de mim. Assim a morte do outro evocará sempre minha própria morte; ela testemunhará minha precariedade, ela me forçará a pensar os meus limites.

A morte do outro constitui-se um drama que afeta diretamente nossa consciência, nos evoca recordações que remetem a outras situações de separação e perda temporárias ou definitivas: de amigos, de parentes, de amores, conhecidos, ídolos. A perda e a sua elaboração são elementos contínuos no processo de desenvolvimento humano e social, e necessitam que sejam revestidas de sentido (de que morreu, por que morreu, como morreu) para que se possa exorcizá-la; inserí-la num sistema de classificação; fazer transferências de significado; criar novas presenças; dar continuidade à vida social e individual. Rodrigues se refere da seguinte forma acerca desses ritos funerários:

As crenças, as práticas, os ritos funerários operam dentro de um campo semântico. Mas este campo está longe de ser o mesmo segundo as culturas, os grupos sociais e os diferentes momentos históricos de uma sociedade. As diferentes mortes-acontecimentos significam coisas diversas, segundo o lugar desses campos que ocupem, segundo a classe particular de morte a que pertençam. Inserir a morte em um sistema de classificação, para compreender as mortes-eventos, dialogar com elas e atribuir-lhes sentido, parece ser um trabalho que toda cultura realiza e cujos resultados exhibe, seja em estado prático, seja através de um sistema de teorias, idéias e dogmas conscientemente formulados e extensivamente oferecidos ao observador (Rodrigues, 1983, p. 26).

Durante os ritos funerários, cada sociedade desenvolve um complexo ritual que envolve a interiorização, o sentimento e a manifestação de

emoções. Essas emoções são caracterizadas por duas reações fundamentais: tristeza e choro, ou distância e indiferença. A manifestação dessas emoções, parte do processo de luto, não são decididas apenas individualmente, elas obedecem a um protocolo; faz parte de um ritual que é proposto socialmente. Isso não exclui necessariamente a autenticidade do ato, nem mesmo a manifestação de atitudes outras que possam se confrontar com determinado protocolo estabelecido socialmente para aquela ocasião.

O indivíduo pode estar realmente sentindo a dor ou manifestando indiferença, mas isso não pode ser dissociado do fato de que existe todo um contexto de relações sociais e regras que interferem nesse comportamento individual. A este respeito Rodrigues faz a seguinte colocação:

[...] o desaparecimento de um indivíduo põe em marcha uma hiperintensificação das relações sociais. Desdobra diante dos indivíduos e grupos um jogo de espelhos que se inter-refletem e se reduplicam, de modo a encerrar no seio da comunidade a auto-identidade própria do grupo, produzindo, pelo reforçamento da solidariedade dos que ficaram, a superação do vácuo deixado pelos que partiram. Cada grupo à sua maneira impõe aos sobreviventes o desempenho de papéis recristalizadores que consistem em privilegiar determinadas relações e evitar outras (Rodrigues, 1983, p. 85).

Com tudo isso se está querendo promover a passagem do morto, do mundo dos vivos ao mundo dos mortos. Os padrões de relacionamento social e a categorias mentais são reorganizados de modo a assegurar à sociedade e seus membros que o morto se encaminha a seu lugar determinado. Rodrigues (1983, p. 85-6) nos fala que

(não) se trata somente de esquecer o morto e de obturar a lacuna que ele deixou. Trata-se também de mobilizar a comunidade para suas relações com o novo parceiro - alma, espírito, ancestral, etc. - que a morte criou. As relações não cessam com o falecimento, uma vez que o morto, de numerosas maneiras, vai continuar a influenciar os vivos. Esta comunicação dos mortos com os vivos se dá nos sonhos, no aparecimento dos mortos, através de fenômenos meteorológicos, pelas sombras, pelos recém-nascidos, pelos sacerdotes... . Como todas as outras, está submetida a um código, a um contrato cujas cláusulas os jovens devem aprender.

As mortes que desafiam o poder são em especial reprimidas pela sociedade, ainda assim, precisam ser submetidas aos sistemas de classificação. Tais mortes são também responsáveis em grande medida pela comoção social. São mortes que desafiam os sistemas de classificação, rompem com o controle dos sistemas institucionalizados, contestam normas estabelecidas que atenuariam o impacto que provocam. Esses eventos denunciam a fragilidade da vida humana e de suas organizações sociais e culturais. Em suma, no dizer de Rodrigues (1983, p. 99), “[...] ela (a morte) tem *mana*, ou seja, uma capacidade geral de produzir efeitos ao nível da sociedade e de seus sistemas simbólicos”.

A sociedade não pode, como já o dissemos, ignorar a lacuna que a morte provoca em seu interior, a ruptura que promove na cadeia das relações sociais. Mas sobretudo se se trata de uma ruptura insólita, brusca, um acidente fatal, uma chacina, uma monstruosidade. Essa preocupação da sociedade com seus indivíduos perante a morte se exacerba e se concentra sobretudo acerca daqueles que, pelo seu *status* social, representam alguma coisa para o seu poder. Tal é o que nos demonstra Rodrigues (1983, p. 105):

O poder se apropria da morte construindo mártires e heróis e definindo modelos de morrer - rentabilizando, enfim, a seu favor, o evento terminal da vida de seus súditos e por esse caminho modelando toda a existência deles. Mártires e heróis não temem a morte: fazem dom de suas vidas à comunidade e nela sobreviverão. Heróis e mártires fizeram a história e com suas mortes fizeram ou mantiveram a vida do poder. Neles, a presença do grupo venceu o medo da morte. Daí cada poder reverenciar os seus mortos [...].

As Representações e o Imaginário do grupo social frente à *morte do herói*

O brasileiro Ayrton Senna da Silva, 34, piloto profissional de Fórmula 1, morreu no dia 1º de maio de 1994 em Bolonha, Itália. Ayrton Senna da Silva era tricampeão mundial de Fórmula 1, recordista de pole-positions na categoria e segundo maior vencedor de corridas da história.

A emissora de TV Rede Globo transmitia, como várias outras emissoras de TV em todo o mundo, o Grande Prêmio de San Marino, terceira etapa do Campeonato Mundial de Fórmula 1. Na sétima volta Senna bateu seu Williams a

quase 300 km/h na curva Tamburello, a primeira do circuito de Imola. Na batida, Senna sofreu fraturas múltiplas na base do crânio. Foi levado ao hospital Maggiore, a 35 km do circuito, de helicóptero. No trajeto para o hospital, teve uma parada cardíaca. O piloto apresentava, além disso, hemorragias internas e respirava por aparelhos. Seu estado era de coma profundo. A cobertura ao vivo do acidente captou e estimulou a crescente tensão e emoção em torno do acidente do piloto.

O anúncio da morte de Ayrton Senna foi feito às 18h42 locais pela médica Maria Tereza Fandri, responsável pelo setor de reanimação do hospital Maggiore. Pouco antes já havia cessado a atividade cerebral de Senna, apesar de seus sinais vitais ainda serem mantidos artificialmente. Centenas de pessoas fizeram vigília no hospital Maggiore, esperando notícias sobre Senna. No saguão do hospital, torcedores com camisetas do piloto e bandeiras do Brasil aguardavam em silêncio as notícias. Muitas pessoas choravam.

Naquele final de semana haviam ocorrido vários acidentes sendo que Ayrton morreu um dia depois do austríaco Roland Ratzenberger, da equipe Simtek, na mesma pista. O brasileiro Rubens Barrichello, piloto de Fórmula 1 pela equipe da Jordan havia sofrido, na sexta-feira, um grave acidente com o saldo de dez feridos, entre espectadores e mecânicos. Esses fatos foram noticiados exaustivamente pela TV, pelos jornais, pelas revistas. Sobretudo no caso da TV, ao repetir exaustivamente as imagens do acidente, das vitórias, e da vida do piloto, foram estendendo o alcance da sensibilidade dos telespectadores e atualizando pouco a pouco as informações acerca do acontecimento.

A morte de Ayrton Senna, pela forma como ocorreu, foi suficiente já para que o imprevisível, o absurdo da morte fosse revestido de significados e que através do discurso dos meios de comunicação se criasse e se cristalizasse a figura do herói imortal, eternizado pela coletividade e representante desta. Vejamos através de alguns depoimentos como à partir da realidade vão se retirando suportes para construir a ponte entre o piloto e a coletividade, bem como favorecer a emergência da figura do herói:

Para mim não sai da cabeça a imagem do Ayrton segurando a nossa bandeira depois de cada vitória. Era sempre com a mesma garra. Com o mesmo amor. Parecia que, para ele, o objetivo da vitória era simplesmente o de usufruir do momento de agarrar a bandeira nacional. [...] Era a hora em que dizia: “Quero dizer ao mundo que nasci em um país onde há

gente que trabalha duro. Gente que, como eu, sua a camisa e leva a sério aquilo que faz. [...] É a imagem de quem faz. De quem realiza. De quem é líder. [...] O povo se sente órfão.

Um homem comum, igual a todos, que se transfigurava quando ia trabalhar. Não demorou muito para se transformar no herói tão amado de um povo cada vez mais abandonado à sua própria sorte. E isto se acentuava quando começaram a desabar os ídolos eleitos para mudar a vida e que nada mais fizeram do que melhorar apenas sua própria. O desamparo crescia, mas havia Senna, guerreiro de frágil armadura e ilimitada coragem, um campeador que buscava sempre o espaço à frente, desafiando o vazio da existência com a arrogância dos muito grandes. (Folha de São Paulo. São Paulo, 08/05/1994)

Esses depoimentos, como vários outros, destacam a significação social do piloto Ayrton Senna para o grupo social e seus membros. Revelam a figura de Senna como uma pessoa que com frequência interagiu com a população mediante a identificação que se estabelecia entre ambos. Suas atitudes audaciosas e perspicazes como representante de um país e suas conquistas sempre associadas ao ato de empunhar a bandeira nacional, conferiam ao piloto o caráter de símbolo, de personificação de seu país e de seu povo. Um país e um povo trabalhador que “sua a camisa e leva a sério aquilo que faz”, “que trabalha duro” e que, em contrapartida, está “cansado de heróis fraudulentos, das promessas estéreis, das explicações”. Contra a fisionomia negativa instalada na política e as dificuldades do dia-a-dia a sociedade brasileira encontra impressa em Senna os seus próprios anseios, suas aspirações. Ela se apropria do corpo e da vida do piloto como suas, como expressão de sua marca; através de suas posturas, seus movimentos, suas ações, seus gestos, suas emoções, Senna será o símbolo nacional de esperança de uma sociedade nova e ousada à despeito das fatalidades:

Ayrton ganhou seu primeiro Grand Prix no dia 21 de abril de 1985, no Estoril, em Portugal. No mesmo dia, em Brasília, morreu Tancredo Neves. Não é necessário um exame muito acurado para perceber que Ayrton Senna era uma ilha de iniciativa e competência em meio ao mar de descrença que se transformaria o País. Nem é de estranhar que ele tenha se tornado o receptáculo do afeto, respeito, confiança e bengala da população que ainda podia partilhar suas vitórias na tela da tevê. A transferência não foi e não é um sinal de ruptura com a realidade. É sinal de saúde, uma forma

de continuar tocando a vida, apoiando-se num ganhador que não iria traí-los. (Folha de São Paulo. São Paulo, 08/05/1994, p. 12-3)

“A transferência não foi um sinal de ruptura com a realidade”, foi um processo de inter-relação do herói com o grupo social. É esse grupo quem se transfere, se transmuta na figura do herói mediante os recursos do imaginário. O herói é a representação da sociedade que enfrenta desafios, alcança vitórias e alimenta-se com elas para a manutenção de sua vida social. Percebe-se também a relação de reciprocidade entre a figura do herói e a sociedade que se traduz numa troca simbólica: o herói concede-lhe suas vitórias para vitalizar a sociedade e esta lhe retribui com o seu reconhecimento e admiração.

A inter-relação e a interação entre o herói e a sociedade vai se concretizar justamente nos atos do herói e no cotidiano da sociedade com seus “heróis anônimos”. Segundo Gíglío:

O gesto de Ayrton Senna de tremular a bandeira brasileira, produzia, como efeito direto, sentimentos de nacionalismo e compensação nas pessoas que o assistiam, considerando-se que, a bandeira, como símbolo nacional, associada à imagem do ‘herói’, parecia ter sido entregue pelo próprio brasileiro ao seu herói-representante que, ao ser empunhada pelo mesmo produzia a fusão entre dois símbolos. Verifica-se, em síntese, a relação do simbolismo da bandeira nas mãos do ídolo-herói e a capacidade de ‘massagear o ego nacionalista dos brasileiros’, de forma compensatória, no sentido de que, para eles (os que manifestaram o sentimento de orgulho e satisfação), pelo menos alguém fazia aquilo por eles. Apesar da nação desacreditada, a ‘alma’ estava ‘lavada’ (Gíglío, 1996, p. 99 - 100).

De fato, a projeção das aspirações pessoais, a identificação com o herói, vai encontrando respaldo na medida em que corresponde a valores e atitudes que a sociedade consagra e que se opõem no cotidiano às suas frustrações. O herói torna-se então, no imaginário, a referência positiva que opõe e oculta pela transferência a negatividade da realidade social com suas frustrações, miséria, humilhações, derrotas, corrupções, exclusão social. O herói, como símbolo do grupo em sua totalidade não exclui a ninguém mas vence por todos e concede-lhes um pouco de alento:

A profunda crise que o país atravessa já há tanto tempo tende a provocar desânimo na população. Desemprego, violência, miséria: no Brasil é difícil sonhar. Mas Senna era justamente o oposto de tudo isso. Para o piloto,

através de sua pertinácia e capacidade de trabalho, os sonhos se materializavam e o sucesso, a fama, a glória, tudo chegava tão rápido quanto as máquinas que dirigia. Senna era, enfim, a expressão real dos desejos e anseios de toda a população privada às vezes até do que há de mais básico. E por isso virou herói, um dos poucos motivos de orgulho num país que bata recordes de desigualdade, inflação e analfabetismo. (Folha de São Paulo, Macunaíma X Senna, 04/05/1994)

Se a sociedade encontra na figura do piloto a atualização de seu imaginário, a correspondência real, isso é reforçado justamente pelas adversidades políticas e econômicas que o país vinha sofrendo. E o herói abre um caminho imaginário e real de que com trabalho e esforço se pode chegar a vencer no cotidiano em que vivemos. Por isso o herói não é só aquele que atingiu o sucesso e a fama, o herói eleito pela sociedade, mas é também o trabalhador do dia-a-dia, guerreiro que luta para se manter vivo no embate com as dificuldades materiais. Conforme os depoimentos abaixo observaremos a ponte que é estabelecida entre ambos os *heróis*:

Ayrton Senna foi herói em uma nação de poucos heróis. [...]

Aprendemos a admirar nele um homem que queria sempre mais, que buscava a perfeição com tenacidade, que fazia da disciplina um valor maior, que não media esforços para superar-se, quebrar recordes, vencer. [...] Ninguém foi mais firme e dedicado que Ayrton Senna.

Por isso mesmo, perdemos domingo o herói do brasileiro comum, do trabalhador que não desiste diante da adversidade, do pai ou arrimo de família que caminha horas até o emprego do operário que não se cansa, mesmo quando tem fome. [...]

Ayrton Senna deixa uma herança de cidadania, de patriotismo na acepção mais alta da palavra. (O Estado de São Paulo. São Paulo, 08/05/1994)

Com a morte de Ayrton Senna configurou-se um vazio interacional, perdeu-se o referencial real, o que representou uma ruptura nas relações que o grupo social mantinha com seu herói. Se Ayrton Senna identificava a sociedade brasileira através dos seus feitos e compensatoriamente representava aquilo que na realidade não se conseguia ser, com a morte do mesmo essa ilusão é posta em risco. A morte trágica do piloto representa um desafio à sociedade brasileira. Essa morte tem de ser revestida de sentido para que não signifique ruptura mas que indique uma mudança apenas de estado, privilegiando a continuidade do símbolo. As categorias simbólicas

são reorganizadas pois a perda real tem que ser compensada. Essa perda não é um evento isolado, ela representa a morte da ilusão, a perda do referencial. A morte de Ayrton Senna atinge e ameaça a integridade do grupo social, vítima direta do acontecimento e desmascara a desigualdade social e real em que mesmo na morte existem os favorecidos e os marginalizados. Apesar de latente, essa tensão é manifesta implícita ou explicitamente nos relatos:

Morreu nosso Lancelot, nosso El Cid, morreu Senna, nosso herói maior. Por isso não perguntai por quem dobram os sinos de São Paulo. Eles dobram por todos nós, sofridos brasileiros. (Jornal da Tarde. São Paulo, 06/05/1994)

O povo, ferido profundamente na alma com o trágico acidente que vitimou seu grande ídolo, Ayrton Senna da Silva, [...]. (Diário Popular. São Paulo, 06/05/1994)

Ser herói sem correr o risco de morrer é inconcebível. Herói é o que desafia a morte, como Senna, que correu em Ímola, como se sabe, consciente do risco que corria. O povo brasileiro se identifica com esse desafio à morte, pois sua vida é um desafio diário. (Pompeu, Renato. Martírio do herói não faz povo triunfar. O Estado de São Paulo, 08/05/1994)

O sucesso de Senna tornou-se nosso por transmigração. A sua glória redimiu parte de nossa mediocridade. A morte desse herói interrompeu bruscamente a ilusão de êxito da efêmera Pátria que constituímos. Agora desaba sobre nós a crueza da realidade. (O Estado de São Paulo. São Paulo, 04/05/1994)

Segundo Rodrigues (1983, p. 93) a morte de uma outra pessoa, sobretudo se significativa para nós, anuncia e prefigura a fragilidade do ser humano diante da morte e recorda ao mesmo tempo que todos nós chegaremos ao mesmo fim. A morte de Ayrton Senna, o herói, constituído como um outro significativo para a sociedade e seus membros, representou simbolicamente a morte do país. O vazio gerado pela perda do herói acaba evocando nas consciências perdas e ausências vivida. Em consequência disso choramos pelo herói, por nós mesmos, por nossos ídolos, pelos nossos familiares, por nossos mortos, por nossas privações, nossa vulnerabilidade. Porém, como já transpareceram em alguns depoimentos, a morte do herói não é suficiente para aniquilar o que ele representa. Em torno de sua imagem a nação

brasileira se reúne para celebrar seus feitos, suas conquistas, associa símbolos e signos, celebra no funeral a permanência simbólica e chora a perda real. No funeral o grupo social se reúne em torno de uma mesmo momento de comunhão onde o que alimenta o espírito é a audaciosa vontade (tal como a do piloto em vida) de eternizar o herói, de recuperá-lo.

Na intensificação das relações sociais observada no velório, no cortejo fúnebre e no enterro, havia a lembrança da tragédia da morte porém esta era cada vez mais remota à medida em que o corpo do piloto chegava ao seu destino final. O que se observou foi que a positividade do morto foi resgatada por suas obras, suas palavras, suas conquistas que permaneceram vivas nas consciências, como um mito a ser seguido.

Agora Ayrton Senna está morto e reproduz os mitos mais antigos, nascidos ao redor das fogueiras e alimentando o futuro com a força do seu sacrifício. (Onofre, op. cit., p. 12)

[...] virou um herói, [...] se transformou num mito, numa lenda, e vai viver sempre no coração do seu povo. Ou seja, Ayrton Senna conquistou a imortalidade. (Gazeta Esportiva, São Paulo, 03/05/1994)

Pode-se observar que o herói Ayrton Senna visto como o mártir que sacrificou sua vida pelo bem da sociedade, é a vida do herói que, ao morrer, comunica sua vitalidade, transfere-se ao grupo a que pertence. Em troca, seu grupo retribui prestando a homenagem que lhe é devida seja cultuando-o junto a seus heróis, ídolos e símbolos. A comoção coletiva integrou a morte e vida, a intensificação do contato social pôde funcionar como contraponto à morte, negando-a para reafirmar a vida.

Entretanto, esse retorno compensatório de vitórias, conquistas, promovidas pelo *herói Ayrton Senna* em que ocorrem diversificadas associações de idéias e sentimentos (signos, símbolos, sinais e ações) que se dão no coletivo manifestam aparentemente, através dos vários relatos apresentados, que todos os indivíduos, sem exceção, assumem um recorte comum de reações simbolicamente assemelhadas. Na leitura do panorama geral (visto de fora e pela sua aparência concreta) da sociedade, *faz parecer*, que todos estão realizando as mesmas ações e tendo as mesmas reações. Cabe lembrar que a manifestação padronizada das emoções pode esconder pela aparência de homogeneidade que apresenta, a obediência a um protocolo de relações e regras, situações de tensões e conflitos próprios da realidade social brasileira, os

quais os eventos envolvendo a morte de Ayrton Senna suscita e atualiza. Podemos então cogitar se, aparentemente o mesmo *motivo* externo, ou seja, as representações várias que foram associadas à figura de Ayrton Senna, não estaria resgatando e atualizando juntamente com os símbolos de ordem, temas e sentidos diversos presentes no imaginário social.

Considerações finais: morrer para viver ou viver para a morte?

Reunidos, solidários para cultivar o herói morto, os vivos buscavam recuperar algo do equilíbrio perdido com a visita da morte. É necessário continuar vivendo em meio ao desgaste gerado pelo ritmo do trabalho e da locomoção diárias nos grandes centros urbanos; pela miséria; pela fome; pelo desemprego; pelo impacto dos diversos agentes de doença e mortalidade; pelo desgaste físico e psíquico.

O herói petrificado em mito povoa o imaginário do país como um modelo e um caminho, talvez não tão ilusório para alguns, a ser perseguido em meio a miséria cotidiana. Nele o culto do herói vai sendo atualizado, justificado e institucionalizado pela necessidade dos indivíduos em encontrar alguma forma de suportar as dificuldades constantes do dia-a-dia. Quem rege esse processo são justamente os meios de poder construindo/ destruindo/ reconstruindo os personagens necessários ao sistema, sejam eles virtuosos ou não, sejam laboriosos ou não, vivos ou não. Seja lá quem for, será o necessário para a construção do imaginário e a manutenção da ordem social.

A classe dominante impõe, pelo seu controle dos meios de poder e dos canais sociais de comunicação não só as representações e símbolos que lhe convém mas também a classe de objetos a que se referem, dominando as condições mais eficazes de impregnar as consciências com idéias tais que conduzam, em benefício de seus interesses, a conduta social da classe dominada e a de si mesma.

Como fica aparente nos relatos e argumentos apresentados neste artigo, e sobre os quais já havíamos chamado a atenção anteriormente, a formação dessas idéias e símbolos não amolda tranquilamente a consciência da classe dominada, nem obtém um controle total e irreversível de sua conduta. Com a imensa maioria da população sem acesso aos meios de comunicação, as classes subalternas ficam em nítida desvantagem para impor seu *discurso* e assim influenciar na construção de outras representações, subvertendo símbolos cristalizados de ordem em instrumentos para intervenção na realidade social do país.

Dessa forma, também em torno da morte, seja de marginalizados seja de representantes da sociedade, se pode resgatar as redes de relações antagônicas entre as forças sociais. Uma luta incessante pela hegemonia na determinação dos programas de conduta social para a vida e para a morte.

Bibliografia

- ALVAREZ, M. C. Racionalizações da morte no mundo moderno: indicações de alguns caminhos para pesquisa. *Cadernos da F.F.C.*, Marília, v.3, n.2, 1994.
- ARIÉS, P. (1989) *História da morte no ocidente*. Lisboa: Teorema, 1989.
- BRETAS, M. B. et al. Meios e mitos: a morte e as mortes de Tancredo Neves. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, dez. 1985.
- CAVALCANTI, Z. G. *O "herói" desportivo e sua relação com a sociedade contemporânea*. 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação), São Paulo – Pontifícia Universidade Católica.
- FAUSTO NETO, A. *Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1991.
- FEIJÓ, M. C. *O que é herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KOVÁCS, M. J. (Coord.) *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- MARANHÃO, J. L. S. *O que é morte*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARTINS, J. de S. (Org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- PERAZZO, S. *Descansem em paz os nossos mortos dentro de mim*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- PITTA, D. P. R. (Org.) *O imaginário e a simbologia de passagem*. Recife: Massangana, 1984.
- RODRIGUES, J. C. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- THOMAS, L.-V. *Antropologia de la muerte*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- SANCHES, V. *Representações sociais de morte*. Caderno de Cultura e Saúde: UNICAMP, 1995.
- ZAIDHAFT, S. *Morte e formação médica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- ZIEGLER, J. *Os vivos e a morte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NOTAS SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL E O PODER LOCAL NO BRASIL URBANO PÓS-64¹

Gilson Marcos da SILVA²

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações sobre a política habitacional implementada pelo Estado a partir de 1964, suas características e objetivos, enfatizando o modo como o poder local acabou interferindo na definição e concretização dos projetos habitacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Política habitacional; poder local.

O Banco Nacional de Habitação (BNH), desde a sua fundação em 1964, tem sido alvo de inúmeros estudos que questionam a eficácia e o alcance de sua política habitacional, como também as consequências de seus projetos para a redefinição e remodelação do espaço, principalmente, nos grandes centros urbanos. Tais estudos concentram-se, em sua maioria, na década de 70 e início dos anos 80, constituindo uma vasta literatura sobre o tema.

No entanto, além destes, inúmeros outros aspectos que permeiam a construção de habitações para a população de baixa renda precisam ser recolocados em discussão, em especial aqueles referentes a atuação dos agentes locais (Prefeitura, Câmara Municipal, Cohab etc.) que influenciam, medeiam e executam tais projetos habitacionais.

Face a estas considerações iniciais, pretende-se neste artigo, levantar alguns pontos que permitam compreender a política habitacional pós-64 - seu objetivo, funcionamento e atuação - e a configuração que esta assumiu na localidade, levando-se em consideração as intermediações do poder local.

¹ Este artigo consiste no segundo capítulo da Dissertação de Bacharelado "*Política habitacional, poder local e participação popular: um estudo sobre a história do Núcleo Habitacional Nova Marília*", que foi elaborada a partir de uma pesquisa individual realizada no Programa Especial de Treinamento (PET-CAPEs).

² Bacharel em Ciências Sociais pela Unesp-Campus de Marília.

O BNH foi fundado em 21 de agosto de 1964 com a lei n.º 4.380 que instituiu o Plano Nacional de Habitação. O objetivo inicial desse banco era “orientar, disciplinar e controlar o Sistema Financeiro da Habitação, para promover a construção e a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menos renda”. Contudo, a ele não era permitido “operar diretamente em financiamento, compra e venda ou construção de habitação”. Tal empreendimento deveria ficar a cargo dos agentes executivos, como é o caso das COHABs (Azevedo & Andrade, 1982, p. 61). Na verdade, o BNH nunca construiu casa alguma, sua função era a de aprovar e financiar os projetos elaborados pelas Cohabs e, posteriormente e esporadicamente, fiscalizá-los.

Os recursos para o financiamento das unidades habitacionais para a população de baixa renda vinham do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que representava 8% dos salários do mercado de trabalho formal. Segundo Arretche, (1990, p. 28), “[...]Na qualidade de gestor do FGTS, o BNH normatizava os procedimentos do FGTS e recebia dos bancos os recursos advindos da arrecadação aplicando-os em programas habitacionais e de desenvolvimento urbano [...]”.

Além dos propósitos eminentemente sociais que estiveram presentes na criação do BNH - como por exemplo, a tentativa de resolução do problema de moradia das camadas inferiores da população urbana a um valor condizente com a sua realidade - e os econômicos relativos à importância do Plano Nacional de Habitação para a expansão das empresas na área da construção civil, é necessário atentar para as questões políticas que marcaram a sua consolidação. De fato, a política habitacional, implementada pelo governo militar no pós-64, foi direcionada para conter os focos de contestação que se originavam justamente devido à insatisfação da população no que diz respeito à falta de equipamentos sociais e de políticas públicas eficientes.

Na aceção de Gabriel Bollaffi (1980, p. 168), “[...] o BNH foi criado muito mais para atender aos requisitos políticos, econômicos e monetários dos governos que conduziram ao efêmero *milagre* brasileiro do que para solucionar o verdadeiro problema da habitação”.

As cidades brasileiras na década de 60 haviam atingido um crescimento considerável, tanto econômica, como também, demograficamente. O surgimento e expansão das favelas e cortiços, por exemplo, e a possibilidade de tensões decorrentes de reivindicações sociais levaram o governo a tomar medidas de controle

social. A política de habitação tornou-se, assim, um dos elementos principais no equacionamento das tensões sociais, fazendo com que a população se convencesse de que os governantes estavam preocupados com a sua situação. Além disso, um outro elemento a ser considerado, e que foi articulado pelos mentores deste Plano, diz respeito à implantação de uma *mentalidade ordeira* nas pessoas contempladas com programas habitacionais, já que os indivíduos proprietários tenderiam a ser menos suscetíveis a práticas de depredações e desordens.

Todavia, ao apreender a literatura existente acerca deste tema verificamos que esses não foram os únicos objetivos que estiveram na gênese e desenvolvimento do BNH. Segundo Azevedo,

O fato de, por uma parte, a política habitacional emergir com o propósito de contribuir para 'estabilidade social' ou para criar 'aliados da ordem' não quer dizer que tenham sido estes os únicos efeitos perseguidos. A geração de novos empregos, a mobilização de construção civil para atenuar a crise econômica e as vantagens táticas de sua utilização para sanar crises localizadas tiveram bastante peso na concepção da política e foram, desde o início, percebidos como um dos seus papéis principais [...]. (Azevedo & Andrade, 1982, p. 61)

Outros autores, no entanto, abordaram a questão da ação governamental no campo da habitação a partir da análise do significado da *casa própria* para os indivíduos, pois esta passou a ser um símbolo que representa segurança, status, comodidade etc... (Souza, apud Valladares, 1983, p. 38). Neste processo, as casas populares se tornaram, praticamente, a única alternativa possível de habitação para a população de baixa renda, a que morava em favelas, cortiços, *de favor* ou a que pagava aluguel.

Há que se ressaltar, também, os trabalhos que enfatizaram a importância do BNH para o provimento de habitação no país. Segundo Santos (1980, p. 20),

[...] A força de ação do BNH é tão grande que, após estar atuando há cerca de dez anos, ele passou a representar uma espécie de linha referencial para a produção e o consumo da moradia no Brasil e, por conseqüência, para os fenômenos de morar e para a própria definição das cidades [...].

Como foi abordado anteriormente, o BNH atuou enquanto órgão financiador de projetos habitacionais elaborados pelos agentes executivos do sistema,

fundamentalmente pelas Companhias Habitacionais (COHABs). Nesse sentido, se, por um lado é importante compreender as características do Plano Nacional de Habitação, por outro, é de fundamental importância a análise desses agentes. Principalmente no que se refere à sua atuação junto às prefeituras, ao setor privado local e aos mutuários, para a compreensão da configuração assumida pela política habitacional no nível municipal.

As Cohabs surgiram quando da criação do próprio BNH. A elas eram atribuídas as funções de planejamento e execução dos projetos habitacionais destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população de baixa renda. Essas atribuições incluíam a abertura de licitação para a contratação de empresas de construção civil, a fiscalização das obras, a seleção dos mutuários e o recebimento das prestações das casas. Além disso, por serem sociedades de economia mista, permitiam a participação tanto do poder público, através dos Estados e municípios, como também do setor privado. Todavia, era exigência do governo central que o controle acionário fosse exercido pelo poder público.

Essas companhias mantinham, também, uma relação estreita com os governos municipais, pois cabia a estes, em inúmeras ocasiões, a doação do terreno e a implantação da infra-estrutura - redes de água, redes de esgoto, terraplanagem, arruamento, etc. - para a concretização dos projetos. Outras vezes, a própria COHAB comprava o terreno, mas as benfeitorias básicas eram realizadas, em regra, pela prefeitura.

Na acepção de Azevedo, essas Companhias habitacionais passaram por três períodos distintos. O período inicial compreendeu os cinco primeiros anos após sua implantação (1964-1969). Nesta fase as Cohabs privilegiaram a construção de habitações para a população de baixa renda, atendendo, portanto, a proposta original do BNH.

Na segunda fase(1970-1974) esses agentes executivos entraram em decadência devido a uma situação financeira crítica. A alta incidência de inadimplência nos programas de habitações populares foi a causa principal da crise, que teve como consequência a diminuição na construção de habitações para a população de baixa renda e um aumento no número de programas para a classe média. Além disso, a contenção de despesas, adotada por essas companhias nesta época, ocasionou a construção de conjuntos habitacionais de má qualidade que, por outro lado, motivou o não pagamento das prestações pelos mutuários.

De 1975 a 1980, ocorreu uma terceira fase, marcada pelo revigoramento das Cohabs. A melhoria no desempenho econômico-financeiro dessas companhias se deu, principalmente, devido à baixa na inadimplência que, por sua vez, só foi possível porque passaram a privilegiar as faixas mais altas do mercado popular - 3 a 5 salários mínimos. Desse modo, a construção de moradias para a população de baixa renda voltou a superar os programas destinados à classe média.

Sérgio de Azevedo ressalta, ainda, que a partir de 1975 as Cohabs passaram por uma reorganização.

[...] A seleção dos mutuários passou a ser mais rigorosa quanto à declaração de rendimentos. Hoje aceitam-se somente comprovantes oficiais (carteira de trabalho ou declaração de empregador), abolindo-se práticas anteriores, pelas quais, por exemplo, a vizinha ou freguesa de uma costureira poderia comprovar sua renda. Entretanto, esse mecanismo tem efeitos ambíguos, pois, se de uma parte dá às companhias maiores garantias, de outra, reforça a tendência excludente de trabalhadores de menor nível de renda e estabilidade de emprego, além de não considerar as rendas variáveis ou extraordinárias, que tendem a constituir parcela significativa da renda de famílias pobres. Do mesmo modo, houve também avanço em relação à localização de conjuntos, na qualidade das obras e na atenção a serviços de infra-estrutura. (Azevedo & Andrade, 1982, p. 101-102)

Ainda que o autor acima citado tenha percebido uma melhoria nos programas habitacionais executados pelas Cohabs a partir de 1975 - melhorias na localização dos núcleos e critérios mais *rígidos* na seleção dos mutuários -, tal perspectiva não pode ser considerada uma regra geral. Inúmeros outros pesquisadores ressaltam como características gerais desses programas habitacionais a irracionalidade na construção dos núcleos, que se revelam na má qualidade das habitações construídas, na péssima localização dos núcleos, geralmente distantes do perímetro urbano, e principalmente na interferência de interesses vários na seleção dos mutuários.

O fato dos núcleos habitacionais não obedecerem a critérios de planejamento e qualidade aceitáveis acarreta outros problemas para o município, mesmo porque, os gastos em obras de reparos na infra-estrutura que poderiam ser efetuados em outros bairros da cidade precisam ser desviados para resolver a situação imediata de núcleos mal construídos. Além disso, o fato desses núcleos serem construídos em locais distantes do perímetro urbano, acaba onerando excessivamente

a força de trabalho ali abrigada devido à necessidade de longos deslocamentos diários. Quanto ao aspecto da presença de interesses na seleção dos mutuários - assunto ainda pouco trabalhado pela literatura -, faz-se necessário acrescentar que ele representa um importante instrumento, utilizado pelo poder político local, na formação de clientelas *cativas*, ou seja, no estabelecimento de práticas clientelistas e de apadrinhamento.

Sendo assim, para Santos (1980), é fundamental a análise das figuras do “político paternalista e demagogo”, nos esquemas de patronagem e clientelismo, comuns no processo de consolidação dos programas habitacionais, e também, dos “tecnocratas frios e abstratos” que ao planejarem e conduzirem tais programas não dão atenção para as reais necessidades da população e aos procedimentos que venham facilitar a vida dos mutuários. Por outro lado, este autor critica certas linhas do pensamento oficial, ligadas ao próprio BNH, que consideram o morador ou mutuário facilmente manipulável.

Esta crítica faz sentido, se avaliarmos as intenções iniciais dos mentores do BNH que queriam formar uma “população ordeira”, respeitadora da propriedade privada, e compará-las ao que veio de fato ocorrer. Dadas as péssimas condições de vida a que foi exposta a população contemplada com os programas habitacionais e a gradativa abertura política que foi ocorrendo, surgiram movimentos sociais de diversos matizes (comitês de lutas, associações de moradores, sociedades amigos de bairro etc.) que questionaram esta política habitacional e lutaram por respostas do Estado no que diz respeito à resolução dos problemas que enfrentavam.

Face a estas constatações, percebe-se que a Política Habitacional, implementada pelo Estado a partir de 1964, interferiu consideravelmente na configuração das cidades, ou seja, nos aspectos sociais, políticos e econômicos dos municípios. Diante disso, a partir de agora, procederemos a uma análise do poder local no pós-64, atentando para as relações existentes entre os poderes político, econômico e social locais e essa política habitacional.

Como já foi parcialmente abordado, a partir de 1964, com a instalação do regime militar, ocorreram mudanças significativas no sistema político brasileiro, que interferiram sobremaneira na relação entre o poder local e o poder central.

Existe uma tendência na literatura, que retrata as relações entre o *centro* e a *periferia*, em considerar que a partir desse momento, devido à centralização

do poder, os municípios foram esvaziados e ficaram totalmente dependentes e a mercê das decisões do Governo Central. Realmente, a história confirma essas proposições.

Todavia, tais perspectivas possuem o inconveniente de não considerar as especificidades do poder local e a sua capacidade de estabelecer redes de relações que escapam ao controle do Estado. Um exemplo claro desse raciocínio foi o próprio desenvolvimento das Cohabs que, devido a sua liberdade no gerenciamento dos projetos habitacionais, permitiu a redefinição, organização e fortalecimento de diferentes grupos presentes no poder local.

Numa outra perspectiva, temos o estudo desenvolvido por Maria Teresa Miceli Kerbauy acerca da política interiorana e o poder local no Estado de São Paulo. Segundo esta autora, as mudanças institucionais impostas pelo governo militar a partir de 1964 foram responsáveis pela quebra no isolacionismo em que se encontravam os municípios. Nesse sentido, o poder local deixou de ser a *esfera privilegiada do coronelismo* e passou a ser o palco de ações de um *novo político local*.

Ao construir o tipo ideal deste *novo político local* a autora chega à seguinte definição:

[...]Esboça-se essa definição, caracterizando o novo político local com um 'político moderno', que age no sentido de montar uma máquina partidária representativa dos interesses locais, de pressionar as agências burocráticas e o governo federal em busca de recursos financeiros e cativar as clientelas usuárias dos serviços e equipamentos sociais, advindas, fundamentalmente, do processo acelerado de urbanização. (Kerbauy, 1992, p. 9)

Esta abordagem nos fornece instrumentos para pensarmos a política habitacional a partir das ações dos políticos locais que, através da formação de redes de interesses, conseguem se utilizar da construção de obras públicas para a formação de clientelas "cativas" e redutos eleitorais. Este processo se intensifica com a expansão das cidades e o conseqüente aumento na demanda popular por equipamentos sociais, cujo melhor exemplo é a questão habitacional.

Essas questões reforçam a assertiva de que a política habitacional implementada pelo Governo permitiu com que o poder local se assentasse sob nova base, na qual a especulação, o clientelismo e as práticas de apadrinhamento ocupam uma posição de destaque.

Diante disto, e para finalizarmos esta discussão, procederemos a uma análise das especificidades da rede de interesses que se articula na localidade. Para tanto, incorporaremos a construção teórica de Celso Daniel, já que ela nos permite pensar as múltiplas facetas que compõem o poder no nível municipal.

Segundo Celso Daniel, o poder local compreende os poderes político, econômico e social. O poder político local é uma dimensão do Estado capitalista, ou seja, aquele exercido pelo governo - administração local e Câmara Municipal. A ação do político local visa, principalmente, a “reprodução da população moradora no município” através do desenvolvimento de políticas públicas que atendam às demandas por equipamentos sociais, tais como, saneamento, iluminação pública, educação, transporte coletivo, habitação, pavimentação asfáltica etc...

Já o poder econômico local é representado pelo conjunto dos setores capitalistas que geralmente são contratados pelo governo municipal para desenvolverem obras e serviços públicos de interesse local ou, de forma mais ampla, todas aqueles que obtêm lucro a partir das ações e regulamentações no espaço urbano formuladas pelo poder político local. Compõem estes setores dois grupos: 1º) as empresas ligadas ao ramo dos meios de consumo coletivo, de circulação de material, de seus suportes físicos e de serviços públicos (empresas de construção civil, de projetos, fornecedoras de equipamentos e materiais, transporte coletivo, limpeza pública etc...); 2º) as empresas responsáveis pelo parcelamento do solo urbano, uso e ocupação (imobiliárias, fundamentalmente). Além disso, segundo o autor:

[...] Tais setores buscam influenciar as decisões políticas municipais com o intuito de maximizar lucros e viabilizar a reprodução do capital. Quanto maior e mais cotidiana a dependência de sua lucratividade das decisões políticas, mais presente costuma ser na vida local o poder econômico, e vice-versa [...] (Daniel, 1990, p. 29)

No que se refere ao poder social local, Daniel (1990), subdivide-o em duas modalidades: as elites sociais e os movimentos sociais. Sendo assim, o autor ressalta que não se trata de um poder unívoco, mas sim de “múltiplas expressões sociais de poder”, e que refletem, portanto, culturas políticas distintas.

As elites sociais são aqueles agrupamentos que se dizem portadores da história e das tradições locais, cuja função seria a do esclarecimento e condução do município (ex: famílias tradicionais). Esses agrupamentos possuem uma composição

heterogênea e, com frequência, podem associar-se ao poder econômico local, como demonstra a citação abaixo:

[...] As elites se erigem como poder social, no sentido de influir em decisões municipais, tendo como base material um conjunto de instituições próprias: associações empresariais, de profissionais liberais, clubes esportivos e de serviços, meios de comunicação de massas locais etc... (Daniel, 1990, p. 30)

Os movimentos sociais enquanto uma outra modalidade de poder social local, representam organizações de indivíduos que possuem a consciência de terem uma necessidade em comum, quer seja na empresa, no bairro, na creche, ou em qualquer outra instância. Como exemplos temos as associações de moradores, movimentos de mães, favelados, etc... Esses atores sociais possuem um importante papel na configuração do poder local pois, devido as suas reivindicações por equipamentos sociais, são alvo constante da ação dos políticos locais. Neste contexto é comum a ocorrência de práticas de clientelismo, paternalismo ou apadrinhamento.

O clientelismo, em particular, é uma prática característica do aparelho e do poder administrativo local, pela qual os políticos conseguem estabelecer uma rede de influência, necessária para a legitimação do seu poder.

[...] Muitas das instituições desse aparelho estão montadas para funcionar de acordo com a lógica clientelista, a lógica da barganha, ou seja, de 'criar dificuldades para vender facilidades'. Nesses termos, muitos serviços públicos, que parecem ser colocados à disposição de todos, são obstados ao cidadão comum pelo uso do segredo burocrático. Na prática, tais serviços só serão fornecidos depois de se passar pelo ritual da burocracia, que pode incluir desde a necessidade do pagamento de propinas..., até o aval de um vereador, articulado ao esquema da barganha. (Daniel, 1990, p. 35)

Ainda que possa parecer por demais esquemática, a análise desenvolvida por Celso Daniel acerca do poder local no Brasil urbano pós-64, fornece um importante referencial no trabalho de identificar as diversas forças presentes na esfera municipal e as relações existentes entre elas. Além disso, a partir desta perspectiva é possível afirmar que as grandes obras de interesse público, como por exemplo os núcleos habitacionais, são efetivadas a partir dos interesses políticos, econômicos e sociais presentes na localidade.

Os projetos habitacionais financiados pelo BNH assumem, portanto, uma configuração específica definida pela atuação dos agentes locais. Nesse sentido, pode-se dizer que as Cohabs, enquanto órgãos executores de tais projetos, constituem um palco de disputas entre os poderes político, econômico e social.

A correlação dessas forças acaba definindo as características dos projetos - a localização dos núcleos habitacionais, as formas de seleção, as exigências para a aquisição, a população a que se destina, as características estruturais, as melhorias futuras, etc. - e redefinindo a configuração do poder local, já que muitos grupos saem fortalecidos deste processo.

Estas considerações são úteis para a reflexão da relação entre as diretrizes Plano Nacional de Habitação, enquanto uma proposta de intervenção pública gestada em nível nacional, e a configuração específica que cada projeto assume em uma dada localidade a partir da correlação de forças ali estabelecidas.

Bibliografia

- ARRETCHE, M. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. *Espaço & Debates*, v. 10, n. 31, p. 21-36, 1990.
- AZEVEDO, S. de, ANDRADE, L. A. G. de. *Habitação e poder: da fundação da casa popular A ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BOLLAFI, G. Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos. In: VALLADARES, L. do P. (Org.) *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, p.167-196, 1980.
- DANIEL, C. Poder local no Brasil urbano. *Espaço & Debates*, v. 7, n. 24, p. 26-39, 1988.
- KERBAUY, M. T. M. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. 1992. Tese (Doutorado) – São Paulo – Pontifícia Universidade Católica.
- SANTOS, C. N. F. dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, L. do P. (Org.) *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 17-47. 1980.
- VALLADARES, L. do P. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: _____. (Org.) *Repensando a habitação no Brasil*. Debates Urbanos 3. Rio de Janeiro: Zahar, p. 21-77, 1983.

O DIREITO DE PROPRIEDADE NA TEOLOGIA DA TERRA¹

Luciana Cristina Caetano de MORAIS²

RESUMO: O objetivo deste artigo é observar como a Igreja Católica no Brasil vem difundindo a noção de *direito de propriedade*. Os dados revelam que a face conservadora da Igreja concebe o *direito de propriedade* como um *bem absoluto e inalienável*, enquanto que seu lado progressista, principalmente a CPT, o concebe como um *direito divino*, já que se trata de um *direito natural*.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica; direito de propriedade; direito divino.

Tirar a terra do homem do campo é o mesmo que tirar-lhe a vida, a cultura e, às vezes, a própria fé.³

(Comissão Pastoral da Terra)

Introdução

O propósito deste artigo consiste em analisar a concepção de Direito de Propriedade estabelecido pela Igreja Católica e sua influência nos movimentos de luta pela terra. Através da análise do conflito de terras em Getulina, no período de outubro de 1993 a dezembro de 1994, pôde-se observar a contraposição de duas concepções distintas de Direito de Propriedade: o direito-positivista, no qual fundamenta-se a legislação brasileira, e o direito-alternativo apresentado pelos sem-terras a partir de sua luta pela posse da terra. O aprofundamento no estudo de identificação do direito-alternativo nos revelou que o mesmo é, muitas vezes,

¹ Este artigo faz parte da pesquisa individual do Programa Especial de Treinamento (PET-CAPES) e constitui-se um dos capítulos de nossa Dissertação de Bacharelado intitulada *Invasão ou Ocupação: o direito popular de propriedade no imaginário dos sem-terras* sob a orientação da prof. Dr^a Maria Izabel Leme Falcões (Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp - Campus de Marília).

² Mestranda junto Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Campus de Araraquara.

³ SECRETARIADO NACIONAL. *Compromisso eclesial e político da CPT*. Cadernos de Estudos 2. SP: Loyola, 1990.

construído e legitimado pelo próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e pela Comissão Pastoral da Terra veiculada à Igreja Católica.

Partindo da concepção de que a terra se revela como uma dádiva de Deus e, portanto, apresentada aos homens de maneira igualitária, o direito-alternativo de propriedade é colocando antes de tudo como um direito divino o que com permite aos sem-terras a contestação da legislação vigente, uma vez que o direito-positivista não promove uma justiça real entre os homens apresentando-se, desse modo, como uma verdadeira arena de conflitos entre as classes fundamentais.

A noção de direito de propriedade sempre esteve presente na história da Igreja Católica como uma força de sustentação de sua ideologia e de sua ação pastoral. Embora estivesse ora ao lado dos *oprimidos*, ora ao lado dos dominantes, a Igreja, cujo objetivo último é a difusão da fé, defende - através de seus dogmas - a propriedade da terra como um bem natural e como um direito divino dado por Deus aos homens.

No Brasil, a sua trajetória também será marcada por esses aspectos até chegar na década de 70 do nosso século com a criação de uma pastoral específica - a Pastoral da Terra - voltada para apoiar os trabalhadores rurais na construção de uma nova sociedade através da reforma agrária. Caracterizada como sendo o “rosto rural da Igreja”, a Pastoral da Terra exercerá sua função pastoral em meio a essa classe excluída, mesmo porque os seus valores e a sua moral são compatíveis com os valores e com a moral defendida pela Igreja.

Através de uma breve retrospectiva da história da Igreja Católica e, especificamente, da sua atuação no Brasil é possível compreender qual o significado da terra que permeou a sua ação pastoral todos esses séculos. Chamamos a atenção do leitor de que nesta retrospectiva apenas ressaltaremos os pontos relevantes deste contexto e que vem ao encontro das pretensões deste trabalho. Afinal, o direito de propriedade defendido hoje pela Igreja não é algo engendrado no mundo contemporâneo, ao contrário, ele nasce com o cristianismo sofrendo uma série de modificações até chegar ao nosso século. Para tanto, torna-se necessário observar como esse direito veio se desenvolvendo ao longo do tempo, como ele é colocado atualmente para os trabalhadores rurais e de que maneira ele contribui para a configuração do seu imaginário.

As primeiras noções do direito de propriedade da Igreja Católica

Os primeiros documentos⁴ dos padres apostólicos no século II encontravam-se embasados nas doutrinas da caridade, do amparo e da partilha da riqueza dos ricos com os pobres. Durante o século III surge a Teologia da Pobreza⁵ e com ela a “lei da prescrição” estabelecida pela antiga lei romana e que dava o direito de propriedade ao possessor após dez anos de uso revelando, dessa forma, o vínculo entre Igreja e “Estado”. Esta lei foi aplicada às doutrinas cristãs por Tertuliano⁶ dizendo ser os cristãos pobres os verdadeiros “possessores da Bíblia”, ou seja, os verdadeiros donos do conhecimento divino. Desse modo, este conhecimento que antes era concedido somente ao clero e aos doutores da lei foi, através de Tertuliano, revelado aos “pequenos”.

A partir do século IV o significado da terra foi definido como um bem comum, ou seja, como um bem sem donos. A *revelação dos pequenos*, iniciada por Tertuliano, passa a ter, a partir de então, maior relevância à medida que a desigualdade social - provocada pela concentração da propriedade privada - era contestada por João Crisóstomo⁷. Segundo ele:

No começo, Deus não criou um rico e um pobre. Ele não mostrou tesouros em quantidade a um, enquanto impedia ao outro de encontrá-los. Ao contrário, ele deu a todos a mesma terra para cultivar. Se realmente a terra é comum a todos, como é possível que tenhas tantos hectares e que teu próximo não tenhas nada? (Crisóstomo apud Barros Souza, 1988, p. 304).

⁴ Os documentos referentes a este período são: o Esmirn, o Didaqué ou Doutrina dos doze apóstolos e o Didascália.

⁵ Segundo o Dicionário de Filosofia “teologia é a ciência que tem Deus por objeto. Se se baseia na capacidade cognoscitiva natural do homem, denomina-se *teologia natural*, e muitas vezes também teodicéia. A teologia natural é aquela que parte da metafísica que investiga o ente em seu fundamento último, que está para além de toda experiência. Seu objeto é Deus: sua existência, sua essência, sua operação. A possibilidade da teologia natural como ciência baseia-se em que podemos conhecer com certeza a existência de Deus. É óbvio a toda pessoa razoável que a ciência que versa sobre Deus não comunica saber no mesmo sentido que a ciência que versa sobre objetos da experiência. Os enunciados conceptuais sobre Deus não nos subministram nenhum conhecimento plenamente adequado, mas apenas um conhecimento analógico. Cf. BRUGGER (1962, p.517-518).

⁶ Tertuliano fora um advogado do norte da África que se converteu ao cristianismo.

⁷ João Crisóstomo ou João de Antioquia foi um bispo cuja preocupação era a de ser o “advogado dos pequenos e amigo dos pobres”.

Essa negação da distribuição desigual da propriedade privada é acentuada no século IV principalmente quando é reforçada a idéia da terra como um bem comum. Entretanto, durante a Idade Média, mais nos períodos correspondentes aos séculos XII e XIII, embora alguns bispos defendessem o direito dos famintos de roubar para comer, o direito de propriedade ganha uma outra definição. Em virtude da Igreja possuir muitas terras nesse momento, o sistema de divisão de classes era garantido por ela sob a alegação de que a riqueza não era pecado, mas uma benção de Deus, justificando, desse modo, a desigualdade social através de uma vontade divina. (Cf. Barros Souza, 1988)

Essa concepção da Igreja de que a terra era um direito divino perpassou os séculos XII e XIII, mas foi somente com Santo Tomás que a propriedade adquiriu o significado de função social. Sendo assim, a propriedade foi articulada com a responsabilidade social dos cristãos porque o direito divino deve estar associado à satisfação das necessidades do homem, ou seja, ao direito natural. Ora, a partir desse momento em diante a teologia da Igreja Católica atribui à propriedade um duplo aspecto sendo que o direito divino está acima do direito natural. Todavia, essa nova definição da propriedade ganhará maior relevância durante o século XX. Segundo os teólogos Barros Souza e Caravias:

A propriedade privada não é ilimitada, mas subordinada ao bem comum: tem uma função social, fora da qual não pode ser exercida legitimamente. A propriedade da terra deve chegar, portanto, ao alcance de todo camponês; e ninguém, com justiça, pode se apoiar no direito de propriedade para deixar outros seres humanos sem propriedade. (Barros Souza, 1988, p. 315)

Na seqüência, o direito de propriedade passa a ser embasado numa outra visão. Agora é a função social que doravante irá exercer a legitimidade da terra fazendo com que a Igreja chegue ao século XVIII defendendo a superioridade do direito divino sobre o direito natural. Ora, a idéia vigente estava baseada na difusão da igualdade dos homens fundamentada através dos direitos - divino e natural - de propriedade e, portanto deviam ser respeitados por todos os cristãos (Barros Souza, 1988). Com efeito, esse novo modo de conceber a propriedade é um dos indícios do que futuramente chamar-se-á de “teologia da libertação” e que terá grande expansão na América Latina a partir da segunda metade do século XX.

A partir da primeira metade do século XIX os teólogos mostraram-se propensos a aceitarem o conceito individualista de propriedade privada definido pelo capitalismo. Entretanto, o socialismo vai tomando corpo e força, principalmente o de base marxista, fazendo com que a Igreja se deparasse com dois princípios do direito de propriedade. De um lado, um direito de propriedade respaldado num cunho individualista, próprio à ideologia liberal e, do outro, um direito de base socialista-marxista que, embora fosse ainda incipiente, já apresentava complicação para a Igreja por declarar-se ateu e inimigo da propriedade privada e, principalmente, por estar ganhando espaço dentro da classe operária e camponesa. (Barros Souza, 1988)

Com efeito, o fato da Igreja Católica também ser grande proprietária de terras e, acima de tudo, de encontrar-se articulada com a classe dominante faz com que atribua ao ateísmo da corrente socialista o motivo para apoiar-se na ideologia liberal individualista difundida pelo capitalismo. Desse modo, o papado de Leão XIII que correspondente ao período de 1878 a 1903, declarou-se, através de sua encíclica *Quod apostolici muneris* configurado num direito de propriedade burguês. O receio frente ao socialismo fazia com que a Igreja do século XIX considerasse a propriedade privada como um bem absoluto, inviolável e quase sagrado. Contudo, o Papa Leão XIII redigiu uma outra encíclica - *Rerum Novarum* - que, mesmo contra as idéias do socialismo, encontrava-se baseada no respeito à propriedade privada e na equidade de distribuição de bens, como forma de conservar a ordem já estabelecida.

O direito particular e social da propriedade

A Igreja emerge no século XX tendo a *Rerum Novarum* “recolhida” pelo Papa Pio XI em 1930, sendo discutido o duplo aspecto do direito de propriedade já citada por Santo Tomás. A propriedade será, a partir de então, definida por um direito particular e por um direito social. Desse modo, o Papa buscará “a restauração e o aperfeiçoamento da ordem social” em consonância com essas novas doutrinas cristãs. Segundo Pio XI:

Para vir agora ao particular, começamos pelo direito de propriedade. Trata-se de ressaltar seu duplo aspecto: individual e social, estando o primeiro bem claro nos ensinamentos da *Rerum Novarum*, ao passo que o segundo ficara pouco ou nada visível... Esse duplo aspecto deriva do fato de que a natureza ‘concedeu ao homem o direito de domínio particular, tanto para que cada um possa atender a si mesmo e à sua família, quanto para que os

bens que o Criador concedeu a todo o gênero humano sirvam efetivamente para tal fim'. Donde se segue que todos os homens, nesta matéria, devem ter em conta não só suas vantagens próprias, mas também as dos outros. (Rubianes apud Barros Souza, 1988, p.345)

O sucessor de Pio XI, o Papa Pio XII em 1938 apenas reafirma as palavras daquele revelando na sua encíclica - *Sertum Laetitiae* - uma preocupação maior para com o homem do campo. O novo surto do processo de industrialização do pós-guerra, o êxodo rural e a organização comunista no campo fizeram com que Pio XII manifestasse, através de seu discurso, a dignidade, a honestidade e a ordem contidas no trabalho camponês estimulando, assim, os trabalhadores rurais a se organizarem não contra o capital e contra os latifundiários, que os oprimia e expropriava de suas terras, mas a se organizarem para melhor se adequarem à estrutura econômica vigente, ao contrário das idéias comunistas que viam no capitalismo o inimigo das classes subalternas.

Esse estímulo à organização dos trabalhadores rurais em movimentos de luta pela terra foi o primeiro ato de apoio manifestado pela Igreja desde o início de sua história. O receio de que comunistas retirassem esses trabalhadores dos “caminhos da Igreja” fez com que esta interviesse no campo não no intuito de mudá-la, mas de conservá-la. Aliás, a transferência do trabalhador rural para a cidade, promovida pela expropriação do capitalismo, representava para a Igreja a perda dos valores e da tradição campesina tão compatível aos seus ensinamentos porque via na cidade um meio que proporcionava os desvios de tais valores e tradições. Segundo Paiva (1985, p. 15):

Não há dúvida, porém, de que um móvel inicial importante para uma nova postura da Igreja em relação ao campo foi a intensificação do êxodo rural e ameaça, com a redemocratização, da penetração de 'ideologias alienígenas' no campo. É a partir daí que ela se preocupa em denunciar as condições de vida da população rural, em defender o acesso ao uso da terra para todos (seja pela pequena propriedade, seja pela preservação de uma atitude paternalista do grande proprietário) como fonte de reprodução física e moral do trabalhador rural e de sua família como forma de reter a população no campo, recomendando a formação de uma classe média rural.

O interesse da Igreja nesse momento é a redescoberta e revalorização do folclore, a criação de movimentos de cultura popular e, principalmente, a organização de comunidades rurais através das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), no caso do Brasil. Essas novas estratégias de ação e a necessidade de modernização doutrinária e institucional iniciada por Pio XI, continuarão presentes até a morte de Pio XII e plenamente expressas no pontificado de João XXIII em 1961 e o Concílio do Vaticano II em 1965.

A derrota do fascismo e o medo do surgimento de revoluções ou de regimes totalitários acabou criando idéias democráticas dentro da Igreja fazendo com que, desse modo, ela compusesse o bloco da modernidade. Esse *aggiornamento*, ou seja, essa demora da Igreja em libertar o seu pensamento político e social permitirá o engendramento e o desenvolvimento de vertentes teológicas⁸ que buscarão integrar este pensamento político e social à luz da religião, impedindo, assim, que esta se torne uma espécie de assunto privado para um determinado grupo social (Paiva, 1985).

No início da década de 60, a Igreja começou a se debruçar sobre o campo através da ótica que possibilitasse conhecer a realidade do trabalhador rural. A encíclica *Mater e Magistra* de João XXIII publicada em 1961 pode ser considerada como fundamento da atualização da doutrina social sobre esse novo ângulo. Ela ressalta as qualidades do homem, rompe com a transcendência exclusiva da Igreja Católica colocando-a, dessa forma, no plano humano. Aliás, este documento descreve o campo como um setor oprimido, propõe a conveniência de uma política social e econômica, acentuando a dignidade do trabalho agrícola e destacando ao camponês o papel de protagonista na sua história. Diz João XXIII em sua encíclica:

Estamos convencidos de que os protagonistas do progresso econômico e social e da elevação cultural nos meios rurais devem ser os mesmos interessados, quer dizer, os lavradores. Podem facilmente convencer-se de quanto é nobre o seu trabalho: vivem no tempo majestoso da criação [...].(João XXIII apud Barros Souza, 1988, p. 349-50)

Estas linhas de renovação da Igreja ficam mais fortes com o Papa Paulo VI e o Concílio do Vaticano II em 1965. Neste são abordados vários aspectos do trabalho agrícola tais como: maior participação nas decisões políticas do país, as desigualdades sócio-econômicas, a necessidade de promoção técnica e, o principal

⁸ Neste caso o desenvolvimento da Teologia da Libertação.

deles, o problema do latifúndio e das funções social e particular da terra em que o domínio do homem está calcado na sua autonomia e na sua liberdade, porém sempre a favor do bem comum, ou seja, sempre tendo em vista a subordinação da propriedade privada a sua função social. Desse modo ressalta Paulo VI:

Como a propriedade e outras formas de domínio particular sobre os bens exteriores contribuem para a afirmação da pessoa, como lhe oferecem, além disso, a oportunidade de exercer sua função na sociedade e na economia, é de muito interesse que seja incentivado o acesso, quer dos indivíduos quer das comunidades, a um certo domínio sobre os bens exteriores. A propriedade particular ou algum domínio sobre os bens exteriores conferem a cada um a extensão absolutamente necessária à autonomia pessoal e familiar e deve ser considerada como um prolongamento da liberdade humana... Compete à autoridade pública precaver-se para que ninguém abuse da propriedade particular contra o bem comum. A mesma propriedade particular, com efeito, por sua natureza, possui também uma índole social, fundada na lei da destinação dos bens à comunidade inteira. (Paulo VI apud Barros Souza, 1988, p. 352)

Nos anos subsequentes ao 60 será predominantemente marcante o desenvolvimento da Teologia da Libertação e a inserção da Igreja Católica no meio rural através do pressuposto de que a propriedade deverá atender a sua função social. Todavia, essa inserção se torna mais evidente após o Tratado de Medellín em 1968 e a sua “opção preferencial pelos pobres”⁹. A partir de então é extremamente visível as duas correntes doutrinárias mais preponderantes na Igreja Católica e que levarão à adoção de posições diferentes em relação ao campesinato brasileiro: a corrente progressista e a corrente conservadora. Enquanto esta se caracteriza por uma visão assistencialista e paternalista na qual o direito abstrato de propriedade é a lei máxima para a manutenção da ordem, aquela está baseada numa postura anti-assistencialista e mediadora com uma visão sócio-transformadora que estimulará e apoiará as organizações de comunidades rurais através de sua realidade vivida¹⁰. Sendo assim, o direito de propriedade difundido pela corrente progressista no pós-Medellín concentra-

⁹ Deve-se atentar ao fato de que no período 1964-1968 no Brasil tanto as lideranças advindas da Igreja como os partidos políticos de esquerda deixaram o campo em decorrência da repressão do Estado. É somente pós-Medellín que a Igreja retorna ao campo cuja doutrina moderna - “aggiornamento” - incompatibiliza-se com a lógica de acumulação definida pelo Estado.

¹⁰ O apoio da corrente progressista no campo se dá através de sua ação político-pedagógico-pastoral encontrada no Movimento de Educação de Base (MEB), nas Ligas Camponesas, nas Frentes Agrárias e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

se no lema de que a “terra é dom de Deus para todos” (Barros Souza, 1988). Por isso, o seu uso não deve ser algo exclusivo de uma determinada classe social.

A perspectiva da Igreja Católica em relação ao problema da terra é, neste momento, claramente distributivista. É visível a incompatibilidade existente entre ela e o Estado na medida em que este define a propriedade como uma prática política de expropriação em benefício ao grande capital. Enquanto isso, por sua vez, a Igreja defende a propriedade em nome de suas implicações sociais e morais - principalmente como defesa da família cristã no que corresponde aos direitos ao trabalho, à moradia e à alimentação (Paiva, 1985).

Essas idéias contidas no Vaticano II irão significar a nova postura da Igreja com o Estado. Doravante, em nome da igualdade e do respeito aos direitos humanos, a Igreja construirá sua ideologia rompendo com o Estado e com sua visão de acumulação capitalista à medida que reconhecia e absorvia alguns pontos do socialismo. De acordo com Paiva (1985, p. 59):

Os documentos do Vaticano II descomprometeram a Igreja com os sistemas sócio-econômicos existentes, permitindo-lhe falar a partir de uma nova posição. Pela primeira vez a Igreja reconheceu os aspectos positivos do socialismo, especialmente no que concerne a Justiça social, ao mesmo tempo que reiterou sua incompatibilidade política com o ‘socialismo real’. Em nome dos direitos humanos, definidos na *Pacem in terris*, da justiça distributiva, a Igreja explicitou, uma vez mais, a incompatibilidade da lógica da acumulação capitalista com a sua ética da equidade.

Neste contexto, a Igreja chega aos anos 70 alicerçando sua ideologia e sua ação pastoral em torno dos direitos humanos, considerando a propriedade como algo subordinado e não absoluto, o que resultou no empréstimo dessa sua legitimidade às lutas do campo. Ora, o direito divino apresenta-se superior a qualquer direito estabelecido pelos homens. Em seu texto, Paiva (1985) lembra as arguições proferidas por Roberto Romano no Seminário sobre *Igreja e Questão Agrária* em meados dos anos 80:

Também a mobilização da Igreja em torno dos direitos humanos, que a insere como força próxima a determinadas correntes políticas, na verdade se apóia sobre a idéia da dignidade da pessoa humana a partir do transcendente, acima das coisas finitas. É por isso que, em muitas lutas concretas, termina por estar presente certa legitimidade emprestada pela

Igreja, à medida que esta necessariamente precisa colocar a vida acima da propriedade e não ao contrário. (Romano apud Paiva, 1985, p. 39)

Em decorrência dessa legitimidade, a Igreja apoiou e assessorou, da década de 80 até nossos dias, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra com base no direito divino e na função social da propriedade privada. Na verdade, a definição desta postura - levando em consideração a corrente progressista, os trabalhos de base, a contraposição com a corrente conservadora - concretizou-se após a visita do Papa João Paulo II em 1980 à América Latina e ao Brasil, especificamente. No discurso de João Paulo II em Recife a sete de julho de 1980, ele afirmou:

A terra é do homem porque Deus a confiou ao homem e, com seu trabalho o homem a domina. Não é admissível, portanto, que, no desenvolvimento geral de uma sociedade, fiquem excluídos do verdadeiro progresso digno do homem preciosamente os homens e as mulheres que vivem na zona rural, os que estão dispostos a fazer produtiva a terra graças ao trabalho de suas mãos, e que têm necessidade da terra para alimentar a família. (João Paulo II apud Barros Souza, 1988)

No entanto, deve-se atentar ao fato de que o Papa João Paulo II pertence à ala conservadora da Igreja Católica que, como sabemos, não via com bons olhos o papel de mediação da Pastoral Terra - ala progressista - junto ao movimento dos trabalhadores rurais. Sendo assim, o medo de que essa esquerda - em decorrência do tamanho vulto que estava ganhando - conseguisse conquistar o poder eclesiástico, o clero escolhe para pontífice João Paulo II. Na realidade, o único objetivo da Igreja nesse momento é o de dar continuidade ao *aggiornamento* dos anos 60, porém, inspirado na sua tradição, dentro dos seus limites. Caso contrário, ela estaria submetida ao poder de algum Papa progressista.

Destarte, a Igreja destaca a dignidade do camponês, defende os seus direitos, esclarece o seu princípio de direito de propriedade, reivindica uma reforma agrária como solução para o problema político e econômico do país, incentiva e apoia a organização camponesa através dos trabalhos de base (Cebes) e dos tratados de Medellín e Puebla¹¹, como também, denuncia os crimes e as violências praticadas contra os trabalhadores rurais.

¹¹ Deve-se ressaltar que Medellín foi o documento que mais acentuou os direitos dos camponeses e, Puebla, reconheceu os camponeses como força dinamizadora de uma sociedade mais participativa. Cf. Barros Souza, 1988, especialmente p. 354-85.

No que corresponde à abordagem pastoral da Igreja Católica citada acima, chamamos a atenção do leitor para os itens que dizem respeito aos direitos do camponês e direito de propriedade. A Igreja defende os direitos do camponês através do reconhecimento de sua dignidade. Tal defesa encontrava-se fundada na argumentação de que era direito do camponês assumir sua terra, garantir livre comercialização dos seus produtos, gerir autonomamente sua empresa e apoiar à reforma agrária (Barros Souza, 1988).

O direito de propriedade conceituado pela Igreja nesse momento ainda encontra-se fundado no direito divino. João Paulo II defende, desse modo, o direito de todo trabalhador rural a ter uma quantidade de terra para produzir e sustentar-se, admitindo que, por direito próprio, todo homem era dono da terra e não somente uma determinada classe social. No entanto, tal direito está subordinado ao direito absoluto de uma vontade divina. Segundo o Papa:

O mesmo direito de propriedade, legítimo em si, deve, numa visão cristã do mundo, cumprir sua função e observar sua finalidade social. Assim, no uso dos bens possuídos, a destinação geral que Deus lhes deu e as exigências do bem comum devem prevalecer sobre as vantagens, comodidades e, às vezes, inclusive necessidades não primárias de origem privada. (João Paulo II apud Barros Souza, 1988, p. 364)

O papel de mediação da Pastoral da Terra

Nestes percursos e percalços, apoiada numa ação mediadora em torno dos direitos humanos, criou-se em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o intuito de apoiar, estruturar e assessorar as lutas dos trabalhadores do campo. Considerada como “uma visão libertadora de uma nova evangelização”, a CPT foi assumindo cada vez mais um trabalho de vanguarda (Paiva, 1985), estabelecendo ora uma articulação com os sindicatos ora uma tensão com os mesmos¹².

¹² De acordo com Vanilda Paiva, antes da década de 70 a Igreja apresentava-se contrária à posição dos sindicatos o que não tornou possível uma articulação entre ambos, mas uma tensão pastoral/sindical, sendo o único sindicato tolerado pela Igreja era o “sindicato do padre”. Somente depois de 70 que há uma aproximação entre sindicato e Igreja através da vinculação do discurso religioso ao discurso político, o que na realidade representou uma estratégia da Igreja em sua luta pela hegemonia, ou seja, uma Igreja possuidora de uma visão totalizadora da sua ação pastoral.

Com efeito, a Pastoral da Terra surgiu com o objetivo de ser uma pastoral popular, ou como dizia os seus fundadores, para ser o *rostro rural da Igreja*. Possuindo uma metodologia de trabalho caracterizada como popular, ela busca assessorar as lutas camponesas e resgatar os valores culturais desse grupo perdidos com a expropriação capitalista. Segundo os teólogos Barros Souza e Caravias:

A Pastoral da Terra surgiu como forma do compromisso dos cristãos e pastores com os lavradores engajados na caminhada de luta pela terra. Neste sentido, a Pastoral não é um movimento, não é uma associação, não busca se institucionalizar como algo em si mesmo. Por isso, um primeiro critério metodológico é partir das necessidades reais vividas e sentidas pelos lavradores. (Barros Souza, 1988, p. 390)

Desse modo, a CPT busca, através de seus trabalhos de base, conscientizar os trabalhadores rurais tendo como referência a sua condição de vida e, dessa forma, estimula-os à organização e transforma-os em protagonista de sua própria história. Com uma ideologia da fraternidade, do comunitarismo, do trabalho como apropriação coletiva, a CPT procura unificar os seus grupos de base. Como forma de justificar os lotes individuais encontrados em vários assentados - o que é contrário a sua lógica de propriedade, mas tolerado como um respeito ao trabalho alheio - a CPT adota "leis orais" comunitárias como forma a possibilitar o trabalho em lotes coletivos. Segundo a afirmação de Paiva (1985, p. 34): "Num país com tradições comunais tão precárias como o nosso, elas não remetem, de modo algum, a uma coletivização de bens, mas a formas novas de solidariedade vicinal que servem de suporte à apropriação individual da terra".

Cabe acrescentar que a CPT também se considera uma pastoral ecumênica e, segundo ela, é isto que a torna unificadora. Todavia, adverte ser a sua dimensão espiritual, ligada à luta e à política, que exprime a sua força motriz. Esta espiritualidade significa a busca pelo direito divino respaldado na luta pela terra e no movimento dos trabalhadores rurais em busca de sua libertação.

Considerações finais

O direito de propriedade que vem sendo engendrado desde o começo da história da Igreja - ora defendendo a ordem, ora defendendo a vida e a transformação social - chega ao nosso século fundado num direito divino, o qual desencadeia toda a articulação e mediação da Pastoral da Terra junto ao movimento

dos sem-terras. A propriedade concebida pela Igreja atualmente encontra-se, desse modo, carregada de religiosidade, de liturgia, de libertação, de fraternidade e, acima de tudo, de igualdade.

O direito divino de propriedade, se assim podemos denominá-lo, vê a terra como *terra de trabalho* e não como *terra de negócio*. Afinal na sua ideologia, e é isto que é construído no imaginário dos sem-terras, a terra é chão de cultura, uma dádiva de Deus no qual os homens não possuem o direito de tê-la como fonte de exclusão de outros homens.

Nessas circunstâncias, o direito-alternativo de propriedade dos sem-terras busca contemplação da pluralidade social, uma vez que o direito-positivista não reflete as contradições existentes na relação de produção. Com efeito, esse novo discurso alternativo se revela legítimo porque reconhece os interesses das minorias sociais através da busca por uma sociedade em que a justiça social se sobreponha às desigualdades.

Ora, é o direito divino quem empresta legitimidade ao direito-alternativo de propriedade porque concebe a terra como dádiva de Deus para usufruto de todos os homens e não somente para uma determinada classe social. Através do trabalho de base realizado pelas lideranças do MST, tal princípio vai se configurando no imaginário dos sem-terras, estimulando-os e encorajando-os para a luta.

Bibliografia

- ÁVILA, F. B. de. *A igreja e a propriedade da terra no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.
- BARROS SOUZA, M., CARAVIAS, J. L. *Teologia da terra..* São Paulo: Vozes, 1988. (Coleção Teologia e Libertação).
- BRUGGER, W. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Herder, 1962.
- CARVALHO, I. M. M. de. Direitos legais e direitos efetivos. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 10, n. 29, out. 1995, p. 127.
- ENGERMAN, S. O direito de propriedade sobre o homem. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21, julh/1988, p.57.
- FARIA, J. E. *Sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LYRA FILHO, R. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos)

MARTINS, J. de S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

PAIVA, V. (Org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

SCALOPPE, L. A. E. O discurso jurídico e o conflito social no campo: algumas considerações. *Reforma Agrária*, v.17, n. 2, p. 46, ago/nov 1987.

DA VERDADEIRA OBSERVAÇÃO AOS ENSINAMENTOS DA HISTÓRIA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NA SOCIOLOGIA DE DURKHEIM

Marcelo SAMPAIO¹

RESUMO: O presente texto tem como objetivo, através de uma análise da construção do conceito de educação em Durkheim, discutir as relações entre este pensamento sociológico e a filosofia positiva de Comte.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; sociologia; filosofia positiva; epistemologia.

Segundo Durkheim (1978), a palavra educação estaria sendo empregada na sociedade de sua época em um sentido demasiadamente amplo. Para o filósofo Stuart Mill, por exemplo, a palavra educação definiria “tudo aquilo que fazemos por nós mesmos, e tudo aquilo que os outros intentam fazer com o fim de aproximarmos da perfeição de nossa natureza”. Estaria sendo empregada, ainda de forma mais ampla, por outros para definir o “conjunto de influências que, sobre a nossa inteligência ou sobre a nossa vontade” exercem os outros homens - através da ação das leis e das formas de governo - assim como a natureza, através de “fatos físicos” como o clima e a geografia. Entretanto, para Durkheim tais definições de educação englobam fatos inteiramente diversos e que não deveriam estar reunidos num mesmo vocábulo sem o perigo de confusão. Para o sociólogo francês, a única categoria de “influências” que lhe interessa, à qual convém reservar o nome de educação, seria a ação que os adultos exercem sobre as crianças e adolescentes.

Mas, pergunta Durkheim, em que consiste essa influência toda especial? A que fim ou objetivo estaria ligada?

¹ Ex-bolsista PET/CS, graduado em Ciências Sociais pela UNESP, Câmpus de Marília.

Para o referido autor, respostas muito diversas teriam sido dadas a essa pergunta. No entanto, poderiam ser reduzidas a dois tipos principais, e as definições dos filósofos Kant e James Mill seriam bons exemplos desses tipos. Para Kant, “o fim da educação é desenvolver, em cada indivíduo, toda a perfeição de que ele seja capaz”. Segundo Durkheim, se ouve dizer muitas vezes que a perfeição seria o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades humanas. Entretanto, um olhar atento sobre os “fatos”- que nos impõem que nem todos somos feitos para refletir e que “será preciso que haja sempre homens de sensibilidade e homens de ação”- nos mostraria ser impossível a realização de tal perfeição. Por outro lado, para Durkheim a “definição utilitária” de educação de James Mill seria ainda menos satisfatória. Segundo Mill, a educação teria por objeto “fazer do indivíduo um instrumento da felicidade, para si mesmo e para os seus semelhantes”. Porém, afirma Durkheim que a felicidade é coisa essencialmente subjetiva e tal “fórmula utilitária” deixaria indeterminado o objetivo da educação que ficaria entregue ao arbítrio individual. Portanto, tanto a definição de educação de Kant, quanto a de James Mill partiriam do mesmo postulado de que há uma “educação ideal”, perfeita, apropriada a todos os homens indistintamente, o que seria o “ponto fraco” de ambas. Seria essa educação universal a única que “teoristas”, como Kant e James Mill, entre outros, se esforçariam por definir.

Ainda comentando o procedimento de um desses “teoristas”, Durkheim nos diz: “Mas, se antes de o fazer, ele considerasse a história, não encontraria nada em que apoiasse tal hipótese” (Durkheim, 1978, p. 35., grifo nosso).

Segundo o sociólogo francês, a educação tem variado infinitamente na *história*, com o tempo e o meio. Em Atenas procurava-se essencialmente formar com a educação *espíritos delicados*. Por outro lado, em Roma desejava-se especialmente formar crianças que se tornassem *homens de ação*. Seria possível argumentar diante disso, partindo do postulado da educação universal, que esses *fatos* não representariam o *ideal*, e que, se a educação tem variado na história, tem sido pelo desconhecimento do que ela *deveria ser*. Se a educação romana tivesse tido, por exemplo, o caráter de individualismo comparável ao que está presente na educação de nossos dias, afirma Durkheim que a cidade romana não se teria mantido. Afinal, pergunta o mesmo autor, de que serviria uma educação que levasse à morte a sociedade que a praticasse?

Na verdade, para Durkheim “o postulado tão contestável de uma educação ideal conduz a erro ainda mais grave”. Não se vê nele os sistemas educativos como um conjunto de atividades e de instituições lentamente organizadas com o

tempo, solidárias com todas as outras instituições sociais. Nessa forma, os grandes “ensinamentos da história” não devem entrar em consideração. Podem servir, quando muito, para que não pratiquemos os mesmos erros. Porém, para Durkheim, através dos ensinamentos da história seria de fácil constatação que cada sociedade, considerada em um momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. Há, então, a cada momento de uma sociedade, um *tipo regulador de educação* do qual não podemos nos separar sem vivas resistências. E quando se estuda *historicamente* a maneira pela qual se formaram e se desenvolveram os *sistemas educativos*, se constata que eles dependem, por exemplo, da religião, da organização política, etc. Para Durkheim, separados de todas essas constatáveis *causas históricas*, estes sistemas tornam-se incompreensíveis. Enfim, os sistemas educativos seriam *realidades* que não poderiam *ser criadas, destruídas ou transformadas à vontade*.

Para Durkheim, só poderíamos chegar a conhecer tais “realidades” se nos colocássemos a estudá-las pela “observação”, como o físico estuda a matéria inanimada e o biólogo os corpos vivos. Neste sentido, o sociólogo francês nos diz que: “Para constituir a noção preliminar de educação, para determinar a coisa a que damos esse nome, a observação histórica parece-nos indispensável”. (Durkheim, 1978, p. 38, grifos nossos).

Consideramos que toda essa discussão feita por Durkheim sobre o modo de se fazer o estudo da educação nos remete a algumas observações feitas por Marcuse (1969) sobre outro estudioso da sociedade e sua proposta de sociologia, a saber, Auguste Comte.

Para Marcuse, Comte com sua proposta de “filosofia positiva” teria separado a “teoria social” da sua ligação com a “filosofia negativa” (Marcuse, 1969, p.307-308). Ao mesmo tempo, teria abandonado a “economia política como raiz da teoria social”, e teria feito da sociedade objeto de uma ciência independente, a sociologia. Essas duas fases estariam relacionadas: a sociologia se tornaria uma ciência por renunciar ao “ponto de vista transcendente da crítica filosófica”. A partir da proposta da sociologia de Comte a sociedade passaria a ser tomada como um complexo mais ou menos definidos de “fatos”, governados por “leis” mais ou menos gerais. Os conceitos que explicariam este domínio deveriam ser derivados dos “fatos” que os constituem, enquanto que as “decorrências, de maior alcance, dos conceitos filosóficos” deveriam ser excluídas. Segundo Marcuse, para Comte e sua proposta de

sociologia, toda a oposição às “realidades sociais” é direcionada à discussão filosófica e, então, excluída.

Através das próprias palavras de Comte esse procedimento epistemológico de sua filosofia positiva é justificado. Falando sobre o processo de transição do “espírito humano” da “filosofia teológica e metafísica” para a “filosofia positiva”, Comte afirma que:

Já que tais exercícios preparatórios constataram espontaneamente a inanidade radical das explicações vagas e arbitrárias, próprias da filosofia inicial, teológica ou metafísica, de agora em diante o espírito humano renuncia de vez às pesquisas absolutas [...] Circunscreve seus esforços ao domínio [...] da verdadeira observação, única base possível de conhecimentos verdadeiramente acessíveis [...] A lógica especulativa tinha até então consistido em raciocinar, de maneira mais ou menos sutil, conforme princípios confusos que, não comportando qualquer prova suficiente, suscitavam sempre debates sem saída. Reconhece de agora em diante, como regra fundamental, que toda proposição que não seja estritamente redutível ao simples enunciado de um fato [...] não pode oferecer nenhum sentido real e inteligível [...] A pura imaginação perde assim irrevogavelmente sua antiga supremacia mental, e se subordina necessariamente à observação [...] (Comte, 1990, p.48, grifos nossos).

Durkheim estaria - ao questionar sistematicamente o sentido demasiadamente amplo das definições de educação dos filósofos Kant, James Mill e Stuart Mill, e ao colocar em dúvida o postulado da educação universal - seguindo caminhos bem próximos dos caminhos adotados por Comte? Como bem nos ajuda a observar Marcuse, Durkheim estaria renunciando ao “ponto de vista transcendente” de uma “crítica filosófica” e excluindo do seu pensamento sociológico sobre a educação “as decorrências de maior alcance dos conceitos filosóficos” ?

Ao mesmo tempo que renuncia e exclui do seu pensamento sobre a educação a postura crítica de alguns filósofos - ao apresentar em contraposição a tudo isso a constatação de que a cada momento de desenvolvimento de uma sociedade há um sistema de educação que se impõe aos indivíduos e que depende, por sua vez, de outras “instituições sociais” como , por exemplo, a organização política e a religião - Durkheim se aproximaria novamente dos procedimentos epistemológicos destacados em Comte por Marcuse? Ou seja, Durkheim estaria tomando, pela “verdadeira

observação”, a sociedade como um complexo mais ou menos definidos de “fatos” (por exemplo, os sistemas educativos) governados por leis mais ou menos gerais (por exemplo, as causas históricas) de onde os conceitos científicos deveriam ser derivados para serem “reais e inteligíveis”?

Em nossa opinião, a aproximação dos procedimentos de Durkheim sobre o estudo da educação, dos procedimentos epistemológicos de Comte, muito bem destacados por Marcuse, ainda se repete algumas vezes.

Segundo Durkheim, para definir a educação através da “observação histórica” seria preciso considerar os “sistemas educativos” que ora existem, ou tenham existido, “compará-los”, e apreender deles os “caracteres comuns”. Assim, o conjunto desses caracteres irá constituir a definição procurada. Neste sentido, para que se realize educação, como já mostramos no começo do texto, é necessário que haja, em face de uma geração de adultos, uma geração de indivíduos jovens, e que uma ação seja exercida pela primeira sobre a segunda. Seria necessário definir, em primeiro lugar, a natureza específica dessa influência de uma geração sobre a outra. Falando a respeito da natureza específica dessa influência, Durkheim nos diz que: “Não existe sociedade na qual o sistema de educação não apresente o duplo aspecto: o de ser, ao mesmo tempo, uno e múltiplo” (Durkheim, 1978, p.38, grifos nossos).

Para Durkheim, a educação seria múltipla, pois, num certo sentido, haveria tantas *espécies de educação*, em determinada sociedade, quanto *meios diversos* nela existentes. Através da *observação histórica* podemos constatar, por exemplo, que se a sociedade é formada por castas, a educação varia de uma casta a outra. Ainda “hoje”, afirma Durkheim, podemos ver que a educação varia com as classes sociais e com as regiões. Na sua opinião, cada profissão constitui um *meio sui-generis*, que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais, meio que é regido por certas idéias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas.

Ainda sobre essa questão, Durkheim afirma: “Mas, qualquer que seja a importância destes sistemas especiais de educação, não constituem eles toda a educação. Pode-se dizer até que não se bastam a si mesmos [...]” (Durkheim, 1978, p. 39).

Para Durkheim, por toda parte onde esses sistemas especiais de educação sejam observados, não divergem uns dos outros, senão a partir de certo ponto, para além do qual todos se confundem. Repousam, dessa forma, sobre uma base comum. Através das *observações históricas* constatamos que não há povo em que

não exista certo número de *idéias*, de *sentimentos* e de *práticas* que a educação “deve inculcar a todas as crianças, indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam”. Na Idade Média, por exemplo, servos, vilões, burgueses e nobres, recebiam a mesma educação cristã. Segundo Durkheim, resulta desses fatos que cada sociedade faz do homem certo ideal, tanto do ponto de vista intelectual, quanto físico e moral; resulta, também, que esse ideal é, até certo ponto, o mesmo para todos os cidadãos de uma determinada sociedade; que a partir desse ponto ele se diversifica, porém, segundo os meios particulares que toda e qualquer sociedade encerra em sua complexidade.

Comentando sobre esse *ideal*, Durkheim nos diz que: “Esse ideal, ao mesmo tempo, uno e diverso, é que constitui a parte básica da educação” (Durkheim, 1978, p. 40, grifos nossos).

Segundo Durkheim, esse ideal teria por função suscitar na criança:

- 1) um certo número de estados físicos e mentais que a sociedade a que pertença considere como indispensáveis a todos os seus membros.
- 2) certos estados físicos e mentais que o grupo social particular (casta, classe, família ou profissão) considera indispensáveis a todos que o formam.

Para Durkheim, a sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa *homogeneidade*. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando de antemão, na alma da criança, certas *similitudes essenciais*, reclamadas pela *vida coletiva*. Por outro lado, para Durkheim, sem uma tal *diversidade*, ou diversificação, toda cooperação seria impossível. A educação também assegura a persistência *dessa diversidade necessária à vida coletiva*, diversificando-se ela mesma e permitindo as especializações.

Diante de tudo isso, Durkheim chega à fórmula, à seguinte definição de educação:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (Durkheim, 1978, p. 41).

Segundo Durkheim, dessa definição poder-se-ia concluir que a educação consiste numa “socialização metódica” das novas gerações. Constituir certo

número de “estados físicos, intelectuais e morais” em cada um de nós é o “fim da educação”.

Consideramos que através dessa definição de educação há uma nova aproximação dos procedimentos sociológicos de Durkheim, dos procedimentos destacados por Marcuse na obra de Comte. Segundo Marcuse, em oposição ao positivismo de Comte se colocava a “convicção fundamental do idealismo” representado por obras como a de Kant, Hegel e outros. Para esse idealismo a função do pensamento não seria meramente a de “coleccionar, compreender e ordenar” os *factos*, mas também a de contribuir com uma “qualidade” que seria *a priori* com relação aos *factos*. Sustentavam esses idealistas que uma parcela decisiva do mundo humano era feita de elementos que não poderiam ser verificados pela *observação*. Para Marcuse, o positivismo de Comte rejeitava esta doutrina, substituindo, pouco a pouco, no processo de conhecimento, a “livre espontaneidade do pensamento” por “funções predominantemente receptivas”(Marcuse, 1969, p. 309).

Durkheim, ao considerar exclusivamente os “sistemas educativos” que “existem”, ou “tenham existido”, comparando-os e apreendendo deles os “caracteres comuns” para, a partir do conjunto desses “caracteres”, constituir a sua definição de educação, estaria novamente seguindo caminhos parecidos com os destacados em Comte por Marcuse? Para chegar à sua definição de educação, o pensamento de Durkheim teria rejeitado os elementos que não poderiam ser verificados pela “observação histórica” e se desenvolvido por “funções” também “predominante receptivas”?

Esta postura filosófica é esclarecida pelas próprias palavras de Comte:

Numa palavra, a revolução fundamental, que caracteriza a virilidade de nossa inteligência, consiste essencialmente em substituir em toda parte a inacessível determinação das causas propriamente ditas pela simples pesquisa das leis, isto é, relações constantes que existem entre os fenômenos observados. Quer se trate dos menores quer dos mais sublimes efeitos, do choque ou da gravidade, do pensamento ou da moralidade, deles só podemos conhecer as diversas ligações mútuas próprias à sua realização sem nunca penetrar no mistério de sua produção. (Comte, 1983, p. 49, grifos nossos)

Em nossa opinião, uma outra aproximação ainda pode ser feita entre o pensamento sociológico de Durkheim sobre a educação e o pensamento de Comte.

Para Durkheim, a sociedade se encontra, a cada nova geração de crianças, como que em face de uma *tábula rasa*, sobre a qual é necessário construir quase tudo de novo. É preciso que, então, pelos meios mais rápidos, ela agregue ao “ser egoísta e social”, que acaba de nascer, uma natureza capaz de “vida moral e social”.

Falando ainda sobre essa ação da sociedade, Durkheim nos diz: “Eis aí a obra da educação. Basta enunciá-la, dessa forma, para que percebamos toda a grandeza que encerra [...]. Ela cria no homem um ser novo” (Durkheim, 1978, p.42, grifo nosso).

Depois de haver determinado a finalidade da educação, para Durkheim seria urgente determinar como, e em que medida, a educação pode ter “eficácia”. Para ele a criança receberia biologicamente de seus pais “faculdades muito gerais”, como por exemplo, “capacidade de atenção”, “certa dose de perseverança”, “juízo são”, “capacidade imaginativa”, etc. Entre essas “virtualidades indecisas” que constituem o homem ao nascer e a “personalidade definida” que ele deve tornar-se, para o desempenho na sociedade de um “papel útil”, a distância seria muito grande. Essa distância que a criança tem que percorrer é obra da educação. Mas, indaga Durkheim, disporá a educação de meios suficientemente enérgicos para exercê-la?

Segundo o sociólogo francês, para se ter idéia do que constitui a ação educativa e demonstrar o seu poder, seria muito ilustrativo compará-la com a sugestão hipnótica. Para Durkheim, a criança fica na ação educativa, por “condição natural”, em estado de “passividade” perfeitamente comparável àquele em que o hipnotizado é artificialmente colocado. O “ascendente” que o mestre, o professor, “naturalmente” possui sobre o discípulo, em razão da “superioridade da experiência e cultura”, dar-lhe-á o poder necessário para a eficácia da sua atividade. Segundo Durkheim, esse seria o meio essencial da ação educativa.

Comentando ainda esse “meio essencial” da “ação educativa”, Durkheim nos diz que: “O que faz a influência do magnetizador é a autoridade que lhe advém das circunstâncias. Por analogia, pode-se dizer, desde logo, que a educação deve ser um trabalho de autoridade” (Durkheim, 1978, p.53, grifos nossos).

Em nossa opinião, a partir dessas questões sobre a “eficácia” da “ação educativa” é possível fazer nova aproximação do pensamento sociológico de Durkheim sobre a educação e as observações pontuais de Marcuse acerca da filosofia positiva de Comte. Segundo Marcuse, para Comte a sociologia positiva deveria ligar-se aos “fatos da ordem social vigente” e, embora não rejeite a necessidade de “correção e aperfeiçoamento”, excluiria qualquer movimento para “superar ou negar” esta ordem. Em consequência, o “interesse conceitual da sociologia positiva” de Comte é ser “apologética e justificativa”(Marcuse, 1969, p.308).

Comte demonstra este interesse nas palavras que destacamos a seguir: “Sob essas condições naturais, a escola positiva tende, de um lado, a consolidar todos os poderes atuais, sejam quais forem seus possuidores; de outro, a impor-lhes obrigações morais cada vez mais conformes às verdadeiras necessidades dos povos” (Comte, 1983, p. 80, grifos nossos).

Durkheim ao afirmar, por exemplo, que historicamente a sociedade se encontra de modo necessário em cada nova geração, diante de uma *tábula rasa* sobre a qual é preciso reconstruir quase tudo, e mostrar, através do ascendente que o mestre naturalmente possui sobre o discípulo, que a educação precisa ser um “trabalho de autoridade” para ter eficácia, estaria novamente seguindo trilhas muito próximas dos caminhos da filosofia positiva de Comte? Estaria Durkheim, ao definir a educação como um processo de “socialização metódica” das novas gerações, ligando seu pensamento exclusivamente aos “fatos da ordem social vigente” dos “ensinamentos da história”? A partir disso, ao afirmar que a eficácia da educação depende de um trabalho de autoridade, meio essencial da ação educativa, a definição de educação de Durkheim, ou seu interesse conceitual, estaria sendo “apologético e justificativo”?

Consideramos que o estudo do pensamento sociológico de Durkheim sobre a educação ainda pode nos dizer muito mais. Caracterizando sob todos os aspectos principais, através da denominação especial de positivo, o “verdadeiro espírito filosófico” a ser instituído, Comte nos diz que:

Considerada de início em sua acepção mais antiga e comum, a palavra positivo designa real em oposição a quimérico [...] Num segundo sentido, muito vizinho do precedente, embora distinto esse termo fundamental indica o contraste entre útil e ocioso [...] Segundo uma terceira significação usual, essa feliz expressão é freqüentemente empregada para qualificar a oposição entre a certeza e a indecisão. [...] Uma quarta acepção ordinária,

muitas vezes confundida com a precedente, consiste em opor o preciso ao vago. (Comte, 1983, p. 62, grifos nossos).

Durkheim, a partir da construção e estruturação de sua definição de educação, estaria fundamentando seu pensamento sociológico em um reforço e valorização de alguns dos aspectos principais da filosofia positiva de Comte?

Mesmo que a filosofia positiva de Comte - com sua filosofia da história e a idéia de progresso nela defendida, bem como a “humanidade” como objeto de estudo da sua física social - tenha sido rejeitada claramente por Durkheim através de outros escritos², as reflexões sobre a educação realizadas por Durkheim não podem ser, em nossa opinião, desvinculadas por completo do pensamento filosófico comteano. Neste sentido, podemos dizer que Durkheim ainda baseia a sua sociologia numa teoria da ciência e do conhecimento claramente comteanas, como procuramos mostrar ao longo deste texto, tendo por base os estudos de Marcuse.

Bibliografia

- COMTE, A. *Discurso sobre o espírito positivo e outros textos*. Trad. J. A. Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DURKHEIM, É. *Educação e sociologia*. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- MARCUSE, H. *Razão e revolução*. Trad. M. Barroso. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

² Em *As regras do método sociológico* esta rejeição aparece de forma mais clara e sistemática.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

**Moderno profissional da informação: uma proposta do grupo
PET/CAPES de Biblioteconomia da Unesp com vista à divulgação profissional**
Rosemeire de Fátima Ferreira et al.

**Moderno profissional da informação: reflexões sobre a influência
das novas tecnologias**
Alexsander Leber et al.

Videolocadora: estudo de um sistema de informação
Michela Iris Silva

Perfil do moderno profissional da informação
Elisabete da Cruz Neves

Família e infância no discurso normalizador da puericultura
Eliane Tieto Toyama

Processo criminal 9477/57: o espectro do comunismo ronda Pompéia/SP
Rosimar Alves Querino

**O herói, a morte e a sociedade: um estudo acerca da comoção coletiva
na sociedade brasileira**
Alziro da Silva Júnior

Notas sobre a política habitacional e o poder local no Brasil urbano pós-64
Gilson Marcos da Silva

O direito de propriedade na teologia da terra
Luciana Cristina Caetano de Moraes

**Da “verdadeira observação” aos “ensinamentos da história”: algumas observações
sobre a educação na sociologia de Durkheim**
Marcelo Sampaio